



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA

LIDIANY DE LIMA CAVALCANTE

**SOB O VÉU DA HOMOSSEXUALIDADE: RELAÇÕES COMO ESPAÇO DE
CONFLITO, PODER E RECONHECIMENTO EM MANAUS**

Manaus
2015

LIDIANY DE LIMA CAVALCANTE

**SOB O VÉU DA HOMOSSEXUALIDADE: RELAÇÕES COMO ESPAÇO DE
CONFLITO, PODER E RECONHECIMENTO EM MANAUS**

Tese de Doutorado apresentada para a
obtenção do título de Doutora em
Sociedade e Cultura na Amazônia –
PPGSCA, da Universidade Federal do
Amazonas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Simone Eneida Baçal de Oliveira

Manaus
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Cavalcante, Lidiany de Lima

C376s

Sob o Véu da Homossexualidade: relações como espaço de conflito, poder e reconhecimento em Manaus / Lidiany de Lima Cavalcante. 2015 168f.: Il. Color; 31 cm.

Orientadora: Simone Eneida Baçal de Oliveira
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) –
Universidade Federal do Amazonas.

1.Homossexualidade. 2.Poder. 3.Conflito. 4.Reconhecimento. I.Oliveira, Simone Eneida Baçal de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

LIDIANY DE LIMA CAVALCANTE

**SOB O VÉU DA HOMOSSEXUALIDADE:
CONFLITO, PODER E RECONHECIMENTO NAS RELAÇÕES EM MANAUS**

Tese de Doutorado, para a obtenção do título de Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas.

Banca Examinadora:

.....
Profª Drª Simone Eneida Baçal de Oliveira – Presidente

.....
Profª Drª Marilina C. Oliveira Bessa Serra Pinto

.....
Profª Drª. Lucilene Ferreira de Melo

.....
Profª Dr. Nelson Matos de Noronha

.....
Profª Dr. Luiz Fábio Silva Paiva

Conceito:

Manaus, 16 de julho de 2015

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que buscam o direito à dignidade e ao reconhecimento pelas faces dos Direitos Humanos.

AGRADECIMENTOS

Muitos são os corações amigos responsáveis pela concretização dessa grande etapa.

Agradeço primeiramente ao Pai Maior pela força e oportunidade para lutar e atingir mais um objetivo. Aos meus pais Laércio e Ivana, pela dedicação e incentivo aos estudos em cada passo vivido. À Mira pela torcida e carinho sinceros de sempre (também aprendi muito com você). À minha tia Lucimar Cavalcante pela inspiração à docência desde os momentos iniciais da minha infância e a minha avó Terezinha, pelas “ternas” lições nas épocas de escola. Ao meu irmão Leanderson Lima pelos diálogos e partilha – estamos juntos nessa caminhada, mano!

À minha companheira de vida, Ária Carvalho, pela dedicação e paciência nos momentos necessários, para que eu pudesse transpor novos caminhos.

À Profª Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira, que orientou, acreditou e incentivou no aprofundamento da temática. Nos momentos eu adentrava em rumos não conhecidos, e ela, com sua experiência sempre apontou sendas possíveis, racionais e criteriosas, sem deixar de avaliar as possibilidades.

À Dra. Lucilene Ferreira de Melo, pelo apoio incondicional na carreira e na vida. Muito do que sou aprendi com você e agradeço pelas oportunidades!

Aos professores Drs. Luiz Fábio Silva Paiva, Nelson Noronha e Marilina Bessa Pinto, que nas disciplinas, contribuíram de maneira irrestrita no debate de referenciais que delinearão a trajetória de construção do trabalho.

Aos amigos e alunos mais próximos que compreenderam e torceram em cada passo. Jamais esquecerei o apoio incondicional de vocês.

Às lideranças do movimento LGBT e sujeitos da pesquisa, pelo suporte, confiança e respeito pelo nosso trabalho.

Ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela oportunidade de crescimento intelectual.

Aos amigos de todos os planos, que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

A todos e todas, a minha eterna gratidão!

“Sou pequena para alcançar o céu com as mãos.”
“Είμαι μικρή για να φτάσει τον ουρανό με τα χέρια τους.”

Safo de Lesbos – Poetisa grega

RESUMO

A Tese apresenta a discussão sobre o véu que encobre a homossexualidade no universo das relações/conjugalidades. A relevância do estudo justifica-se pela emergência da configuração dos Direitos da população homossexual no Brasil, mas, sobretudo, pelo mutismo contido na efetivação das políticas inclusivas, asseveradas pelo tradicionalismo e conservadorismo cultural da sociedade. A proposta objetivou analisar os fatores de conflito e poder e que perpassam as relações homoafetivas masculinas e femininas em Manaus, elencando os entraves do Estado e das religiões no reconhecimento dos direitos dos sujeitos. Os procedimentos metodológicos elencaram uma pesquisa exploratória com foco qualiquantitativo. Com o aporte da entrevista semiestruturada, procedemos a investigação com dez sujeitos homossexuais masculinos e dez femininos, identificados pelo nome de flores, para atender assim aos critérios éticos da pesquisa. Os resultados da análise apontaram mudanças concernentes ao significado da referida condição sexual. Foi evidenciado que a religiosidade aporta-se na arena de conflitos do Estado, o que compromete a laicidade, sobretudo para a aprovação de projetos de lei e políticas para o segmento homossexual, além de não favorecer a travessia de *outsider* para alcançar o protagonismo, frente aos cânones histórico-culturais. O estudo analisa ainda a existência de conflitos e as faces da violência nas fronteiras das relações homossexuais, detectados principalmente nas conjugalidades femininas. Mostra as estratégias de poder e a hereditariedade heteronormativa do bojo das relações, asseveradas pelo patriarcalismo e patrimonialismo da cultura ocidental. Os Direitos dos homossexuais estão no olho do furacão, mas isso não significa a demanda de uma luta por reconhecimento dos referidos sujeitos em Manaus. O medo do preconceito e da discriminação, consequência da visibilidade, leva à escolha do ostracismo. Considera-se a existência de um “armário” afirmado pelos homossexuais no que tange aos direitos assegurados, já que estes não acreditam na aplicabilidade e efetivação das políticas inclusivas, como questionam também o preparo dos profissionais que se encontram na linha de frente de direitos básicos como educação e saúde, o que aponta reflexões acerca de como abordar o véu da homossexualidade na perspectiva da construção cotidiana dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Homossexualidade. Poder. Conflito. Reconhecimento.

RESUMEN

La thèse présente une discussion sur le voile qui couvre la homoaffection dans les relations de l'univers / conjugalités. La pertinence de cette étude est justifiée par l'émergence de la définition des droits population homoaffective au Brésil, mais surtout par le silence contenue dans la réalisation de politiques inclusives, revendiqué par le traditionalisme et le conservatisme culturel de la société. La proposition visait à analyser le conflit et de puissance facteurs qui sous-tendent les hommes et les femmes homoaffectives relations à Manaus, énumérant les barrières de l'Etat et les religions dans la reconnaissance des droits des individus. Les procédures méthodologiques elencaram une recherche exploratoire avec qualiquantif et quantitative accent. Avec l'investissement d'entretiens semi-structurés je ai mené des recherches avec dix hommes et dix sujets homosexuels féminins, identifié par le nom de fleurs, fournissant ainsi les critères éthiques de la recherche. Les résultats d'analyse ont montré des changements concernant le sens de homoaffection. Il a été montré que la religiosité apporte dans l'arène des conflits de l'Etat, compromettre la laïcité, en particulier pour l'approbation des projets de loi et des politiques pour le segment de hooafetivo, et ne favorise pas la traversée de l'extérieur pour atteindre le leadership dans l'avant les canons historiques et culturels. L'étude analyse également l'existence de conflits et les visages de la violence dans les relations de la frontière, principalement détectée dans conjugalités femmes. Affiche les stratégies de pouvoir et l'hérité hétéronormatif des relations de renflement, revendiqués par le patriarcat et le paternalisme de la culture occidentale. Les droits des homosexuels sont dans l'oeil de l'ouragan, mais cela ne signifie pas la demande d'une lutte pour la reconnaissance des homosexuels à Manaus. La crainte de préjugés et de discrimination, une conséquence de la visibilité conduit au choix de l'ostracisme. Il est considéré qu'il ya un "placard" revendiquée par homosexuelle en matière de droits garantis, car ils ne croient pas à l'applicabilité et l'efficacité des politiques inclusives, ainsi que la question de la préparation des professionnels qui sont à la pointe des droits fondamentaux tels que l'éducation et la santé, pointant réflexions sur la façon d'aborder le voile de homoaffection la perspective de la construction quotidienne des droits de l'homme.

Mots-clés: Homoaffection. Power. Conflit. Reconnaissance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Expulsão do Paraíso	26
Imagem 2: O Nascimento de Vênus.....	27
Imagem 3: Pietá.....	28
Imagem 4: O Sono ou a Preguiça e a Luxúria.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Condição Sexual.....	52
Gráfico 02: Ocorrência do preconceito.....	56
Gráfico 03: Faixa etária dos sujeitos.....	59
Gráfico 04: Escolaridade dos sujeitos.....	60
Gráfico 05: População segundo os grupos de religião.....	69
Gráfico 06: Denominação religiosa.....	76
Gráfico 07: Crescimento dos representantes evangélicos	90
Gráfico 08: Deputados Federais Evangélicos em 2010	91
Gráfico 09: Deputados Federais evangélicos em 2014	92
Gráfico 10: Interferência da religião na política.....	97
Gráfico 11: Conflito nas relações	114
Gráfico 12: Maior tempo de relacionamento	116
Gráfico 13: Poder e dominação nas relações homossexuais.....	117
Gráfico 14: Situação de violência nas relações.....	120
Gráfico 15: Relações podem ser duradouras	126
Gráfico 16: O lugar do preconceito.....	131
Gráfico 17: Acredita ter direitos semelhantes aos heterossexuais	136
Gráfico 18: Luta por reconhecimento.....	139

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O CORPO E A HOMOSSEXUALIDADE SOB O PRISMA HISTÓRICO E SOCIAL	20
1.1 O PERMITIDO E O PROIBIDO NO USO DOS CORPOS	22
1.2 SEXUALIDADE, CORPO E OS DISPOSITIVOS DA MORAL SOCIAL	38
1.3 RECORTES HISTÓRICOS E CULTURAIS DA HOMOSSEXUALIDADE E OS DESAFIOS DO ESTIGMA.....	42
2. RELIGIÃO E ESTADO NA ARENA DE CONFLITOS PELOS DIREITOS HOMOSSEXUAIS.....	62
2.1 O SAGRADO E A RELIGIÃO NO CERNE DO ESTADO BRASILEIRO.....	64
2.2 O FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NA ARENA POLÍTICA	76
2.3 A TRAVESSIA DE OUTSIDER À PROTAGONISTA SOCIAL	102
3. O CONFLITO NAS FRONTEIRAS DA HOMOSSEXUALIDADE.....	111
3.1 O CONFLITO E O PODER ENTRE OS IGUAIS ACONTECE?	112
3.2 A RETIRADA DO VÉU NA EMERGÊNCIA DOS RETRATOS DE VIOLÊNCIA	119
4. A CRUZ OU A ESPADA – ENTRE A EPIFANIA E O OSTRACISMO DO RECONHECIMENTO	128
4.1 OS DIREITOS DOS HOMOSSEXUAIS NO OLHO DO FURACÃO.....	130
4.2 HÁ LUTA POR RECONHECIMENTO EM MANAUS?.....	136
4.3 ENTRE O ARMÁRIO E O SILÊNCIO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	145
CONCLUSÃO.....	150
REFERÊNCIAS	153
APÊNDICE.....	162
ANEXOS	167

INTRODUÇÃO

A sexualidade humana não é algo estático, pronto ou acabado, ao contrário, apresenta desdobramentos no que tange às suas diversas faces. Como condição humana, podem revelar a heterossexualidade, homossexualidade ou bissexualidade, como alguns dos panoramas que emergem nas fronteiras da condição humana.

Escolheu-se a homossexualidade, que trata das relações advindas entre os biologicamente iguais sem, contudo, cerrar-se entre um único gênero ou identidade, pois o pluralismo leva a ponderações baseadas na fluidez, as quais navegam no mar da diversidade de comportamentos e de afetividades.

O universo LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais), apresenta demandas de vários segmentos, entre eles o dos sujeitos homossexuais, reconhecidos na perspectiva do Direito como homoafetivos. Conforme Dias (2011), o termo 'homoafetividade', ao ser inserido no debate da sexualidade gerou estranheza, contudo se trata de uma estratégia para fomentar legislações, já que a terminologia 'homossexuais' se apresenta carregada de estigmas que traduzem apenas o viés de natureza sexual, olvidando-se que os sujeitos têm vínculos de afetividade que também perfazem a sua condição humana. Assim, a homoafetividade relaciona a Orientação Sexual voltada para sujeitos biologicamente iguais, mas com identidades construídas social e culturalmente.

Historicamente, o diálogo sobre a homossexualidade foi um desafio, sendo ainda até hoje. A ausência de espaços ofuscou também o direito às conjugalidades (Grossi, Uziel, Mello, 2007) ou relações homossexuais, as quais na realidade brasileira só começaram a despontar com perspectiva de inserção social no limiar do século XXI, com o debate sobre as identidades e o reconhecimento das relações como configurações familiares.

Em 2011, as uniões homossexuais foram reconhecidas pelo STF (Superior Tribunal de Justiça), entretanto, ressaltamos que a visibilidade relacionada à conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo não significa ausência de preconceito ou discriminação, já que vivemos em um país

conservador e de cunho tradicional na implementação e gestão da legislação brasileira.

A discussão da temática e sua atualidade nos meandros da sociedade mostram a relevância da temática abordada como Tese, a qual se propõe a analisar os elementos de conflito e poder que perpassam as relações homossexuais masculinas e femininas na cidade de Manaus, elencando os entraves das religiões e do Estado no reconhecimento dos direitos.

Tal objetivo se apresenta pelo fato de que, o recente reconhecimento jurídico do STF, trouxe à tona outros aportes de reflexão, que perfazem o cotidiano das relações afetivas em geral, tais como: as estratégias de poder e dominação entre os sujeitos, conflitos e pode-se chegar até mesmo à violência, seja ela de natureza física, psicológica, sexual ou até mesmo simbólica.

O debate sobre as fronteiras da sexualidade homossexual envolve não apenas o reconhecimento do que se pode denominar como uniões, conjugalidades ou relações, mas também os elementos cotidianos que envolvem entradas e saídas, partidas e chegadas de sentimentos, ações e reações presentes na subjetividade dos sujeitos envolvidos.

Sobre a temática aqui ressaltada, foi importante verificar que:

A homossexualidade como condição humana se espraia em um debate envolvendo fatores históricos, sociais, políticos, religiosos e culturais. A reflexão é desafiadora, entretanto a sua viabilidade já apresenta legislações e Políticas Sociais, que mesmo recentes, fomentam certa visibilidade nas fronteiras da sexualidade.

Os rebatimentos das problemáticas heterossexuais também podem se evidenciar nas relações homossexuais, de acordo com a realidade vivenciada pelos sujeitos envolvidos.

A partir dessa premissa, a tese trouxe como indagação central:

Quais os fatores de conflito, poder e reconhecimento que perpassam as relações homossexuais masculinas e femininas em Manaus?

O questionamento se faz relevante, haja vista que em qualquer tipo de relação afetiva, independente de orientação sexual, há possibilidades de conflito e estratégias de poder e submissão.

O aporte em que se permite tecer as indagações sobre conflito e o reconhecimento, em realidades independentes de orientação sexual ancora-se

no que Salomon (2006) considera como natureza do problema, a qual é de caráter interrogativo e antitético, gera a dúvida e a incerteza, as quais passíveis de reflexões interagem na concatenação de possibilidades e análises.

Os procedimentos metodológicos que envolveram o projeto de tese preliminar se apresentaram relevantes no que tange à visualização de como as etapas foram desenvolvidas. Trata-se da “*aventura do eterno fluir do rio*”, nas palavras de Salomon (2006 p.331).

Os caminhos da pesquisa demandaram análises precisas e dinâmicas, em atenção às falas, gestos e silêncio dos sujeitos participantes, já que cada elemento se constituiu como um discurso.

Goldenberg (2009) aponta a necessidade de reaprender a olhar. O olhar científico que permeia não apenas a necessidade de descrição, mas de construção, com disciplina, organização e confronto entre o possível e o impossível.

A instituição proponente da pesquisa foi a Universidade Federal do Amazonas, através do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), sediado em Manaus, estado do Amazonas, do qual a pesquisadora proponente fez parte em nível de Doutorado.

O delineamento da pesquisa quanto aos objetivos propostos se realizaram através de um estudo exploratório, o qual permite ao investigador a ampliação do estudo sobre um determinado problema em questão, pois parte de uma hipótese para aprofundar-se acerca de uma realidade que se pretende analisar.

No que se refere à classificação da pesquisa segundo a construção empregada, realizou-se o levantamento de campo e sua aplicabilidade permitiu o conhecimento direto da realidade e o encontro com os achados da pesquisa, condizente com a proposta da pesquisa.

Aliada ao levantamento, que sugeriu uma análise mais quantitativa, tivemos ainda o viés qualitativo, permitindo a interpretação com maior veemência no que tange à realidade *in loco*. A complementação desse processo foi feita através da pesquisa bibliográfica, para estabelecer o corte teórico e as reflexões relevantes ao entendimento da temática.

A instituição participante da pesquisa foi o Fórum LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), que forneceu a anuência da pesquisa e

sinalizou com a escolha dos sujeitos da pesquisa de maneira aleatória, independente de classe social, escolaridade ou ocupação, tecendo como parâmetro apenas indivíduos que participassem do movimento social ou que fossem assistidos direta ou indiretamente pelo Fórum.

A caracterização dos sujeitos para a inclusão na pesquisa se fez da seguinte maneira: indivíduos que se identificassem com a orientação sexual voltada à homossexualidade, sujeitos masculinos e femininos entre a faixa etária de 18 a 55 anos, residentes no município de Manaus.

Quanto aos critérios de exclusão observaram-se os sujeitos com identificações da condição voltada para a heterossexualidade, travestilidade e transexualidade, ou outra condição que não contemplasse os objetivos da pesquisa; sujeitos fora da faixa etária escolhida e residentes fora do município supracitado. No que tange ao quantitativo de participantes, somatizam 10 (dez) sujeitos homossexuais masculinos e 10 (dez) femininos.

O instrumental utilizado na pesquisa de campo foi a entrevista semiestruturada (APÊNDICE 1), visto tratar-se de um instrumental em que se permite partir de conhecimentos, ideias e hipóteses básicas, com a liberdade para ampliar o campo de indagações por parte do pesquisador, porque no momento da aplicação do instrumental, podem surgir novas hipóteses a partir das respostas que forem fornecidas pelo informante. Ressalta-se que nesse processo, não se trata de questões *a priori*, mas de resultados da análise teórica que direcionem o pesquisador.

Para enfatizar o aprofundamento da problemática em discussão, aplicou-se ainda a técnica da Observação Direta, pois permite a análise do comportamento dos sujeitos em determinado período de tempo, para que possam ser caracterizados por meio de sinais, que podem ser visuais, corporais e até mesmo pelo silêncio, que por si já constitui um discurso.

Para garantir a confidencialidade dos dados da pesquisa, os sujeitos foram tratados pelo nome de flores que escolheram, sendo assim apresentados:

Entre os sujeitos femininos tivemos: Acácia, Tulipa, Hortêncina, Orquídea, Açucena, Azaleia, Jasmim, Íris, Rosa, Angélica; Os masculinos foram representados por: Crisântemo, Narciso, Lírio, Ipê, Azulão, Lisianto, Girassol, Antúrio, Girassol e Jacinto (APÊNDICE 2).

Para a coleta de dados, utilizou-se ainda a fonte de dados secundários, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para a coleta de dados sobre casais homossexuais, quantitativo de casamentos realizados no Brasil e população dividida por religiões.

A pesquisa obedeceu a todos os critérios éticos contidos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, com envio ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas por meio da Plataforma Brasil, obtendo-se a autorização para a realização da pesquisa por meio do CAAE 41442815.3.0000.5020, com o Parecer Consubstanciado No. 953.383 (ANEXO 1).

Para tecer ponderações sobre a sexualidade, fez-se necessário investigar primeiramente sobre os usos do corpo frente aos cânones sociais adotados na sociedade de hereditariedade ocidental. Assim, no primeiro capítulo, procurou-se caracterizar os traços histórico-culturais na construção dos significados do corpo e da homossexualidade, evidenciando-se como o corpo foi tratado e considerado historicamente, os limites e paradigmas que norteavam o seu uso para os dispositivos da aliança, ao considerar as reflexões Foucaultianas.

Abordou-se ainda, sem demandar o esgotamento do assunto, o surgimento da categoria homossexualidade, as estratégias de abordagem e punição dos que ficaram conhecidos como dissidentes, assim como os desafios contemporâneos no que se refere ao abandono do sufixo “ismo” (homossexualismo), para reconhecer a categoria homossexualidade, a qual parte do Direito diretamente para a vida cotidiana dos sujeitos sociais, na perspectiva de abordar uma categoria que permita o viés da inclusão pelas teias significativas da afetividade.

Como as reflexões de campo reafirmaram as discussões pautadas no cotidiano da mídia e da política, o segundo capítulo da tese objetivou contextualizar como a arena de conflito existente entre o Estado e as religiões favorece o fundamentalismo pode olvidar os direitos da população homossexual. Discutiu-se o significado do sagrado e das religiões no cenário brasileiro, onde abre-se espaço, sobretudo, para o reconhecimento do pentecostalismo, entre outras religiões, nas suas três ondas do movimento religioso, as quais são responsáveis pelo crescente quantitativo populacional

evangélico, mas também um dos responsáveis pelo fundamentalismo religioso inserido no berço da política brasileira, o que ameaça a laicidade do Estado coloca em mutismo os direitos de vários segmentos sociais, entre eles os homossexuais, que perdem a possibilidade de se tornarem protagonistas sociais, e acabam reduzidos a *outsiders*, conforme as ponderações de Elias e Scotson (2000).

Após a análise dos fatores externos às relações/conjugualidades que dificultam seu reconhecimento social, o terceiro capítulo, denominado “O Conflito das Fronteiras da Homossexualidade”, propõe-se a conhecer os fatores que contribuem para a existência do conflito no interior das relações homossexuais masculinas e femininas; como essas características são abordadas e vivenciadas ao se retirar o véu que encobre as uniões/conjugualidades. Trata-se de trazer à tona a discussão de como essas relações se idealizam e se constroem em seus elementos de parceria, cumplicidade, poder, submissão e possíveis heranças heteronormativas.


A partir do reconhecimento da existência das uniões homossexuais, indagou-se sobre possíveis retratos de violência no interior das relações, os quais poderiam relacionar-se às expressões da Questão Social que envolve também as relações heterossexuais, tais como o contexto de poder diante das caracterizações afetivo-sexuais, tanto masculinas e femininas.

A posteriori, no quarto capítulo, ponderou-se a perspectiva do reconhecimento da condição homossexual sob os prismas do Direito no olho do furacão. Plasmou-se a discussão que questionou se há realmente uma luta por reconhecimento dos sujeitos na cidade de Manaus, e em caso positivo, como esse processo se fomenta nos relatos dos sujeitos da pesquisa.

No referido capítulo, abordou-se ainda o “armário” existente nas fronteiras do que significa o reconhecimento como homossexual, assim como os desafios existentes nas lutas pela implementação e efetivação das políticas inclusivas, as quais não se olvida que são construídas no bojo de uma correlação de forças existente no interior da sociedade capitalista. Como resultado, assiste-se ao mutismo referente ao conhecimento sobre a condição humana expressa por meio da referida sexualidade, como também a ausência de preparo dos profissionais para recepção, atendimento, humanização e a

inclusão dos homossexuais masculinos e femininos nos planos, programas e projetos sinalizados como conquistas políticas da população LGBTI.

Entre dissidências, transgressões e formas em que a condição homossexual ainda é vislumbrada, além do encastelamento de direitos, a tese se propõe a discutir a visibilidade dos sujeitos no bojo das políticas, mas sobretudo, nas relações/conjugalidades que se edificam na contemporaneidade para além dos prismas da possível proteção social e do reconhecimento.



CAPÍTULO I – O CORPO E A HOMOSSEXUALIDADE SOB O PRISMA HISTÓRICO E SOCIAL

O corpo humano sempre foi objeto de descobertas e mecanismos de tabu. O saber e o poder atuam diretamente no uso dos corpos aos quais se aliam costumes, culturas e histórias inerentes às civilizações.

A vontade de saber sobre o corpo e suas estratégias de exploração permeiam os devaneios da humanidade, perpassam o contexto social e recaem nas estruturas de uma cultura voltada para a dominação e disciplina, no que tange a um corpo que pode ser santo, nefando, transgressor, artífice dos dispositivos da aliança e até mesmo repressor, frente ao que a sociedade espera, concede e determina.

Os imperativos do corpo se encontram presentes na imagem do lícito e do que se demanda como permissivo. O ilícito e o proibido foram “banidos” da sociedade e visualizados como “anormais” dentro dos cânones sociais. Os transgressores foram historicamente relegados ao ostracismo de uma

construção social banhada, sobretudo, pelas religiões que impulsionavam a disciplina dos corpos, de pensamentos e ações, através de determinações alicerçadas por códigos morais que demandavam a obediência e a submissão.

O uso do corpo foi então determinado e limitado dentro de padrões “aceitáveis” para que o andamento da sociedade permanecesse em um processo de harmonia secular.

Apesar disso, a sodomia, também caracterizada por transgressão, alçada pelo viés das práticas homoeróticas, reescreve a história da sexualidade por um novo prisma, no qual se inserem descobertas, alternativas de prazeres e a constante vontade de saber, falar e experimentar o sexo.

A sexualidade deixa de ser então algo programado ou projetado para a existência corporal administrada, dividida na estrutura biológica binária entre masculino e feminino. Alça horizontes permeando nuances na construção e desconstrução das identidades no campo sexual dos indivíduos.

O debate aponta para o significado do lícito e o ilícito nos usos do corpo, caracteriza indagações e buscas reflexivas no presente capítulo, as quais objetivam discutir como o elemento “corpo” foi visto historicamente, suas lacunas, concepções do poder gestado pela esfera privada e pública, além das fronteiras expressivas entre o permitido e o proibido.

Revelaremos, sem demandar o esgotamento das ponderações, alguns traços históricos e culturais das práticas homoeróticas como desvelamento das sexualidades e a transição para a categoria “homossexualidade”, a qual mesmo na contemporaneidade, ainda se espalha em desafios no que tange ao seu reconhecimento como condição humana, visto que conquistas legais não significam tolerância social ou transformação cultural.

A compreensão da condição humana expressa através da homossexualidade demanda reflexões sobre traços históricos e culturais, os quais refletem não apenas o lugar do corpo, mas também o seu papel historicamente determinado, conforme se verifica no tracejar das linhas que se seguem.

1.1 O PERMITIDO E O PROIBIDO NO USO DOS CORPOS

O debate sobre o uso do corpo sempre envolveu a humanidade. O que se permitia ou não, era visualizado e descrito em legislações, normatizações culturais construídas e desconstruídas.

O direito sobre o corpo e as suas referências no que tange a ser modelado e administrado existem desde a origem humana. Um exemplo disso são os Diálogos de Platão, ao ressaltar os questionamentos que Símias faz a Sócrates na prisão, conforme se analisa a seguir.

O corpo de tal modo nos inunda de amores, paixões, temores, imaginações de toda sorte, enfim, uma infinidade de bagatelas, que por seu intermédio (sim, verdadeiramente é o que se diz) não recebemos na verdade nenhum pensamento sensato; não, nem uma vez sequer! Vede, pelo contrário, o que ele nos dá: nada como o corpo e suas concupiscências para provocar o aparecimento de guerras, dissensões, batalhas; com efeito, na posse de bens é que reside a origem de todas as guerras, e, se somos irresistivelmente impelidos a amontoar bens, fazemo-lo por causa do corpo, de quem somos míseros escravos (PLATÃO, 1991 p. 119).

No diálogo, Sócrates revela que o corpo é instrumento para conquistas e batalhas. Ele resalta uma espécie de aprisionamento que o corpo pode vivenciar, além das possibilidades reais de sua administração, o que evidencia a dualidade entre alma e corpo como algo muito anterior ao Cristianismo.

Se desde a Grécia Antiga já se falava do corpo como instrumento de dominação sobre algo, *a posteriori*, com o advento das religiões monoteístas, as características de disciplinamento corporal elevam-se alicerçadas por códigos morais, com ações e pensamentos que deveriam ser pautados perante a coletividade. O corpo ultrapassa os muros do privado e atinge o legado gestado na esfera pública, onde seria permeado, discriminado, rechaçado e reivindicado, conforme a construção cultural de cada localidade.

Utilizar-se-á a era cristã para tecer reflexões sobre o corpo, já que a referida reescreve as maneiras de ver e interpretá-lo. A relevância de ponderá-la se faz visto que de acordo com a herança ocidental, o Cristianismo se plasmou como a maior base para a construção histórica e cultural da realidade brasileira.

Le Goff e Truong (2006) ao tecerem uma análise histórica do corpo na Idade Média, enfatizam que a religião teve um papel determinante na compreensão sobre seus usos e limites.

Na história de algumas religiões monoteístas tais como a católica, evangélica e judaica, o corpo é o símbolo do pecado na simbologia de Adão e Eva, sendo desde então condenado pela ausência de limites, perdido em atitudes consideradas abomináveis frente à construção simbólica do sagrado.

A partir dessa simbologia, o corpo ganha novo significado, como instrumento que demandava ser desprezado e humilhado, considerando as deflorações fronteiriças de uma identidade transgressora que pecou e condenou as gerações vindouras.

A simbologia do Adamismo retrata a vontade de saber que recai em uma consequência. O corpo precisava então ser punido, seja pela descoberta de uma nudez aliada à sensualidade, ou mesmo pela busca de outros universos concernentes ao conhecimento de realidades diversas, que demandavam ser experimentadas, vividas e agrupadas.

Surge então, conforme Le Goff e Truong (2006), a noção de abstinência e continência como virtudes fortes. Inicia-se o processo de administração dos corpos conforme as demandas sociais, históricas, culturais e religiosas, religando antigas práticas, simbologias do pecado e doutrinas morais que norteassem o que seria proibido ou permitido no que se refere ao uso do corpo.

Le Breton (2010) enfatiza o corpo como um instrumento moldado pelo contexto social e traz fatores culturais que permeiam seu comportamento, o que explica a relação do corpo com o mundo.

O uso físico do corpo é condicionado à realidade vivida, em que o homem depende de um conjunto de elementos que o norteiam, os quais refletem os tipos de vestimentas, atividades laborativas, comportamentos e papéis que se diferem no processo de construção social e histórica.

A partir de ponderações Marxistas expressas nos Cadernos de Paris de 1844 e na Contribuição à Crítica da Economia Política, enfatiza-se que a sociedade apresenta múltiplas determinações regendo as relações sociais. O sujeito é determinante e determinado conforme características econômicas, históricas e culturais, com peculiaridades agravadas pela dinamicidade social.

Historicamente, o advento do Cristianismo Ocidental coloca duas noções de compreensão acerca dos corpos, a primeira traz a concepção singular do pecado nefando, já a outra é caracterizada pela glorificação.

A simbologia alegórica de que um deus se fez homem, expressa por Le Goff e Truong (2006) aponta que o corpo também pode ser venerado, alçado aos sentimentos superiores a exemplo dos indivíduos, como Francisco de Assis, que tem seu corpo permeado por estigmas os quais aparecem como frutos de recompensa por uma vida austera e ascética, ou seja, a fé e a devoção poderiam elevar o corpo a um padrão de alta dignidade.

O Catolicismo Romano exerceu um papel fundamental através da compreensão dos sacramentos, em que seria possível segundo os dogmas da religião, santificar os corpos, tirá-los do mar de escuridão e devolvê-lo à “pureza” necessária para clarificar a existência do indivíduo, pautada na continência, confissão, no arrependimento e na punição do corpo.

Por outro lado, o corpo foi considerado por Gélis (2012 p.12) como “*abominável veste da alma*”, pela concepção da fraqueza da carne, da impossibilidade de lutar contra os instintos e o desejo sexual.

Assiste-se a uma dualidade na qual o corpo aparece de modo enobecedor ou de menosprezo, tendo como aporte as possibilidades de uso e não uso do corpo. Nesse ensejo, os miasmas criados pelas religiões não são unânimes ao retratar o corpo, ou seja, prevalece a duplicidade de possibilidades e análises do que é “certo” ou “errado”, ou seja, predominou a ideia de que o corpo pertencia à natureza e não à cultura, o que favoreceu análises fadadas ao determinismo relacionado ao seu uso.

Nesse âmbito, a questão cultural é secundarizada, olvidam-se as possíveis determinações, assim como as mutações que o cotidiano pode apresentar, conforme a realidade social temporal.

Durante a Idade Média, os pontos do corpo poderiam ser divididos entre partes nobres ou plebeias, o que mostrava a divisão fronteiriça entre o lícito ou ilícito (LE GOFF e TRUONG, 2006). Podemos ressaltar que essas fronteiras perduram até a contemporaneidade, visto a comum prática de apontar as partes do corpo divididas entre o que pode ser visto, falado ou mesmo pensado.

O mergulho dos estudos relacionados ao corpo nas Ciências Sociais trouxe inovações referentes à cultura e à história, na associação com o permitido e o proibido, variando de acordo com a sociedade e o referido papel de inserção do indivíduo.

Verificamos então, que o corpo tem uma história e esta não se dissocia do contexto social e cultural dos sujeitos, o que nos remete às ponderações de Marx, ao contextualizar as relações sociais como socialmente determinadas e dialeticamente abertas ao processo de construção.

Marx (2006, p. 26) considera que: *“O homem é um mistério para o homem; sabe-se apenas censurá-lo, mas não se conhece”*. A falta desse conhecimento, segundo o autor, leva ao julgamento e ao estigma daquele que nem sempre tem condições de advogar em favor de sua própria causa.

Refletiremos como marco histórico para o corpo, o período caracterizado pela Renascença, período no qual a humanidade assiste às constantes buscas que remetem ao progresso em várias esferas, tais como: arte, literatura e pensamento científico.

O Renascimento Italiano surge como movimento cultural entre os séculos XIV e XVI, com a quebra de alguns paradigmas relacionados ao corpo no âmbito da sua apresentação nas artes. Une-se então o belo ao sagrado, já que as obras de arte colocavam o homem como sujeito, e não apenas coadjuvante nas produções artísticas.

O paradoxo, entretanto, se fez ao passo que a liberdade de pensamento entra em cena, mesmo quando ainda se resgatam concepções antigas de união entre Deus e o homem, expressas nos livros sagrados, principalmente de cunho católico, com o apoio dos ideais da Contrarreforma.

Apesar de algumas mudanças humanistas, ainda olvidavam-se as possibilidades do corpo quanto ao seu uso e descobertas. Assim, as artes Renascentistas apontaram obras de raízes cristãs com aportes religiosos diversos, conforme se verifica abaixo.

Imagem 1
Expulsão do Paraíso
Detalhe do teto da Capela Cistina (Michelangelo)



Fonte: www.historialivre.com/renascimento

A obra denominada “Expulsão do Paraíso” pintada por Michelangelo, remete a um contexto religioso expresso visualmente, ou seja, apesar de o Renascimento representar certa quebra de modelos concernentes ao teocentrismo presente na Idade Média, ainda era comum a presença do viés cristão.

Na imagem acima, por exemplo, verifica-se a visão do pecado de Adão e Eva e ao lado a expulsão dos dois por uma figura angélica.

A obra expressa o paraíso, mas também a representação do corpo humano, o qual infringe os códigos presentes em uma moralidade de origem divina e por isso ocorre a simbologia da punição.

O corpo transgressor em questão é o feminino, que carrega conforme Del Priore (2011) a acusação de ter introduzido o pecado, de ser traiçoeira e significar pecado e morte. Através da cultura religiosa e o simbolismo adâmico, acreditava-se que a mulher trazia sofrimentos e impurezas devido à condição de pecado registrada em Eva, fazendo do sujeito feminino o principal protagonista responsável pela expulsão do jardim do Éden, demandando a construção de um simbolismo universal.

Não apenas as obras sacras fizeram parte do Renascimento, mas também as que tiveram aportes da Mitologia Romana, as quais trouxeram a imagem de corpos desvelados, conforme se observa na imagem da obra de Sandro Botticelli feita em 1482.

Imagem 2
O nascimento de Vênus



Fonte: www.historialivre.com/renascimento

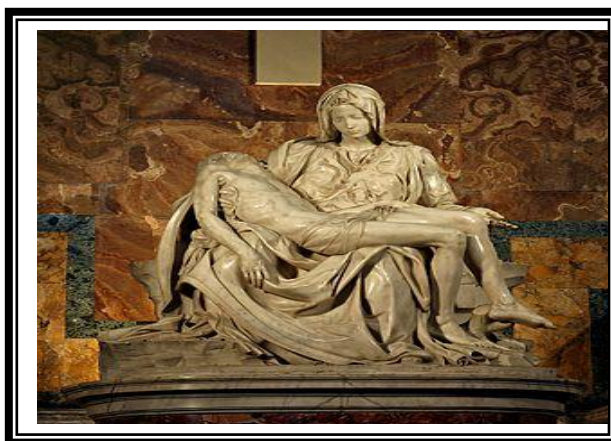
De acordo com Franchini e Seganfredo (2007), o nascimento de Vênus se dá pelas águas do mar. Trazida por uma concha, expressa a perfeição de um corpo feminino, que no contraponto demandava ser coberto, como retrata-se na recepção das ninfas e no uso dos cabelos para tal. A obra revela o desvelar do corpo, como também a compreensão do que não pode ser mostrado.

A obra mostra o gênero feminino em evidência pelos recortes da mitologia, mas não evidencia qualquer ideia de erotismo, ou de sensualidade, ao contrário simboliza uma vida que se inicia com o aporte dos deuses, com ênfase nas práticas e crenças contidas na Roma Antiga.

Assim, na Renascença, algumas obras caracterizaram o corpo de maneira sã e bela, com os seus traços e curvas que uniram a beleza e o protagonismo humano. Entretanto, as obras não seguiram uma linha única, o corpo angélico, saudável e belo também deu lugar ao corpo humano, inerte e sofrido, como se evidencia na escultura de *Pietà* feita por Michelangelo em 1499.

A referida obra denota o sofrimento de Cristo com detalhes expressos, os quais objetivam humanizar a obra e mostrar os castigos do corpo físico conforme a imagem seguinte.

Imagem 3
Pietà (Michelangelo)



Fonte: www.historialivre.com/renascimento

Os detalhes expressos no corpo feminino revelam o desvelo da maternidade. Já o masculino apresenta os detalhes referendados através de um corpo inerte e silenciado pelo sofrimento, o que aponta para a humanização da obra e sua referência com os acontecimentos narrados pela literatura cristã.

As reflexões expostas não tem a pretensão de caracterizar por si o movimento que deu origem ao Renascimento Italiano, mas apenas ponderar de maneira breve como o corpo foi visualizado, através da retratação na arte a partir desse período tão relevante para a construção de uma visão diferenciada, aportada na visão que fugia ao conceito de indivíduo da Idade Média, mas atuava também no reforço de argumentos tradicionais em relação ao corpo.

Apesar de o corpo começar a emergir, este era administrado para o que poderia ou não ser aceito, ou seja, no referido período, o corpo obedecia ao panorama limítrofe do que a sociedade ditava através das visões histórica, social, cultural e religiosa. Sobre isso, Gélis (2012) pondera:

Que respostas trouxe ela (Igreja) à nova consciência do corpo que emerge lentamente no Ocidente? Como conciliar um discurso que pretende penalizar o corpo pecador com as expectativas de homens e mulheres, preocupados com o desabrochamento pessoal que coincide justamente com uma valorização da imagem de seu corpo?

Com o potencial da Igreja para exercer o poder sobre os indivíduos, a Renascença trouxe indagações às várias maneiras de ver o mundo, perpassando também na análise do corpo e seu uso através das artes, ou seja,

o que historicamente foi mostrado pelos dogmas religiosos como perdição, aponta-se em uma visão dissemelhante, já que o corpo passa a ser lugar de expansão e de conhecimento, de questionamentos e buscas por respostas, sejam elas relacionadas à beleza, sofrimento ou ao poder.

Gélis (2012) enfatiza: *É um outro tempo do mundo que se abre, uma nova consciência do corpo que se afirma. Um corpo inquieto que arrancando-se do grande corpo coletivo, paga muito caro por essa emancipação (p. 130).*

Esse novo tempo (Renascentismo) reflete que o corpo deixa de ser um simples coadjuvante e começa a iniciar os primeiros passos no rumo do protagonismo das indagações científicas, teológicas e religiosas, em que o permitido e o proibido são postos em questão.

O conservadorismo de um poder administrado começa a ceder lugar às indagações que trazem enfoques sobre a utilidade do corpo, a descoberta dos prazeres, potencialidades e limitações, entre outros fatores inseridos na diversidade de trato desse corpo que foi olvidado durante tanto tempo.

É relevante contextualizar também, na realidade Amazônica, como o corpo era ou ainda é representado pelos povos tradicionais.

Entre os indígenas de etnia ticuna, verifica-se a tradicional “Festa da Moça Nova”, que segundo Matarezio Filho (2013) perfaz um rito de passagem após a menarca feminina. A preparação do corpo e o aconselhamento da jovem envolvem uma grande festa para a comunidade, a qual reflete a esperança na imortalidade e os mitos da vida breve.

Para Soares (s.d. p. 84) o termo rito de passagem “denota a vida humana como processo”. Através disso, enfatiza-se que a festa da puberdade retrata um corpo preparado, em que a menina já não encontra-se mais no estágio da infância, ao contrário, já pode ter maturidade inclusive para gerar outros seres e colaborar com a continuidade da sua etnia.

Ainda de acordo com Soares (2011), compreende-se o significado do corpo na cultura indígena, assim como também se reflete o espaço que ocupa. Em nossa sociedade, o corpo é apenas aquilo que se pode ponderar, analisar, ratificar, ou seja, tudo o que está fora do contexto não se considera viável de ser feito.

O mesmo não vale para os indígenas. Entre os Sateré Mawé por exemplo, o ritual de preparação dos homens envolve uma festa na qual o

sujeito principal usa luvas repletas de formigas Tucandeiras (presentes na região amazônica). A prova para o corpo envolve a condição de suportar a dor, “transformando” o menino em homem, com todas as condições para assumir papéis na comunidade.

De acordo com Botelho e Weigel (2011) o rito de passagem é responsável pela marcação de uma transição entre a infância e a idade adulta. O colocar da luva simboliza justamente o contato sexual com a mulher, ou seja, deixa o rapaz apto ao exercício das atividades masculinas na comunidade.

Entre as comunidades indígenas, o corpo é significado e ressignificado em rituais que determinam o seu uso e os rumos, seja para o desenvolvimento de atividades ou papéis sociais com determinantes de gênero. Assim, dentro de cada peculiaridade, observam-se condições para o desenvolvimento do que se considera como masculino e feminino dentro do processo de transição da infância para a vida adulta.

Seja a análise do corpo na perspectiva das tradições das sociedades ou nas comunidades indígenas, a divisão biológica ainda retrata a condição binária dos corpos, os quais se fecham entre o masculino e o feminino, determinados, sobretudo, pela conjuntura dos órgãos sexuais. Lentamente, emergiam pensamentos que questionavam se a referida divisão seria um mecanismo efetivo e suficiente para dizer quem é o indivíduo.

Inicia-se a discussão acerca da construção de gêneros que perpassam o masculino e o feminino, contudo vão mais além ao ressaltar que o gênero perfaz um contexto social, histórico e cultural de inserção dos indivíduos, ou seja, não é determinado, mas construído e desconstruído cotidianamente.

As identidades que podem ser consideradas a partir dos usos do corpo fomentam outra análise relevante, que de acordo com Pellegrin (2012) podem ser afirmadas pelo uso das vestimentas. As práticas fora das normas poderiam acarretar um temor sobre a desintegração social. Por exemplo, um homem travestido com roupas femininas ou vice versa, poderia configurar-se como atentado ao direito civil e até mesmo divino, ou seja, a liberdade do corpo é podada pela religião, assim como pela construção cultural e social.

Tudo o que ultrapassa o sentido dito “normal” compõe os acordes do que significa transgressão e anormalidade. A vestimenta, por exemplo, precisa determinar uma classe social, um sexo predominantemente caracterizado, uma

identidade esperada, uma ocupação e religião, ou seja, ocorre uma vigília sobre o que se pode fazer com o corpo já que este é administrado.

Para contrapor essa reflexão, traçaremos a análise de Butler (2010), pois coloca em xeque as evidências e culturas que amarram um sexo ao gênero. Para ela, há um poder que opera no universo das estruturas binárias que compõem tanto a construção do masculino quanto do feminino. A autora ressalta como exemplo a expressão de Simone Beauvoir, ao afirmar que ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Tal expressão não delegaria uma identidade compulsória à mulher?

O que significaria o tornar-se mulher? Será que necessariamente um sujeito do sexo feminino demandaria uma identidade feminina, ou tratar-se-ia de uma construção heterossexual compulsória? Como ponderar as diferenças entre sexo masculino e feminino no corpo? Por que trabalhar apenas em uma divisão binária, estreita e personificada em dois elementos?

A caracterização binária dos sexos revela muito sobre a estrutura dos corpos, como são pensados, falados e fadados aos cânones sociais elencadas cultural e historicamente.

Essa compreensão do corpo mostra a regulação de estruturas que definem e reproduzem o que “precisa” ser feito dos corpos.

Um retrato desse enfoque foi expresso na análise das obras de arte, as quais apresentam corpos bem definidos entre o universo do masculino e feminino.

Atrever-me-ia a questionar se a definição de corpo não seria basicamente a reprodução de uma exigência social e cultural...

Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala* objetiva sua análise centralizada na realidade entre masculino-feminino, onde o sujeito masculino com responsabilidades delegadas a construção do homem e o feminino sem margens para compreensões que fossem além desse construto.

Safiotti (2004), na obra *Gênero, Patriarcado e Violência*, reforça como a construção dos gêneros leva a um processo de emancipação masculina e submissão feminina. Como isso pode refletir uma cultura, se até mesmo o corpo é fadado a introduzir-se e a permanecer no binarismo absoluto do masculino e feminino?

Os usos do corpo e seus enfoques entre o que se considera como permitido e o proibido chegam aos muros da sexualidade, em um debate que estava recluso por séculos. Olvidava-se tratar de uma caixa de pandora, com surpresas que precisavam vir à tona e entrar em cena, em uma sociedade que mesmo com seu cunho tradicional e conservador no que tange aos costumes, tinha a configuração binária do sexo como fonte primária de seu cotidiano.

A regulação histórica dos sexos e gêneros aponta para a necessidade de discutir poder e repressão, como estratégias sociais e culturais de fazer silenciar o corpo, com seus desejos e anseios próprios da carne.

Os estudos sobre o sexo são desafiadores, apesar de seus retratos apontarem ênfase desde a Grécia Antiga, no que se refere a iniciação sexual e outros elementos que perfaziam a cultura e a sociedade da época.

Conforme as reflexões Foucaultianas baseadas na Filosofia da História, o sexo torna-se um assunto silenciado quando se percebeu as portas da esfera íntima cerradas pela Igreja, o que tornou o sexo apenas um assunto de confissão e não mais da sociedade.

O silêncio em torno dos discursos sobre o sexo, seu mutismo e o puritanismo ao falar dele, eram alimentados pela proibição em abordá-lo, assim como todo e qualquer assunto relacionado aos prazeres carnavais. Na análise de Foucault (1988), o simples fato de se falar em sexo era motivo para se pedir desculpas pela transgressão causada pelo assunto, já que se considerava algo sem relevância e desnecessário de ser tratado nos vieses da socialização.

A calma falaciosa que rondava o sexo nas sociedades do século XVII e XVIII era característica dos cânones sociais, porém não olvidava os devaneios mais profundos que permeavam a vontade de saber, inerente e expressa na sexualidade humana em geral, assim como nos prazeres que os corpos poderiam proporcionar nas descobertas sexuais, ou seja, a ideia de uma repressão em torno do sexo levou a uma intensificação dos discursos em torno da decência e do proibido, da perversão e da libidinagem.

A Igreja por sua vez, conduzia a discussão sobre o sexo pelo viés da infração, além de encarregar-se da vigilância em torno do que os fieis faziam com o corpo. Nesse período, a confissão era utilizada como estratégia de poder, quando o sujeito confessava seus atos e pensamentos, sendo indagado e punido severamente pelo que se conhecia como 'pecado nefando'.

O dogmatismo religioso apontava que as leis divinas teciam verdadeiras lacunas entre o que se considerava normal e 'anormal', o aceito e o interdito, além das ameaças sobre o céu e o inferno, levando o indivíduo a temer o transcendental na esfera de seu comportamento social de razão limitada. Decerto, os desviantes eram aprisionados em suas próprias ações e crucificados pelas doutrinas religiosas que exigiam a completa confissão de seus crimes.

Apesar disso, Foucault (1988) ressalta que alguns mergulhavam cada vez mais fundo na livre expressão dos prazeres sexuais, ou seja, o dogmatismo religioso não olvidava a vontade de saber sobre o proibido e o ilícito no que tange aos usos do corpo, mesmo frente às tentativas de reduzi-lo, classificá-lo e mascará-lo.

As práticas sexuais chamam atenção da Ciência e a sociedade assiste ao nascimento das Ciências Sexuais, apesar dos aportes que caracterizam a sua submissão aos códigos morais e às normas médicas.

Diante desse contexto, vale questionar se a visão Foucaultiana não retrata somente os apelos da construção de um poder ocidentalizado, com um discurso cultural predominante, ativo e dominador acerca dos assuntos relacionados à sexualidade.

Quando Foucault retrata o transgressor como anormal, significa que a sociedade canaliza um cânon, um paradigma, um retrato que demanda ser reproduzido. Já aqueles que não se encaixam, ficam à margem da condição humana por não retratarem a posição dominante.

Ao refletir sobre os apontamentos de Said (2007) sobre o Orientalismo, compreende-se como esse foi inventado e mistificado pelo ocidente. Viabilizam-se relações de poder que desenham regras e culturas acerca de muitos elementos, entre eles há a representação da sexualidade, a qual é modelada, vendo-se que qualquer elemento a parte é inferiorizado e caracterizado como anormal.

Sobre a intervenção da sexualidade através da medicina, Foucault (1988) retrata o seguinte contexto:

Vinculou-se, com isso, uma prática médica insistente e indiscreta, volúvel ao proclamar suas repugnâncias, pronta a correr em socorro da lei e da opinião dominante; mais servil ante as potências da ordem do que dócil às exigências da verdade. Involuntariamente ingênua nos melhores casos e, voluntariamente mentirosa, nos mais

frequentes, cúmplice do que denunciava, ativa e provocadora, essa medicina instaurou toda uma licenciosidade do mórbido, característica do final do século XIX (p. 62).

Foucault (1988) pondera que a prática médica, centrada principalmente na Psiquiatria, inicializa reflexões não na tentativa de desvelar os elementos da sexualidade, mas em socorro às leis, com o objetivo estabelecer mecanismos de punição àqueles que ficaram conhecidos como portadores de taras, degenerados, pederastas e outros sujeitos que se encontravam à margem da sociedade pelo que se visualizava como “desvio” no campo do sexo.

Tem-se aí a discussão de uma sexualidade que aparece como elemento de reprodução da verdade, mesmo em um contexto em que há a máscara para a satisfação dos códigos da moralidade e da religião.

Sobre esse poder alicerçado na sexualidade, pode-se valer novamente dos apontamentos de Said (2007) para analisar a contracorrente dessa visão. O autor questiona possibilidades de análise da realidade não mais a partir de perspectivas manipuladoras ou repressivas, mas questiona que para se tecer considerações mais profundas sobre povos ou grupos, faz-se relevante a compreensão sob uma percepção libertária. Não se trata mais de fazer ponderações sobre o anormal, transgressor, o sujeito à margem, mas acerca do “ser”, o que demandaria a necessidade de repensar não apenas o conhecimento sobre o problema, mas todo o seu redirecionamento na perspectiva da condição humana.

Objetiva-se assinalar então, que sexualidade normativa, assim como outras variadas determinantes, foi inventada, alicerçada e reforçada por uma cultura ocidental, a qual dita cânones sociais e históricos do que se aceita e rejeita na esfera da coletividade, através da hegemonia que se constrói no bojo da sociedade capitalista, mas olvida, sobretudo, o ser dentro de uma perspectiva humana.

Verificamos isso a partir da primeira concepção de sexo, a qual é apresentada dentro de uma concepção binária (masculino e feminino) como já foi abordado. A segunda perspectiva apresenta a noção de gênero, que mesmo com uma referência mais ampla, não responde a muitas questões, visto que mesmo tecendo referências ao se tratar de construções culturais, pondera-se em acordo com Butler (2010), que a relação do gênero pode não estar

relacionada a determinado sexo. Tem-se aí então uma edificação da heterossexualidade compulsória, não respondendo a indagações mais profundas tais como: ao nascer, denomina-se um sexo, que não necessariamente está associado ao gênero e que por vezes também independe do alcance dos desejos sexuais, ou seja, dos construtos que são colocados para a sexualidade.

Para Foucault (1988), durante o século XIX, o sexo foi visto em duas perspectivas: a primeira foi centrada na biologia, na qual se preconizava a questão da reprodução, já a segunda se regia pela medicina, que gerava um sexo obediente às regras, em conjunto com os dispositivos legais. Esqueceu-se, porém que por detrás de tudo isso, emergia por um lado a vontade de saber, a qual se elencava com a construção da sexualidade humana ocidental, em contraponto da vontade de não-saber, de cunho tradicional e voltada ao conservadorismo pautado nos dogmas da religiosidade.

A análise foucaultiana não se encontra pautada no sujeito ou na dominação, mas nas relações de poder construídas em torno do corpo, o qual precisava ser manipulado e vigiado conforme as normas sociais. Assim, não há um Estado que detém o poder, visto que o poder circula em todo corpo social (FOUCAULT, 1999).

Apesar do enfoque de Foucault, sobre a formação dos dispositivos de poder, poderíamos nos atrever a ver não o corpo como objeto administrado, mas sim a construção dos sexos, gêneros e sexualidades, vistos que emergem no interior de construtos compulsórios, como nascer do sexo feminino, crescer, tornar-se homem e relacionar-se com o sujeito do sexo oposto.

Nesse ínterim, o feminino é visualizado como o Outro. Esse apanágio reduz tal sujeito, porque o outro não é o visível, o principal, o protagonista. Historicamente e culturalmente, o feminino foi visto como o antagonista, o contrário, o submisso, aquele em que “falta algo”, como nos discursos de algumas linhas da Psicanálise.

Do corpo feminino ou masculino se espera um posicionamento preestabelecido, uma disciplina e uma “identidade”. Isso não seria na logicidade do raciocínio algo compulsório ao que a sociedade preconiza?

Penso que aí se encontrava a limitação dos estudos que relacionam corpo e gênero. Uma construção cultural expressa no bojo dos grupos sociais

pode soar como algo compulsório, esperado, sem ofertar espaços para a fluidez de uso dos corpos, entendimento dos gêneros e das sexualidades.

O discurso centralizado na construção cultural de um corpo adequado aos cânones sociais olvida os que não se adequavam às normas e se criou assim, o que Butler (2010) chamará de subversão da identidade. São sujeitos em condição de mutismo ou clandestinidade no que tange ao elemento corpo, gênero e sexualidade, porque ultrapassam regras, leis e paradigmas impulsionados pela compulsoriedade de uma identidade que demanda a concatenação com a visão binária de corpo.

Assim, conservadorismo cultural, ciência, religião e direito se unem na construção de significados e usos do corpo, dentro de cânones voltados a uma codificação moral que dita limites entre o normal e o anormal, assim como coloca a ação do diferente como transgressão e infração.

Um exemplo do uso transgressor do corpo no século XIX foi expresso por Gustave Courbet¹, através de algumas de suas obras consideradas infratoras, pois pontuavam-se caracterizavam longe do que era social e culturalmente aceitável. Courbet ousou da arte e pintou o ilícito, na tentativa de fomentar visibilidade ao realismo humano, com todos os seus aportes de sensualidade referente ao corpo, conforme observamos a seguir.

Imagem 4
O sono ou a preguiça e a luxúria (Coubert)



Fonte: Revista Científica FAP (Faculdade de Artes do Paraná).

A coragem de pintar a transgressão significava ultrapassar os limites do que era concebido pela sociedade. O corpo como potencial para a sexualidade

¹ Pintor francês (1819 – 1877) que desenvolveu sua arte voltada para o realismo, consagrou-se na escola francesa, apesar das críticas sobre a vulgaridade de algumas de suas obras.

não se vislumbrava como algo aceitável pela moralidade e algumas obras de arte foram responsáveis em colocar o assunto em voga na esfera pública, visto que se obteve a quebra de paradigmas com relação às obras divinas e mais religiosas em que o corpo é expresso como sagrado ou pela ausência dessa sacralidade, ou seja, a arte se faz também como veículo de visibilidade para os comportamentos transgressores.

O retrato da arte remete à tese Foucaultiana sobre a vontade humana de saber sobre o corpo e o sexo, pois apesar da repressão cultural ocidental acerca do assunto, este é desenhado e mostrado em uma sociedade que fazia de tudo para inseri-lo no limiar do silêncio das intimidades.

Evidencia-se também que histórica e culturalmente, o corpo feminino foi mais exposto em pinturas relacionadas a transgressão do que o masculino, tendo este maior lugar na iconografia sacra, a partir da reflexão monoteísta de um Deus Pai e Filho.

A linguagem artística foi nesse período (Renascentista), uma estratégia para expressar discursos sobre o humano, na perspectiva da dualidade corpo/alma, além da psiquê, no que se refere ao permitido e proibido.

Para Bozon (2004) a caracterização do lícito e do ilícito vem de um processo de domesticação da sexualidade, em que a cultura e a história ditam o que homens e mulheres podem fazer. Acrescenta-se ainda que a construção compulsória dos gêneros também denota o significado e domesticação das expressões da sexualidade.

Esse “adestramento” culminou em posicionamentos relacionados com a fadada divisão binária de sexo e gêneros, em que se criaram os estereótipos do vigor masculino e da fragilidade feminina, da responsabilidade do homem com as atividades laborativas e da mulher com os afazeres do lar, além de posicionar hierarquicamente a submissão do sujeito feminino, ou seja, criou-se o retrato “adequado” e idealizado aos corpos de acordo com as considerações biológicas.

O surgimento das Ciências Sexuais aparece, como já foi visto, para oferecer aporte às leis, mas também abrange a preocupação com o que ameaçava o considerado como sexualidade “normal”. Ao aprofundar as reflexões sobre esse contexto, Bozon (2004) ressalta que:

Armada com as mesmas ferramentas classificatórias da sexologia do século XIX (oposição entre normal e anormal), a teoria freudiana da sexualidade, tal como foi expressa em 1905 dá um passo adiante nesse movimento de incorporar as perversões à normalidade, na medida em que não é mais o instinto da reprodução, mas a busca do prazer – ou seja, uma inclinação geral às perversões (p.41).

O final do século XIX se caracteriza não apenas pelo uso do corpo para fins de reprodução, mas pelo despertar das potencialidades quanto ao seu uso, demandando assim a urgência da medicalização e conseqüentemente a intervenção médica em relação à sexualidade, conforme verificar-se-á a *posteriori*.

1.2 SEXUALIDADE, CORPO E OS DISPOSITIVOS DA MORAL SOCIAL

O sexo e a sexualidade, retratados por séculos no ostracismo do espaço privado, começam a alavancar discussões por se interligarem ao corpo. O que antes se resumia ao devaneio e à prática de confissão, no século XIX, ganha *status* de Ciência, como já foi abordado. Todavia, a aparente visibilidade se esboça pelas vias de uma sexualidade vigiada e submissa, como resposta ao Direito, a tradição e à medicina. Ao se conceber o que social e culturalmente seria certo ou errado, normal ou anormal, estabeleceram-se dispositivos que ligariam sexualidade a um poder propriamente inventado pelo ocidente.

As ponderações Foucaultianas navegam pelos mares do poder que disciplina os corpos, chamado por ele de biopoder, porque atinge a estrutura biológica, o que dita as regras de conduta para o sujeito.

No contraponto de Foucault, seguir-se-à a reflexão de Butler (2010) ao entender que, na verdade, não se trata de um corpo administrado pelo biopoder, mas de identidades relacionadas a um poder compulsório e estável, o qual agrega cânones morais, de configurações tradicionais, não permitindo a compreensão do corpo como construção que independe do gênero, do sexo e da sexualidade.

O corpo não tem limites, pode ser volitivo, fluido e mutável, ao se caracterizar conforme os ditames de identidades construídas e desconstruídas cotidianamente. Assim, pondera-se a inexistência de uma linearidade, considerando a fluidez que perpassa desde a (des) construção do corpo até a noção de cidadania (CAVALCANTE, 2009).

Corpo e sexualidade são questionados, visto que por séculos as religiões os colocaram como algo que significou a negatividade para o sujeito. Com indagações, o assunto começou a ser mais debatido, mas apresentou respostas reguladas e polimorfas, conforme o que seria aceito culturalmente pela sociedade ocidental.

Como o corpo é vislumbrado com os aportes de regulação sexual, a transgressão do cânon é apontada pela religião como pecado, perversão ou algo que precisasse ser extirpado dos núcleos sociais.

Foucault (2004) enfatiza que três grandes códigos regeram a humanidade a partir do limiar do cristianismo, sendo o Direito Canônico, a Pastoral Cristã e a Lei Civil, sendo esta última de grande visibilidade a partir do século XVIII, para nortear o aceitável na esfera social. Assegurava-se então, que qualquer possibilidade de romper as leis canônicas do casamento ou buscar prazeres estranhos seria condenável.

O que se considerava como abominação seria julgado pela Medicina e pelo Direito como perversão, considerando as recomendações expressas pela religião, que trazia na lista de pecados graves o estupro, o incesto, o adultério, a sodomia e a carícia recíproca. O corpo precisava ser “educado” para ganhar sentido socialmente, para que pudesse nascer a concepção cultural dos gêneros.

O processo de controle e vigilância da sexualidade humana trouxe as diferenças sexuais para o campo da doença mental, sendo patologizada e estudada, com propostas interventivas que deram respostas ao campo do Direito, para assegurar a hegemonia das tradições sociais elencadas na formação nuclear burguesa.

Os paradigmas do controle imperaram após o mutismo estabelecido pela cultura cristã, a qual enfatizou a vergonha em tecer diálogos sobre o sexo, o pedido de desculpas em tocar no assunto e até mesmo a busca do perdão em confissões religiosas pelo “desperdício” do tempo em pensamentos daquilo que era visto como pecado nefando. Eis o retrato que leva a questão da sexualidade a ser considerada um assunto de tabus, mesmo frente às portas abertas do século XXI.

Apesar do controle, a vontade de saber levou a debates sobre a sexualidade e, conseqüentemente, duas possíveis teses que abordam o

assunto, as quais são caracterizadas por Louro (2000) conforme se verificará a seguir.

A primeira corrente de estudos sobre a sexualidade a coloca como algo dado, natural e biologicamente determinado, se tal contexto constituísse de maneira afirmativa, todos os indivíduos a viveriam de maneira uniforme.

A segunda aponta não apenas como algo pessoal, mas uma questão social e política, ou seja, as complexidades de fatores poderiam interferir na construção humana.

Apesar da reflexão sobre a possível construção e desconstrução da sexualidade e da sua descaracterização como algo inato, o que foi apontado na segunda tese, mostra que os comportamentos sexuais se nortearam para debruçar-se apenas em torno das relações sexuais entre pessoas de sexos diferentes, para constituir o chamado laço familiar, que foi ressaltado por Foucault (2004) como 'dispositivo da aliança', em que a união entre homem e mulher se consumava através do casamento, nascimento dos filhos e da extensão da parentela de ambos os lados.

O significado de família que se desenvolveu mais amplamente foi denominado como nuclear, o qual foi convencionado a reconhecer como laço efetivo apenas as relações heterossexuais.

Em crítica, aponta-se que a configuração nuclear se constrói como aporte da sociedade capitalista em justificativa à propriedade privada, ou seja, elenca-se por uma invenção (parafrazeando Said na obra *Orientalismo*), embasada, sobretudo, na concepção ocidental do significado de família, a qual não responde como "modelo" a todas as demandas da sociedade contemporânea, nem às expressões das orientações sexuais.

O cenário da aparição pública da sexualidade a esconde por trás dos muros de possível hipótese repressiva, a qual não foi corroborada por Foucault (2004), que, ao contrário, debateu a sexualidade como dispositivo histórico e cultural e não apenas como simples objeto da gestão de poder social.

Para estabelecer um contraponto, é relevante navegar também nos mares da psicanálise. Reich (1982) afirma a existência da repressão sexual e ressalta que ela se constitui como a base de uma psicologia que nascia. O ilícito era condenado e demandava ser sublimado. Sobre essa possibilidade, poucos indivíduos se viam capazes, o que apontava para a relevância da

busca de uma “abstenção voluntária”, sendo este então o novo prenome do poder, que aliado ao código moral, fazia a mola propulsora da sociedade girar.

Sobre a possibilidade de mudança, Reich (1982) ressalta que:

O desenvolvimento social, pois, não abolirá a regulamentação moral de hoje para amanhã, mas preliminarmente alterará a estrutura dos homens, de forma tal que se tornem capazes de viver dentro dos liames sociais e trabalhar, sem autoridade ou pressão moral, mas como autoevidência e disciplina realmente voluntária, que não pode ser imposta (p. 30).

A reflexão aponta que a moralidade não se desconstrói de um dia para outro, pois faz parte das estruturas; entretanto, canaliza para o processo de domesticação da sexualidade, dentro dos parâmetros do que a sociedade espera dos indivíduos.

Há também procedimentos de refreamento moral que valem, sobretudo, para os comportamentos considerados antissociais ou transgressores e demandavam autocontrole para o que se considerava como natural, através da medicalização dos comportamentos.

Reich (1982) reflete ainda a possível existência de duas espécies de moral. A primeira moral que se reconhece, pauta-se no que histórica e culturalmente visualizou-se no nível normal, como: não violentar, não assassinar, não roubar, entre outras características, que são alcançadas a partir da satisfação das necessidades naturais dos indivíduos.

Há, entretanto, outra espécie de “moral”, que é negada, a qual enfatiza, por exemplo, a fidelidade absoluta, o matrimônio forçado. Essa tipologia pretende estabelecer mecanismos de dominação, mas de acordo com Reich é ela que caracteriza a necessidade de uma luta sem tréguas.

O corpo educado emerge no discurso da Revolução Sexual, que nasce na tentativa de conter os problemas relacionados à sexualidade, ou seja, o proibido e o ilícito são postos na centralidade da questão.

Uma Revolução no campo da sexualidade poderia corroborar a consagração do direito ao prazer, à igualdade entre os gêneros, assim como a liberação efetiva das minorias sociais, ou seja, a proposta era derrubar o véu da hipocrisia e fazer declinar os tabus históricos presentes no conservadorismo da sociedade ocidental (BOZON, 2004).

O problema da chamada 'Revolução' consistiu no fato de que o contexto controlado por meios culturais de um lado, passou a ter outros mecanismos de controle, segundo Reich (1982) houve um fracasso na tentativa de liberação sexual, visto que os dispositivos de controle permaneciam, apenas obtiveram roupagens diferenciadas.

Temos como exemplo o sujeito feminino, que em sociedades latino-americanas se condicionou como cultura, o resguardo da virgindade até o casamento.

Outra caracterização Reichiana é o casamento compulsório e a relação sexual permanente monogâmica, que não abre espaço para a liberação sexual, visto que a desigualdade de gêneros se configura pelo patriarcalismo e, conseqüentemente, submissão feminina em uma relação predeterminada heterossexual.

O fracasso da Revolução Sexual acentuou-se, sobretudo pela moral da sociedade, que avançou em pesquisas relacionadas à sexualidade, no entanto declinou nas possibilidades de mutação dos códigos morais tradicionais. O conservadorismo determinou o lícito e o ilícito nos estratos de uma sociedade que via na moralidade compulsória, instrumentos para a construção de uma ordem, olvidando as demandas sociais.

O aparente mutismo e a moralidade que se criaram em torno do corpo em relação ao sexo, não deixou a questão da homossexualidade silente. Caracterizada culturalmente e socialmente como um dos prazeres perversos na análise Foucaultiana, por se mostrar fora dos 'dispositivos da aliança', a homossexualidade perfaz a cultura da diversidade sexual, conforme será verificado *a posteriori*.

1.3 RECORTES HISTÓRICOS E CULTURAIS DA HOMOSSEXUALIDADE E OS DESAFIOS DO ESTIGMA

Estudos e pesquisas sobre a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo são datadas da Antiguidade. Na Grécia Antiga, havia a iniciação dos jovens na vida sexual. Isso não significa a aceitação das práticas sexuais entre os iguais biológicos, mas apenas a cultura que envolvia um ritual de iniciação.

Na Idade Média, as práticas passaram a ser condenadas com maior vigor pelo Cristianismo, o qual gerenciava as regras do permitido e do proibido, o que estivesse às margens da aceitabilidade entrava no viés do pecado.

Já na época moderna, o assunto volta a ser discutido com o advento das Ciências Sexuais, as quais canalizaram a patologização dos chamados sodomitas, pederastas e degenerados. Entre eles estavam os sujeitos que somente a partir do século XIX seriam chamados de homossexuais.

As práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo denominadas como sodomia, no caso das relações entre dois homens, ou relações tríbades, as quais se efetivavam entre duas mulheres, posteriormente foram chamadas de homoeróticas, visto que a expressão homossexualidade não existia como categoria de análise.

A categoria 'homossexualidade' surge somente em 1869 com o aporte de Karl-Maria Kerthbeny, um escritor e militante de Direitos Humanos, de origem austro-húngara (WEEKS, 2000).

Antes do século XIX não era possível retratar uma categoria que não existia. Enfatiza-se que tal fator não significa a ausência das práticas sexuais, mas de uma palavra que pudesse ser analisada a partir de pesquisas que refletissem identidades, as quais estavam longe de ser etéreas.

Para Weeks (2000) o objetivo da categorização era mostrar a homossexualidade como uma forma distinta de sexualidade: *“como uma variante benigna, aos olhos dos reformadores, da potente mais impronunciada e mal definida noção de sexualidade normal (p. 44)”*

Nessa concepção, a homossexualidade precisava ser vista não como um atributo específico da pessoa, mas como o potencial humano para uma “natureza pecadora”.

Verifica-se que a reflexão religiosa perpassa a compreensão da referida categoria, apesar da abertura para se falar dela.

Já a análise Foucaultiana enfatiza que a sodomia é considerada uma patologia passageira, mas o sujeito homossexual é visualizado como uma personagem ou uma espécie, frente a sociedade que discrimina e estabelece noções preconcebidas. Pode-se dizer que a partir daí surge também a categoria médica e psiquiátrica da homossexualidade, com a noção de doença mental que precisava ser medicalizada a partir dos paradigmas sociais.

Era preciso vigiar através da estrutura médica, aquele que estava “fora dos padrões” aceitáveis. As Ciências Sexuais atuaram como uma espécie de panóptico, para estabelecer a vigilância com o apoio da medicina, para definir o normal e tratar o anormal.

Assim surge a categoria heterossexualidade, utilizada para definir o que seria considerado legítimo nas relações sexuais, ou seja, em uma posição oposta à homossexualidade, que já nasce fadada a medicalização. Sobre isso, Weeks (2000) pondera que:

A tentativa de definir mais rigorosamente as características do ‘perverso’(termos descritos tais como ‘sado-masochismo’ e ‘travestismo’ para as atividades relacionadas com sexo emergiram no fim do século XIX, ao lado de termos como ‘homossexualidade’ e ‘heterossexualidade’) foi um elemento importante naquilo que estou chamando de institucionalização da heterossexualidade nos séculos XIX e XX (p. 45).

O uso das terminologias institucionaliza uma condição sexual como modelo e coloca as demais à margem do entendimento, com preceitos de vigilância no que tange ao comportamento e usos do corpo.

Esses ensejos fomentam a relevância dessa reflexão, já que as sexualidades desviantes eram causadoras de conflitos sociais e não tinham qualquer suporte de reconhecimento ou protagonismo social.

Com a consolidação dos estudos pela medicina e psiquiatria, a diversidade sexual torna-se elemento silente no que tange a sua discussão e tolerância. O estigma é firmado e consolidado, já que apenas o modelo de família nuclear burguesa poderia assumir as bases da sociedade, apenas a sexualidade desenvolvida nas caracterizações matrimoniais heterossexuais, alicerçavam o devido reconhecimento.

A homossexualidade foi então reprimida e o poder heteronormativo assume as rédeas na sociedade capitalista industrial, onde somente as relações nucleares constituídas pelo dispositivo da aliança nas ponderações de Foucault, tinham valorização e visibilidade social. O indivíduo ‘desviante’ fincava-se à margem de um marasmo excludente, por sua inserção em uma diferente natureza cultural, permeada por múltiplas determinações.

Na realidade brasileira, Trevisan (2004) pontua que há retratos das práticas homoeróticas desde a Colônia. A sodomia estava presente entre

indígenas e não indígenas, o que causava choque entre as culturas cristã e pagã da época.

Os silvícolas do Brasil Colônia eram vistos como “Devassos no Paraíso”, visto as práticas sexuais que perpassavam a diversidade quanto ao uso dos corpos.

‘Pecado nefando’, sodomia ou sujidade, assim as práticas homoeróticas entre os homens eram tratadas. Os indígenas eram vistos como “mulheres” dos colonos e eram chamados de *culinas* ou *tibirôs*, palavras utilizadas para designar o indígena que aderira as práticas homoeróticas. Muitos tinham tendas públicas e recebiam visitas íntimas, em uma espécie de prostituição. As práticas eram comuns ainda entre os Tupinambás, Tupinaés, Guaicurus, Coerunas e Bororó, entre outras etnias (TREVISAN, 2004).

O autor ressalta que a medicina indígena também apresentava aportes relacionados às práticas homoeróticas², visto que como medida curativa entre pajé e enfermo, a sexualidade entrava no cenário como uma espécie de magia, com possibilidades de apontar a cura.

As práticas homoeróticas fazem parte da condição humana presente na história, entretanto, os elementos patriarcais que enfatizaram a dominação masculina relegaram a condição feminina ao ostracismo. Tais fatores são compreensíveis na lacuna histórica sobre a situação das mulheres que praticavam o tribadismo (relação sexual entre mulheres). Sobre isso, procurar-se-á tecer algumas considerações que se caracterizam apenas como pequenos retratos históricos, sem qualquer pretensão de esgotar o assunto.

Trevisan (2004) pondera que no Brasil Colônia, as mulheres conhecidas como tríbades (homossexuais) tinham pouca visibilidade social, apesar de que no século XVI era comum em algumas comunidades indígenas a existência de mulheres que desenvolviam as atividades masculinas e eram ‘casadas com mulheres.

Outro dado historiográfico relevante mostra que entre as indígenas Tupinambás, a prática homoerótica era vista nas características masculinas da mulher e no poder de governar-se sem apoio do ‘marido’.

² O termo homoerorismo é empregado nesse contexto, pois a palavra homossexualidade data apenas do século XIX. Assim, o referido termo é utilizado para sinalizações dos séculos anteriores todas as práticas eróticas entre pessoas do mesmo sexo, assim como seu uso pela literatura, artes visuais e estudos acadêmicos.

Apesar das reflexões, o processo histórico do tribadismo ou homoerotismo feminino não apresenta muitos dados, pela falta de visibilidade quanto à sexualidade da mulher.

Trevisan (2004) mostra a hostilidade da Igreja com relação às práticas homoeróticas, através da análise do Frei Antônio de Jabotão, que preconiza ser inútil pregar contra a devassidão no Brasil, pois “*o diabo já tinha botado âncora, e bem aferrada nos corações.*”(p.71).

No retrato do Brasil Colônia, os cristãos condenavam e acreditavam que a devassidão já havia tomado conta da população. As diversas formas de uso do corpo para os prazeres assustavam os mais desavisados e adquiria adeptos em vários recantos e vilarejos na terra da diversidade.

Os relatos sobre o homoerotismo feminino datam desde as 'confissões na Inquisição', da qual o Brasil também fez parte, com estratégias de punições às mulheres que apresentassem comportamento tríbade ou lésbico.

Apesar disso, verifica-se que há lacunas históricas sobre o comportamento homoerótico feminino, pela invisibilidade da mulher e secundarização da sua própria sexualidade.

Del Priore (2006) enfatiza que no Brasil Colônia, os sentimentos pareciam estar ligados aos mecanismos de sociabilidade, os quais se faziam presentes inclusive na literatura.

Assim, livros contendo temas nefandos eram vendidos principalmente aos homens. Del Priore (2006) ressalta que o fato de uma dessas obras cair nas mãos de mulheres levava os homens a pensar que o espírito de Safo encontraria aí, a oportunidade de conquistar adeptas.

Safo foi poetisa grega que viveu na ilha de Lesbos por volta do ano 630 a.C, e tinha como uma de suas características a paixão e encantamento por mulheres, o que pode ter levado a envolvimento emocional e possivelmente sexuais.

Os devaneios memoriais de Safo permeavam então o cotidiano das mulheres brasileiras através de leituras como bem enfatiza Del Priore (2006):

“Amar, gozar, morrer”, vendida a três mil réis na livraria Cruz Coutinho, da capital. Nela, a jovem Amélia, um primor de *voyerismo*, tem sua iniciação sexual com a mãe adotiva, uma bela e jovem condessa. As várias passagens homossexuais eram indicadas por

subtítulos do tipo: o que faziam duas mulheres novas e belas em noite de primavera (p.221).

Os contos eram vistos como partes integrantes de livros 'sujos' que iam contra os imperativos da moralidade social, sendo considerado um perigo para as mulheres da época.

Del Priore reflete que geralmente os contos terminavam em tragédia, seja por doenças, as quais eram consideradas consequências ou castigos pelo comportamento sexual tido como indevido às mulheres, ou até mesmo a concretização de crimes passionais oriundos de traições ou ciúmes.

Os relatos da época conduziam o homoerotismo feminino a um lugar escondido, relegado à sujeira de um comportamento vil e desprezível. A inserção da temática na literatura não favoreceu qualquer visibilidade social dessa condição humana, haja vista que as lições de moral ancoradas no heterocentrismo apareciam como elementos da dominação de uma sexualidade socialmente aceita e esperada pelas mulheres.

Del Priore (2006) ressalta livros que abordam a questão e trazem textos tais como:

“Os combates do amor foram criados para indivíduos de sexo oposto. Eles cansam, fatigam, mas não matam... Foge das mulheres, minha filha, tens em mim um terrível exemplo, soffro muito... muito.” (p.221).

As práticas conhecidas como homoeróticas eram visualizadas como castigos e motivos de sofrimentos. A cultura religiosa oferecia aportes apenas às configurações do amor dentro das diretrizes e dos cânones sociais inseridos no modelo da família nuclear burguesa.

Os paradigmas sociais e culturais mudam. A passagem da visão de pecado sexual, para a concepção de doença e perversão surge com o nascimento da figura clínica do homossexual no século XIX.

No início do século XX, a realidade brasileira também conduziu a homossexualidade como algo que se encontrava fora dos padrões heterocêntricos. A categoria também foi patologizada e nominada como loucura erótica, resultante de psicopatias sexuais.

A homossexualidade, no Brasil, demandava um tratamento silente. Sabia-se da sua existência, entretanto não era algo comentado ou visualizado. Apesar do mutismo, sabia-se que sua prática demandava medidas de

segurança, conforme previa o Código Penal Brasileiro de 1940, que as caracterizava como:

Art. 96. As medidas de segurança são:

I- Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado.

II- Sujeição a tratamento ambulatorial.

A legislação confirma ponderações das análises Foucaultianas sobre o corpo administrado pelas mãos do Direito e com os aportes da medicina, onde o mutismo imperou, apesar de que o quadro da diversidade sexual também se caracterizou no Brasil por tratar-se de uma condição humana (CAVALCANTE, 2009).

A década de 1940 ainda foi marcada pelas pesquisas de Alfred Kinsey, um entomologista e zoólogo norte-americano que se dedicou a estudos sobre a sexualidade humana. As suas pesquisas geraram vários livros, muitos deles conflituosos com os paradigmas da sociedade conservadora.

O Relatório conhecido como “Kinsey”, de 1948 trouxe dados relevantes oriundos de uma pesquisa realizada com 5.300 homens e 5.940 mulheres³, a qual apontou entre outros dados as seguintes informações:

*Instância de pelo menos uma experiência homossexual ao orgasmo:

37% de machos e 13% das mulheres”.(p.650, masculino, p. 475, feminino).

Machos

10% dos homens da amostra eram predominantemente homossexuais entre as idades de 16 e 55

8% dos homens foram exclusivamente homossexuais durante pelo menos três anos entre as idades de 16 e 55. (p. 651, Masculino)

4% de machos brancos tinham sido exclusivamente homossexuais após o início da adolescência até ao momento das suas entrevistas, (p. 651, masculino).

Mulheres

2 a 6% das mulheres, com idades entre 20-35, eram mais ou menos exclusivamente homossexuais na experiência / resposta, (p. 488, Feminino)

1 a 3% de fêmeas com idades entre 20-35 solteiras eram exclusivamente homossexuais em experiência / resposta (Tabela 142, p. 499, e p. 474, fêmea).

³ Os dados da pesquisa encontram-se no *The Kinsey Institute – Advancing Sexual Health and Knowledge Worldwide* (A Saúde Sexual Avançando no Mundo do Conhecimento), dedicado às reflexões sobre os estudos de Alfred Charles Kinsey. Disponível em: <http://www.kinseyinstitute.org>.

Os dados do Relatório de Kinsey mostraram-se desafiadores frente ao código da moralidade exposta na sociedade ocidental. Os números sobre experiências homossexuais nada tinham a ver com o mutismo que envolvia o conservadorismo social já discutido, ao contrário, apontava rumos que consolidavam o discurso sobre a vontade de saber, as incitações sobre o sexo e sobre os usos do corpo.

Ao retratar que 37% dos homens e 13% das mulheres participantes da pesquisa já tiveram experiências homossexuais, poder-se-ia considerar que os rumos da sexualidade não estavam cerrados nas estruturas religiosas, tampouco na sua medicalização. Os portões do sexo se abriam para outras sexualidades, identidades sexuais, experiências e comportamentos.

O legado de Kinsey direcionou os ideais da Revolução Sexual, a abertura para o reconhecimento do corpo e seus atributos. Objetivou elencar as demandas discursivas do patriarcalismo, que secundarizam a mulher e a colocam à sombra no que tange ao próprio reconhecimento e domínio do corpo.

Dentre os resultados das pesquisas de 1948, Kinsey enfatiza que pelo menos 10% da população estaria em condição homossexual. O dado estremeceu a moralidade capitalista conservadora que dava visibilidade apenas ao 'dispositivo da aliança', composto pelo modelo de família nuclear burguês.

Outro elemento interessante dos estudos de Kinsey gira em torno do 'estar' e não do 'ser', ou seja, ele visualizou a diversidade sexual como um estado, sem uma estrutura fixa. Caracterizava-se nesse âmbito a fluidez do que mais tarde (no final do século XX) ficaria conhecido por orientação sexual.

As identidades não são fixas, já as experiências e condições sexuais seguiriam semelhante caminho. Tal assertiva aponta-se para o desenvolvimento de uma identidade pós-moderna.

Essa categoria foi muito difundida por Stuart Hall (2003), na ponderação da existência identitária iluminista, quando se acredita em uma construção já finalizada, que não pode ser alterada. Há ainda a identidade sociológica propondo que o indivíduo seja fruto do meio; também demandando reflexões, pois estaríamos frente a um discurso determinista.

A terceira proposta contempla a identidade pós-moderna, em que a referida é criada e recriada, construída e desconstruída, levando em conta elementos como a história e a cultura.

Essa linha de análise foi elencada por Kinsey, apesar das críticas sobre seus tipos de pesquisa, natureza, faixa etária dos sujeitos envolvidos e formas de análise, que se mostravam na contramão dos cânones sociais e morais da época. O seus trabalhos apontaram níveis revolucionários, entretanto com duras reflexões contrárias ao seu modo de atuar como pesquisador.

A década de 1960 se referenciou por movimentos alusivos à Revolução Sexual, com ênfase nos grupos feministas e de minorias sociais.

Entre os sujeitos, destacaremos os homossexuais de New York, que frente ao processo de intolerância no interior do bar conhecido como *Stonewall*, dedicados ao público GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), hoje conhecido como LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais), deu início a uma luta com o aparelho policial no dia 28 de junho de 1969 (CAVALCANTE, 2009).

O resultado conhecido como a Rebelião de *Stonewall*, foi o catalisador para o desenvolvimento do movimento LGBTI e a data foi inspirada como luta por direitos através da alusão como o Dia Internacional do Orgulho LGBTI (IDEM).

Trevisan (2004) reflete que as expressões mais firmes do movimento homossexual no Brasil, envolveram o lançamento do jornal “Lampião da Esquina” na década de 1970. Por esse meio, iniciou-se um processo de politização mais efetiva dos LGBTI’s, assim como a busca pela visibilidade social e reconhecimento humano.

A partir dos anos de 1980, outro cenário se abre ao universo LGBTI, destaca-se a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), a qual de acordo com Trevisan (2004) foi considerada o ‘mal gay’, visto que os homossexuais foram responsabilizados pela epidemia que se tornou o fantasma das expressões do sexo.

A década de 1980 fez emergir vários movimentos, mas também perdeu vários ativistas devido a AIDS e devido a tal estigma, os homossexuais continuaram a ser vistos como desviantes e anormais que demandavam tratamento.

Mudanças só aparecem em 1990, quando a Organização Mundial de Saúde retira a homossexualidade do Código Internacional de Doenças, que até então prevalecia sob a sigla CID 302.1.

A data da mudança se expressa até os dias de hoje como Dia Internacional de Combate a Homofobia - categorias relacionada a aversão ou ódio a homossexuais.(CAVALCANTE, 2009).

A psiquiatria olvida a medicalização e o Direito acolhe os 'novos' paradigmas, entretanto, a historicidade de uma sociedade tradicional conserva seus traços culturais e religiosos permeados ainda no simbolismo da perversão, do pecado e da doença, ou seja, o homossexual continua sendo uma espécie ou uma personagem, pautada nas reflexões Foucaultianas.

Com o advento dos anos de 1990, pesquisas sobre a homossexualidade começam a aparecer, mesmo que de maneira tímida. O que antes ficava à sombra, na escuridão, inicializava novos caminhos, mesmo frente aos meandros do preconceito e da discriminação de uma sociedade ainda dirigida por códigos morais.

Fry e McRae (1985) ressaltam que o médico norte-americano George Weinberg, ao publicar a obra "A Sociedade e o Homossexual Sadio", de 1973, tece críticas sobre a compreensão da referida sexualidade como patologia e enfatiza o significado de ser gay.

O autor prega contra a 'conversão' dos homossexuais em heterossexuais, argumentando a favor do homossexual se aceitar como *gay*. Um homossexual é *gay* quando ele se vê feliz de ser alguém dotado da capacidade de enxergar as pessoas como romanticamente belas. Ser *gay* é ser livre de vergonha, culpa e remorso de ser homossexual (...) Ser *gay* é vislumbrar sua sexualidade como o heterossexual sadio enxerga a dele (p.76-77).

Apesar de a afirmação ter sido feita na década de 1970, a realidade brasileira só passou a pontuar uma liberdade maior referente à vivência da orientação sexual a partir da década de 1990, entretanto, isso não significa o declínio do conservadorismo referente aos códigos morais.

Inicia-se ainda a discussão sobre a terminologia "opção sexual". Como a homossexualidade deixa de se incluir no um viés patológico diante da Ciência, a denominação cede lugar à Orientação Sexual, visto que de acordo com as pesquisas realizadas teoricamente, desde o século XIX, ponderou-se que a

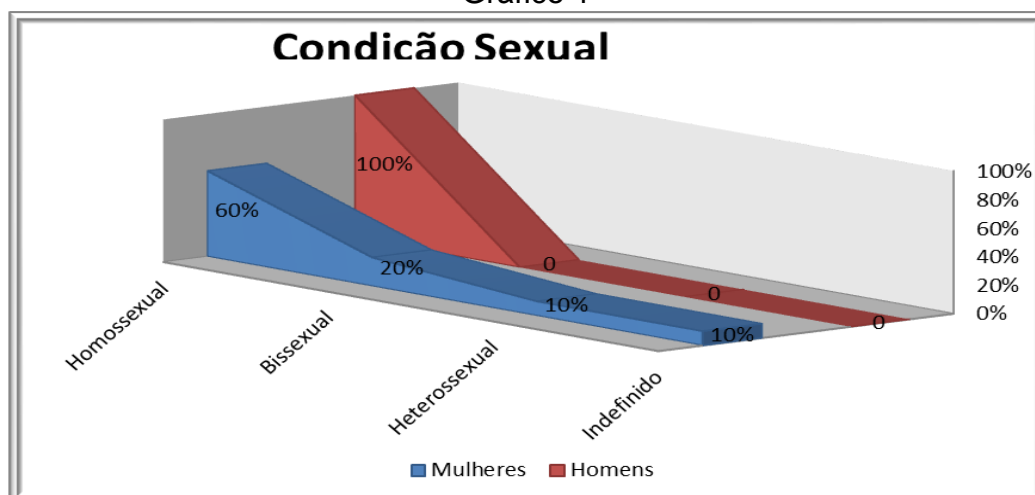
escolha para efetivar uma opção não se caracteriza com veracidade, tampouco responde ao significado da referida categoria em análise.

A partir de então, os homossexuais iniciaram o processo que permite a simbologia de “sair do armário”, a qual deixou de ser apenas um rito de passagem, para transformar-se em um ato político, corroborada pela visibilidade dos movimentos sociais LGBTI.

Apesar dos avanços do movimento LGBTI, o tradicionalismo da sociedade brasileira regido pelos cânones culturais, olvida o reconhecimento de tais sujeitos. Para Bozon (2004, p.87) “a homossexualidade é aceita, eventualmente, como opção individual, mas sob a condição de se manter estéril.”

Na realização da pesquisa de campo com os sujeitos, indagou-se sobre a condição sexual. Os resultados apresentaram os seguintes dados:

Gráfico 1



Dentre os vinte sujeitos da pesquisa, entre homoafetivos masculinos e femininos, 10% dos sujeitos femininos identificaram-se com a orientação heterossexual. Entretanto, o desenvolvimento da entrevista apontou que o indivíduo não tem relações heteroafetivas que justificassem a resposta. As reflexões junto ao sujeito mostraram que em alguns momentos, não havia uma compreensão do real significado de orientação sexual. Em outros, ponderou-se a existência do poder heteronormativo na compreensão da relação, em que se estabelece um dominante que se enxerga como heterossexual, sendo um assunto a tratar no desenrolar da tese.

Entre os sujeitos masculinos, 100% teceram identificações com a homoafetividade. Entretanto, entre as mulheres, 60% identificaram-se com a

homoafetividade, 20% com a bissexualidade e 10% se caracterizou de maneira indefinida. Sobre o último dado, os sujeitos não apresentaram respostas complementares que justificassem a informação.

Os dados quanto à indefinição são reforçados por uma sociedade que em parte, apreende, a homossexualidade em situações eventuais, como é o caso da Parada LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), na qual a sociedade aponta níveis aceitáveis para o seu acontecimento, entretanto isso ocorre desde que durante os outros dias do ano os LGBTI's mantenham-se dentro do "armário."

Na cidade de São Paulo, tem-se a maior Parada LGBT da América Latina, entretanto, isso não olvida o quantitativo de atitudes e crimes homofóbicos na referida cidade, apesar do evento ter surgido (como em várias cidades do mundo), como marca de expressão de lutas contra a discriminação e o preconceito a partir da experiência de Stonewall In.

O retrato da referida condição sexual existe, contudo ainda se mantém um mutismo em torno da sua realidade, visto que ela continua sendo tratada como opção ou como algo improdutivo, apesar da construção de políticas públicas, até porque elas não significam reconhecimento social dos sujeitos. Tais fatores levam a indagações sobre avanços e retrocessos na construção da identidade relacionada a diversidade sexual.

A homossexualidade não tem um conceito fechado, aborda sentimentos, afetividades, formas de sociabilidade e relacionamento sexual entre outras personificações.

No Brasil, o retrato da homossexualidade apresenta linguagens populares que se aportam no significado de ser "gay" e "lésbica." Culturalmente se constroem estereótipos de quem é masculino ou feminino, o homem da relação e a mulher. Mergulha-se nesse ínterim, em uma subjetividade com respostas pouco prováveis, já que se verifica que nem sempre sexo encontra-se concatenado com gênero, identidade ou expressão da sexualidade.

Apesar dessa compreensão, a sexualidade em suas expressões, antes condenada pela Igreja, na contemporaneidade continua em processo de censura, refutação e fragmentação, dentro de uma perspectiva do vigiar e punir.

A condição sexual entra nos cenários do conflito com alicerces do patriarcalismo, sendo submetida a ele culturalmente. Tal condição é visualizada como a aberração da condição de ser “mulher” ou “homem”. Os indivíduos já não aparecem mais como pecadores, mas como “doentes”, que a sociedade enxerga como alvo do conflito social, por caracterizar a diferença, o não metódico.

Diante da situação dos homossexuais no que tange a ausência de direitos, Dias (2011) debate a criação de uma nova categoria de análise denominada ‘homoafetividade’ para designar os indivíduos que mantêm relações entre o mesmo sexo. A terminologia gera controvérsias, visto que foi apontada como estratégia no campo do Direito para apresentar visibilidade ao segmento homossexual, entretanto, por outro lado recebe críticas por considerar o termo de natureza higienista.

Mesmo frente aos conflitos terminológicos, o objetivo da mudança para a homoafetividade é quebrar os paradigmas que permeiam a condição sexual, visto que não se trata apenas de relações sexuais, mas a referida união reflete, sobretudo, o viés da afetividade e da possibilidade de construção da família, com garantias semelhantes a dos cidadãos heterossexuais na perspectiva do Direito. Em virtude das argumentações sobre o significado da categoria homoafetividade, ponderaram-se os seguintes relatos.

É difícil né... é a palavra menos usada. As pessoas usam outras como “casal gay” e tal... a palavra “homoafetivo” eu conheci mais aqui na faculdade mesmo, sendo como um termo mais correto e vendo a palavra em si, faz todo sentido pra mim, não deixa de ser (Angélica, 21 anos).

Hoje inclusive eu estava debatendo sobre isso. O termo é novo, bem recente, foi empregado pela Maria Berenice né? Eu entendo homoafetividade além de algo estritamente sexual, realmente uma relação afetiva e amorosa. As pessoas antigamente não viam dessa maneira. Viam a homossexualidade como algo promíscuo; já a homoafetividade está trazendo o oposto disso. Mostra que é possível sim ter relações longas, família etc. Eu vejo a homoafetividade desse jeito, como algo posto da promiscuidade, já que assim a homossexualidade era vista antes. (Tulipa, 19 anos).

A terminologia homoafetividade, apesar de ser nova, é de conhecimento da maioria dos sujeitos pesquisados. Mesmo nos momentos em que a definição não foi apontada em sua plenitude, foi evidenciada em seus

significados relacionados ao afeto e a abrangência que extrapola a noção das relações sexuais, como se evidenciou na expressão a seguir.

Tem dois momentos que eu percebo essa palavra. Um é no sentimento e afeto, outra é no sentido do direito, do respeito, da valorização do ser. Sou lésbica feminista negra. Pode ser o inverso também: negra feminista lésbica (Hortência, 39 anos).

Entre as características de Hortência, 39 anos, reflete-se o conhecimento acerca do significado e a firme postura acerca da identidade e condição humana.

Apesar das discussões e possíveis avanços no que se refere às características das identidades, a subjetividade dos sujeitos continua remetida ao estigma do desviante, minoria, *outsiders*, aquele que se desvia das regras do grupo, que não compactua com modelos impostos pelos paradigmas sociais e culturais, conforme se verifica nas ponderações seguintes sobre o poder e a construção do estigma.

A conjuntura da sociedade é norteada por micro poderes que envolvem desde o aparelho do Estado até a efetivação das identidades humanas. Regula-se o corpo, posicionamentos são criados correlatos socialmente. Conceitua-se a beleza e o que faz parte do universo masculino e feminino. O que “destoa” é negado, silenciado e estigmatizado.

O estigma, conforme Goffman (2008) foi um termo criado pelos gregos para designar desde os sinais corporais extraordinários até os comportamentos considerados “maus” perante o *status* moral.

O corpo marcado a ferro e fogo poderia significar que o indivíduo era um escravo, estigmas religiosos poderiam evidenciar a graça divina de acordo com os conceitos e crenças cristãs.

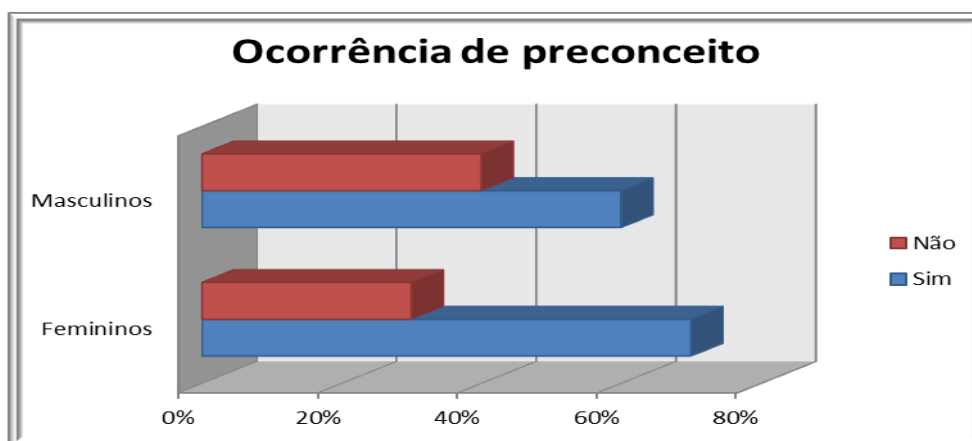
Goffman (2008 p.13) aponta que: “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é em si mesmo nem honroso, nem desonroso”.

O estigma envolve normas, paradigmas e modelos sociais, que estabelecidos, ditam regras do que está inserido ou à margem, seja pela conduta ou forma de pensamento.

Para Goffman (2008 p.65): *“todo problema da manipulação do estigma é influenciado pelo fato de conhecermos ou não, pessoalmente o indivíduo estigmatizado.”*

A veracidade da afirmação se mostra no contexto do corpo que pode ou não ser administrado ao passo que as sexualidades se expressam. A condição que não faz parte do modelo pode ser conduzida à reclusão. O marasmo social impera pela ausência de conhecimento, o que gera influências, manipulação e o que se denomina por conceito previamente estabelecido, ou seja, o preconceito. Sobre isso, podemos analisar os seguintes dados.

Gráfico 2



Os resultados quantitativos da pesquisa apontaram na amostra, que as mulheres homossexuais sofreram mais preconceito (70%) do que os sujeitos masculinos (60%), apesar de que os dados não enfatizam tantas diferenças nas afirmativas. Apesar de certa semelhança nos dados gráficos entre as condições humanas, o preconceito foi relatado em diversos contextos, com predominância nos sujeitos femininos, conforme as reflexões abaixo.

Aluguéis de quarto. Quando eu não tinha casa antigamente a gente sofria muito. Eu até brinco com as meninas, eu falo que quando eu tivesse bem de vida ia fazer uma vila... só ia alugar pras 'entendidas'... só mulher com mulher mesmo (Orquídea, 31 anos).

Vixe, um monte... de dentro de casa até a gente que eu não conheço, acho que é bem comum. Quando contei para a minha mãe, eu disse que agora ela podia me bater, tirar tudo de mim, detonar minha vida, mas que estava namorando uma menina. Ela fingiu que não tinha nada acontecendo. Dez minutos depois começou a chorar e vieram as ameaças, aí eu fui proibida de tocar na minha irmã, eu não podia mais chegar perto dela, não podia falar com ela. (...) Não tem nenhum palavrão que não tenham dito pra mim ainda. O preconceito vem

também quando dizem: Ah! Eu não vou ficar perto dela porque ela gosta de meninas. Eu não sei de onde tiraram essa história de que eu vou dar em cima de qualquer mulher que chegue perto de mim, mas entendem assim. Tem na rua também, sempre acontece. O desconhecido sente mais vontade de me ofender, mas para esse tipo de gente eu não dou a mínima. Eu acho que o preconceito também não é só aquilo que é dito (Tulipa, 19 anos).

Conforme os relatos, o retrato do preconceito aparece em situações na rua, moradia e principalmente no contexto familiar, o qual foi evidenciado por cerca de 70% dos sujeitos homossexuais femininos e 30% dos masculinos. O relato aponta, inclusive, para as faces do silêncio que permeiam o preconceito, quando o sujeito emite que: “o preconceito não é só aquilo que é dito.”

Ao aprofundar as questões relacionadas ao preconceito familiar, obteve-se o seguinte dado de um sujeito da pesquisa:

Já sofri. O preconceito que mais me machucou foi o preconceito familiar. Eu nunca entendi, mesmo porque eu sou uma pessoa criada no interior do Amazonas, na calha do Rio Solimões. Tenho o maior orgulho de dizer que eu sou “caboquinha” mesmo. Com 16 anos eu me aceito e com 19 eu me assumo para a minha família. Foi quando a minha mãe me bateu no rosto e disse que eu não era mais filha dela, a partir daquele momento ela pediu que eu tomasse o meu rumo, porque ela tinha o desgosto de ter uma filha como eu. Eu chorei muito. Eu tinha já uma namorada há um ano e pouco e ela me amparou na casa dela. Quando eu assumi para a minha mãe que eu gostava de mulher, as minhas irmãs pediram para o meu tio me bater, me agredir... elas me hostilizavam na rua. Se eu passasse pela rua elas atravessavam a rua. Minha tia disse várias vezes para a minha mãe que eu andava na rua “fedendo a p.”, entendeu, e não era verdade aquilo. Aquilo me machucava muito. Eu tomava a benção da minha mãe, ela virava a cara e dizia que eu não era filha dela. Então, a primeira violência que eu sofri foi dentro da família. Eu acho que você olhar para um ser que está com você desde que você se entende por gente, e que diz que você não presta, que você é um pecado, uma vergonha... Foi muito doído isso pra mim (Hortência, 39 anos).

O relato expresso sob emotividade na entrevista, reflete a realidade de que o preconceito com os homossexuais inicia-se no universo familiar, elemento esse que foi confirmado também na pesquisa feita em nível de mestrado.⁴

É importante lembrar que os homossexuais masculinos também expressaram relatos de preconceito, conforme visualizamos a seguir.

⁴ Dado apontado na pesquisa de mestrado intitulada Cidadania Homossexual em Manaus: os desafios na (des) construção da identidade homoafetiva feminina em Manaus (2009).

Já sofri... o que mais marcou foi o da família. Saber que eles tem o conhecimento da tua condição, da tua orientação e mesmo assim ignorarem por não terem o preparo, o conhecimento necessário, ou a tolerância necessária para lidar com isso de forma madura (Crisântemo, 25 anos).

A ausência de preparo da família revela traços de um preconceito velado ou aberto, visto que a cultura aborda um modelo voltado para a heteronormatividade, o que perfaz com que qualquer condição humana fora dos padrões seja rejeitada. Assim, o estigma da homossexualidade exige que o indivíduo seja controlado, reservado e por vezes excluído, inclusive do ambiente familiar, como portador de um defeito, uma patologia tangenciada pelo “ser anormal”, como um miasma social que demanda ser extirpado.

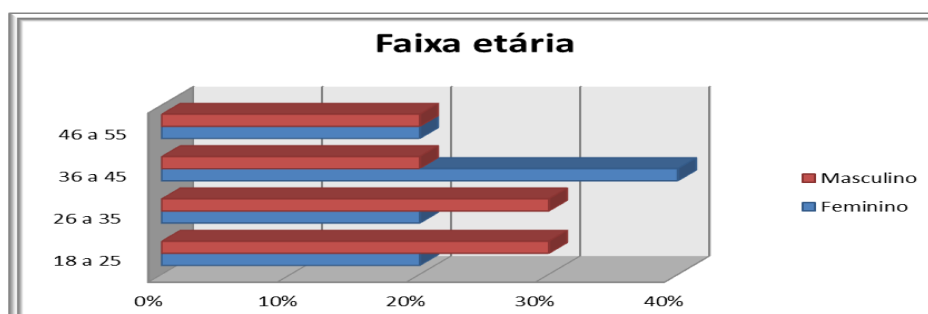
O homoafetivo estigmatizado entra em retraimento, pois a invisibilidade demanda assumir uma postura que se encerra na discriminação. A reafirmação como estratégia política cede espaço ao silêncio que objetiva reduzir tensões. Tal posicionamento perante a sociedade torna a realidade mais “fácil” para si e os outros, na expectativa de reduzir o estigma e favorecer a interação social.

Os sujeitos que se recusam a esse comportamento são vistos como transgressores não partícipes das estruturas de uma sociedade caracterizada pela heteronormatividade.

Historicamente, a condição homossexual foi analisada como cultura (Grécia Antiga), depois como pecado, desvio ou anormalidade. *A posteriori* veio a ideia de enfermidade e na contemporaneidade, mesmo frente às demandas societárias emergentes, a homossexualidade assume perante os códigos morais o mutismo ou um lugar da disfunção, daquilo que não encaixa e precisa ser reformulado, analisado e podado para atender aos cânones sociais.

Frente ao contexto supracitado, faz-se relevante conhecer de forma mais profunda o perfil dos sujeitos da pesquisa, a partir dos seguintes dados.

Gráfico 3

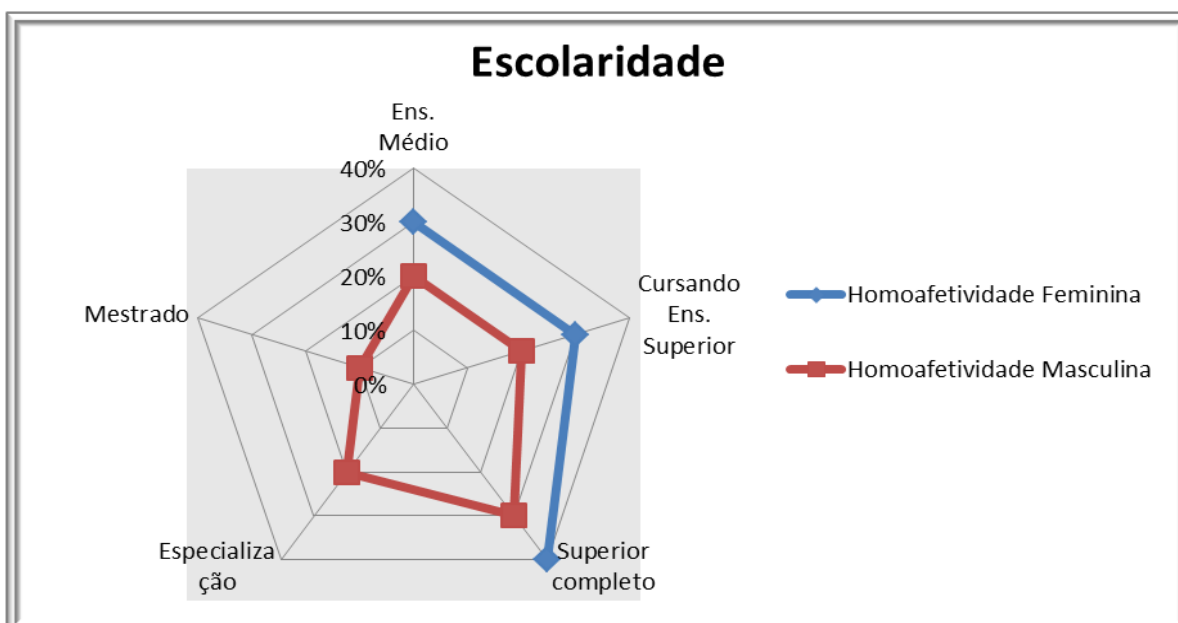


Sobre a faixa etária, verificaram-se determinadas paridades entre os sujeitos masculinos e femininos, com a predominância de 18 a 45 anos, ou seja, houve um equilíbrio entre as idades destacadas, com representação de 20 a 30%, exceto entre as mulheres, em que de 36 a 45 anos houve a predominância em 40% das entrevistadas.

Na análise de campo, observou-se que a faixa etária fomentou elementos relevantes na análise de dados. Quanto maior a idade, mais concisas e elaboradas são as respostas, assim também como a vivência do preconceito e da discriminação. Foram respostas mais amadurecidas e com relatos mais concernentes de histórias de vida acerca dos desafios da condição humana.

Outra informação relevante perfaz a informação das classes sociais, as quais também apresentaram paridade. As entrevistas foram realizadas tanto com pessoas de classes sociais mais vulneráveis, como sujeitos de classe média, o que também favoreceu a abrangência de dados, já que a compreensão das informações foi diversa, dependendo da classe e escolaridade.

Gráfico 4



Os homossexuais masculinos são os que apresentaram maior escolaridade, sendo 20% com ensino médio, 20% cursando ensino superior, 30% com ensino superior completo 20% com especialização e 10% com mestrado.

Entre as mulheres, identificou-se outro quadro, onde 30% dos sujeitos tem o ensino médio, 30% cursam ensino superior e 40% tem o referido nível completo. Nesse eixo, as homossexuais apresentaram menor nível de escolaridade, apesar de que a exemplo dos demais sujeitos, 80% encontram-se inserida no mundo do trabalho, seja pela formalidade ou informalidade.

Os dados mostram-se relevantes, haja vista que a escolaridade pode perfazer o viés da inclusão ou exclusão em um retrato no qual o indivíduo homossexual, por vezes, não apenas está fora das características sociais aceitáveis, como também sofre com os fatores de exclusão por um poder que dita o que se considera como veracidade, onde o indivíduo tem o corpo medido, classificado, sinalizado e rejeitado.

O que se considera normal ou estigmatizado, de acordo com Goffman (2008) não são as pessoas, mas determinadas probabilidades, que são geradas em contextos sociais e envolvem a identidade humana no corpo de uma sociedade que banaliza e alimenta o estereótipo. Tais fatores são alavancados pelo biopoder que controla os corpos e caracteriza a repulsa pelo diferente no âmbito das expressões da sexualidade.

A homossexualidade é logo reconhecida na sociedade através dos indivíduos, formas de uso do corpo e pensamento, expressos segundo Le Breton (2010) na gestualidade, na etiqueta social e na expressão dos sentimentos.

No caso da gestualidade, a caracterização se faz pelos movimentos, tipos de olhar, saudação aplicada na linguagem, entre outros elementos, ou seja, o corpo fala pelo gesto e aponta a identidade.

No que tange aos sentimentos, a análise do corpo também tem influências culturais, já que os sentimentos são organizados de acordo com o que a sociedade sinaliza como possível e aceitável. Essa afirmação não pode ser vista como regra, pois cada indivíduo vivencia os sentimentos com uma

carga diferente, mas o corpo obedece a tendências já explícitas e esperadas no contexto social.

Não há modelos de corpo ou de como usá-lo em suas múltiplas expressões. Nem mesmo para pensar a heterossexualidade ou homossexualidade, a sua configuração não é fechada ou fadada ao discurso da identidade Iluminista de Stuart Hall, mas ao contrário, tem dinamicidade e permite que a corporeidade seja construída socialmente.

A partir das análises sobre o corpo e o significado contemporâneo da homossexualidade, vislumbra-se a relevância de aprofundar a temática na perspectiva social e política. Se nas ponderações Foucaultianas, a religião foi historicamente a responsável por colocar as sexualidades dissidentes como pecado e anomalia, hoje o quadro se repete com roupagem e contexto diferente, de acordo com a abordagem que se segue *a posteriori*.

CAPÍTULO II - RELIGIÃO E ESTADO NA ARENA DE CONFLITOS PELOS DIREITOS DOS HOMOSSEXUAIS

O protagonismo social se constrói e desconstrói cotidianamente, conforme os ditames da sociedade com seus aportes históricos, culturais, sociais e até mesmo religiosos.

A identidade homossexual, visualizada pelo estigma do sujeito ainda é ponderada como *outsider*, estranha e marginal, alheia ao que predomina nos cânones sociais de uma sociedade conservadora que se debruça no tradicionalismo para encerrar sua postura.

O 'encastelamento' político dos direitos da população homossexual aparece como demanda emergente na contemporaneidade, haja vista os liames de um Estado que se apresenta como laico, mas traz seus aportes fundamentalistas asseverados na religião com traços pautados no conservadorismo e na moralidade.

O Brasil apresentou uma matricialidade cristã com raízes no Catolicismo Romano desde o período da Colônia. O laço religioso ditou normas, orientou disciplinas, caracterizou comportamentos, assegurou a crença, criou, moldou e administrou a sexualidade com “mãos de ferro”, conforme nos apontam as reflexões Foucaultianas, as quais foram corroboradas pela interpretação fundamentalista, não mitológica e simbólica dos textos bíblicos.

Os fatores que construíram a história do Cristianismo no Brasil estão aportados em outras ilhas, as quais trazem no viés contemporâneo o crescimento de várias igrejas, que sinalizam outras denominações religiosas, crenças diferenciadas, carismas emergentes e simbolismos que se encontram entre o devaneio e a realidade.

O crescimento das igrejas, sobretudo as que caracterizam o pentecostalismo não é algo recente, mas tem se consolidado com mais força a partir do final do século XX, com a disputa de espaços de poder no âmbito das religiões.

Um dos pontos de atuação que envolve diretamente as igrejas é a junção entre religião e política, em que se expõe uma fé pautada no tradicionalismo e na construção de uma sociedade cerrada no conservadorismo, na crença real do adamismo e no furor de um patriarcado constituído pela família nuclear burguesa.

As lideranças religiosas emergem no cenário político como representantes que se propõem a legislar, sobretudo em nome de um Deus e não conforme as diretrizes da Carta Magna de 1988.

Tais fatores levam a ponderar que as religiões alavancam espaços cada vez maiores no cerne do Estado, haja vista que os direitos que poderiam ser assegurados são cerrados no mutismo e na intolerância, principalmente quando se trata de segmentos mais vulnerabilizados na sociedade.

A disputa entre religião e Estado, em tese, coloca a homossexualidade no cerne da problemática do reconhecimento. A análise tradicionalista acarreta a visão do *outsider*, do anormal, doente ou dissidente e não do protagonista social que demanda direitos e deveres em uma sociedade em constante mutação, conforme se verificará *a posteriori*.

2.1 O SAGRADO E A RELIGIÃO CRISTÃ NO CERNE DO ESTADO BRASILEIRO

A religião imperou na construção de universos sociais e culturais por milênios. As suas estruturas permearam a efetivação de legislações com verdadeiros cânones baseados em dogmas, os quais foram consolidados pelo homem conforme os liames da história e da cultura.

A moral religiosa se fez a partir das considerações evidenciadas como resposta dos deuses, que alicerçavam as condutas baseadas na crença e interpretação do divino, através da concepção de idealismos elaborados por mãos humanas e norteadas como “mensagens” que partiam do sagrado.

Advinda da palavra latina *religare*, religião significa religar, estabelecer conexão entre o divino e o humano, como forma de estreitar laços e a compreensão da existência de uma ou mais forças superiores que estão além do homem, com poder não passível de entendimento pela limitada inteligência humana e por isso repetida pela noção e significado transcendental.

A partir da religião, historicamente criaram-se códigos morais que denotaram o permitido e proibido, em meio aos traços sociais e culturais, como demandas que apareciam para acastelar os indivíduos e dirigir os limites do que poderia ou não ser feito.

A religião adentra assim aos portais humanos como estratégia para estabelecer conexão com o sagrado, fazer falar o divino no cotidiano, agregar coletivamente indivíduos em prol de uma causa, na busca de respostas sobre a existência ou não da alma, possível vida após a experiência terrena, expiação e responsabilização por atos denominados como pecados ou delitos dentro das normatizações do que pode ser feito e deve ser evitado na moral religiosa.

Indagações e especulações são feitas há séculos acerca da palavra religião, todavia Max Weber, Karl Marx, Peter Berger e Pierre Bourdieu⁵ entre outros asseguraram a religião como uma construção humana, baseada na crença em um ou vários deuses advindos de um Cosmo que oferece aportes e direcionamentos aos indivíduos. Os referidos autores debatem o papel humano que se alia ao que “pede” o divino, além de enfatizarem a criação das

⁵ Max Weber em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”; Karl Marx – “A Questão Judaica”; Peter Berger – O Dossel Sagrado; e Pierre Bourdieu – A economia das Trocas Simbólicas.

estruturas sociais, históricas, econômicas e culturais das instituições religiosas, feitas por mãos essencialmente humanas para assegurar dogmas que devem ser visualizados a partir do direito canônico, como é o caso das doutrinas cristãs.

O dossel que permeia a construção da religião é antigo. Desde a concepção do politeísmo oriental, à crença no *Brahma* hindu. Perpassa os deuses da mitologia grega que por crença residiam no alto do Monte Olimpo, mas faziam parte do mundo humano com interferências no amor, artes, poesia, heroísmo, prazeres e guerras. A Roma Antiga também apresentava semelhantes crenças com seus significados.

O advento do Cristianismo com a ideia de um Deus único, concepção essa que também é compartilhada por outras tradições já existentes, fez parte da história que dividiu mais ainda as religiões construídas por traços culturais e históricos. Foi sinônimo de guerras, revoluções, reformas e criação de distintas outras crenças religiosas com seus aportes morais e institucionais.

A dinâmica do cotidiano contemporâneo trouxe discussões que o Cristianismo Ocidental não poderia mais olvidar. A busca por respostas caracteriza entre outras temáticas a questão da homossexualidade, a qual aparece como demanda não apenas dos Direitos Humanos, mas também de um reconhecimento social-religioso no âmbito da construção da condição humana. Tal assertiva se efetiva pelo fato de que já que as religiões são organismos que fazem parte da dinâmica social, o que aponta sensibilizações e influências na pauta de assuntos que envolvem posicionamentos da coletividade.

A temática do sagrado permeia a humanidade com a concepção de crenças em divindades. As crenças na possibilidade do mal e do bem fazem parte de construções humanas associadas aos códigos morais estabelecidos.

As reflexões sobre o sagrado demandam a contribuição de Durkheim (1996), já que o mundo pode ser visto na perspectiva de dois domínios. Um caracterizado pelo sagrado e outro através do profano.

O sagrado, conforme a análise durkheimiana, envolve poderes e virtudes. Tal conceito não se fecha nos poderes de um deus ou ser espiritual, visto que se entende a amplitude das crenças, conforme cada denominação religiosa. Assim, um rochedo pode ser sagrado, uma planta, uma fonte, uma

casa (denominação comum às igrejas como casas sagradas de oração), ou qualquer outra coisa, dependendo do universo de credulidades.

O profano, ao contrário, é denominado como algo que está no mundo, faz parte dele e de todos os seus conceitos não divinos. O mundo é falho, apresenta elementos negativos que fazem parte de um todo que envolve a maldade em largo âmbito, por isso é caracterizado como universo secular.

A busca pelo sagrado faz parte do homem, que para adentrar em tal universo se despe do que mostra o contexto mundano para adentrar nos círculos sagrados. Um exemplo disso é a opção de vida ascética, idealizada por indivíduos que se pautam na crença de algo sagrado que apresenta a direção para o divino.

A divisão binária existente entre o sagrado e o profano revela a configuração de mundos hostis e rivais um ao outro, que de acordo com a concepção durkheimiana, relacionam-se com lados opostos elencados que se diferenciam por suas características. O sagrado é o que se almeja, está ligado ao sobrenatural, aos mitos e crenças, já o profano perfaz a realidade humana e se liga ao fator natural e biológico.

Berger (1985) entende o sagrado em perspectiva semelhante à de Durkheim que traz a religião para o mundo dos homens. Ele entende por sagrado o que se relaciona ao poder que envolve mistério e temor, como algo que se distingue do homem, mas de alguma forma se relaciona com ele.

A concepção de sagrado para Berger, aponta a crença no sobrenatural, em que o homem não consegue estabelecer mecanismos concretos de compreensão e análise, mas crê, vivifica e sacraliza, com o respeito advindo da cultura e da história humana, conforme a determinação dos códigos morais. Trata-se de algo que “salta para fora” e também representa perigo. Pode ser domesticado, mas não perfaz a compreensão humana em suas múltiplas determinações.

A sacralização das ideias, atitudes e práticas constituem a religião e esta por si fundamenta as crenças, as quais são ponderadas como:

As crenças religiosas são representações que exprimem a natureza das coisas sagradas e as relações que elas mantêm, seja entre si, seja com as coisas profanas. Enfim, os ritos são regras de conduta que prescrevem como o homem deve se comportar com as coisas sagradas (DURKHEIM, 1996, p.24).

A assertiva exposta aponta que a concepção do sagrado não pode ser visualizada como algo à parte, como objeto ou credo isolado, precisa ser compreendido em conjunto com as crenças e por sua vez com as instituições religiosas, visto que há referências entre si, regras de conduta, aproximações ou afastamentos do que se considera como profano ou mundano, ou seja, as igrejas, por exemplo, são comunidades morais.

A compilação do que se vê como sagrado é exposta por meio das religiões, e de acordo com Berger:

A religião representa o ponto máximo da autoexteriorização do homem pela efusão dos seus próprios sentidos sobre a realidade. A religião supõe que a ordem humana é projetada na totalidade do ser. Ou por outra, a religião é ousada tentativa de conceber o universo inteiro como humanamente significativo (1985, p. 41).

A exteriorização ressaltada por Berger abrange um dos três pontos que ele considera relevantes para a compreensão das perspectivas religiosas no âmbito humano. Primeiramente ela envolve a visibilidade e autoafirmação do homem no mundo. Posteriormente ela passa ao processo de objetivação, quando se percebe como partícipe da realidade. O terceiro elemento constitui-se pela subjetivação, quando vê o sujeito como um produto da sociedade, das relações sociais e do pensamento coletivo.

Essa coletividade é percebida pelas denominações religiosas existentes e fomentam grupos que pensam de maneira semelhante acerca dos credos caracterizados de forma histórica e cultural.

Assim, a religião se apresenta como realidade social por envolver a coletividade, pois reflete a historicidade conforme os códigos morais que as denominações religiosas construíram a partir dos significados de divindade, tendo cânones direcionados aos homens por indivíduos cujas estruturas religiosas visualizaram como “escolhidos”. Um exemplo disso pode ser a lei mosaica, que mitologicamente atribuiu-se a Moisés o que ficaria conhecido como o Decálogo. Trata-se de um retrato dos códigos morais atribuídos a um Deus (na concepção monoteísta) e confirmados por um homem, que fazia parte dos círculos sagrados, conforme a denominação durkheimiana. O Decálogo é a expressão disciplinadora dos desejos que são frutos das

individualidades dos comportamentos humanos. Nele se retratam as negativas em relação a matar, furtar, levantar falso testemunho e cobiçar.

A vivência religiosa demanda um processo de conversão, que conforme Berger (1985) caracteriza a mudança da vida social de acordo com o objetivo que se almeja, seja reconhecendo-se em uma vida ascética, ou inserido em uma realidade secular, mas como “predestinado” pelo cosmo a alcançar um estado de graça.

Enfatiza-se ainda que o sagrado é considerado algo que extrapola as rotinas normais, trata-se do extraordinário. Berger (1985) mostra que o homem concebe o sagrado como um poder distinto não totalmente conhecido, mas demanda ser respeitado porque o dirige em uma ordem permeada de significados.

A religião Cristã no Brasil data da colonização e desenhou seus aportes no Catolicismo Romano, o qual foi apontada como a matriz da fé e sustentou tal título historicamente até o século XX.

Os retratos da construção histórica da Igreja revelam traços e posturas que emergiram a partir do cristianismo primitivo, com preleções, simbolismo e mitos espelhados nas mensagens advindas dos textos vistos como sagrados pelos fiéis e membros do clero. Tais elementos favoreceram o alicerce para acompanhar o homem na caracterização da identidade Católica Apostólica Romana. Esse viés do cristianismo preconiza comportamentos voltados à busca da santidade, sacrifícios, renúncias e reflexões de uma vida que mergulha entre o devaneio e a realidade.

Os cânones permeadores da moralidade católica alavancaram o nascimento uma cultura cristã que ergueu traços de um Deus trinitário (Pai, Filho e Espírito Santo), alicerçado no Concílio de Nicéia como herança do paganismo. Esse Deus seria de natureza transcendental e também punitiva.

O caráter da vigilância, descrito nos textos bíblicos, emerge nos conceitos que ditam as formas dogmáticas que perfazem os códigos canônicos do que deveria ser aceito ou vetado, mostrando que a construção humana foi desenhada como atribuição divina.

Crimes foram cometidos em nome de Deus, relatos tidos como heréticos levaram indivíduos à fogueira no tribunal da ‘Santa Inquisição’. O tempo passou

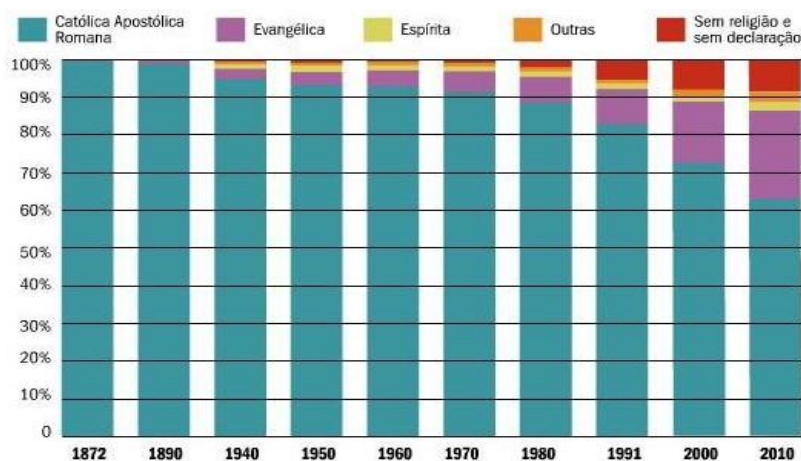
e a história ficou, mas a Igreja ainda se cerca de conceitos atemporais que não atendem às demandas da sociedade.

No Brasil, a crise do catolicismo traduz-se em um mapa de fiéis que já não professam mais a referida fé. Partem rumo a horizontes protestantes, evangélicos, espiritualistas, agnósticos e até aqueles voltados ao ateísmo.

Muitas são as indagações, entretanto as respostas não atendem ao processo de exploração contemporânea da crença. O Catolicismo perde espaço no Brasil, enquanto o número de igrejas de outras denominações cresce. O que terá acontecido com o brasileiro, que trouxe na carga histórica a sacralização dos dogmas daquela que já foi a religião oficial do Estado, o aporte da cultura e a concretização da identidade cristã no país?

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), apesar do Brasil ainda se caracterizar por ser a maior nação católica do mundo, houve uma redução considerável no quantitativo de fiéis, o que pode ser visualizado no gráfico a seguir.

Gráfico 5
População Segundos os Grupo de religião



Fonte: Diretoria geral de Estatística, recenseamento do Brasil 1872/1890. IBGE Censo Demográfico 1970/2010

O gráfico aponta dados relevantes na compreensão do fenômeno religioso da realidade brasileira, visto que a redução de católicos começou a ser evidenciada a partir de 1890, coincidindo também com a concretização do movimento republicano no país. A partir de então, o cenário das religiões

muda, principalmente com a inserção e crescimento das denominações evangélicas.

Em 1970, no país, havia 91,8% de católicos, em 2010 esse quantitativo passou para 64,6% conforme as reflexões do IBGE. Os dados apontam para transformações no universo religioso e as buscas por outras denominações, o que coloca o catolicismo em queda com todos os seus cânones tradicionais.

O mundo mudou, o Ocidente caracteriza “novas” necessidades, as inclusões religiosas como demandas são outras, entretanto, a Igreja Católica caminha a passos curtos e olhos vendados. Os documentos que o Vaticano aprova estão aquém de uma sociedade que vê na dialética da realidade um conjunto de demandas sociais emergentes.

Conforme Rosado-Nunes (2004), o fenômeno envolve não apenas o afastamento da Igreja perante a sociedade, mas também o desta frente ao catolicismo.

A Constituição Federal de 1988, juntamente com os movimentos sociais e as discussões contemporâneas oferecem maiores aportes para essa mudança. Indagações e poucas respostas assentam a Igreja Católica à deriva, em um mar revolto e repleto de assuntos que não são acolhidos em virtude de se considerarem extemporâneos aos dogmas, constituídos por Encíclicas que falam acima de tudo, a linguagem do conservadorismo e reforçam os dispositivos da vigilância, disciplina e punição, conforme ressaltou Foucault (2006).

O Catolicismo Romano com seu conservadorismo, já foi instrumento de legitimação social, mas entre o fim do século XX e início do XXI, recai sobre as cortinas do tempo, pelo seu tradicionalismo hegemônico e racionalismo metódico, o que apresenta o decréscimo efetivo no quantitativo de fiéis crentes na configuração dogmática em questão.

Sobre isso, Rosado-Nunes enfatiza:

O que surpreende, pela imprevisibilidade, são as direções dessa mudança, que não aprofundaram a sintonia com a sociedade, mas, ao contrário distanciam-se de certos valores desenvolvidos na sociedade. (2004, p.24).

No século XXI, as teias da sociedade são mutáveis, mas a Igreja ainda permanece nas garras do pensamento conservador. O não acompanhamento

das demandas conduz à perda de espaço frente às necessidades de uma religiosidade inclusiva, que perpassa os paradigmas mais fechados e se abra às perspectivas contemporâneas.

Rosado-Nunes (2004) pondera também que na sociedade ocidental, a religião deixa de ser considerada como dispositivo de herança, foge da concepção canônica cultural, perpassa a obrigatoriedade filial e alcança o viés da opção pessoal, com base na concepção de indagações e buscas por respostas, alicerçadas na investigação que leva à construção de uma fé raciocinada, com apoio não mais em estruturas sociais, mas, sobretudo, na complexidade das discussões, questionamentos e demandas da contemporaneidade.

As indagações dos fiéis frente ao mutismo ou à intolerância da Igreja dogmática colocou o Catolicismo em situação de vulnerabilidade. Escândalos foram abafados, assuntos olvidados, verdadeiros crimes emergiram naquela que era intocável frente aos olhares humanos.

A caixa de pandora que trazia a sexualidade, nas concepções Foucaultianas por séculos foi considerada um tabu, o qual foi alavancado pela Igreja através dos Concílios e corroborado pela sociedade conservadora através dos religiosos. Na contemporaneidade, as querelas e os constrangimentos advindos da visão silente que nega a existência das expressões da sexualidade a relegam ao ostracismo e ali a mantém, como um assunto a não ser tratado ou falado, apesar da emergência das Ciências Sexuais, que desde o século XIX já mostrava a necessidade mais intensa de abordagem.

Para Rosado-Nunes (2004), alguns assuntos tais como a sexualidade e o lugar das mulheres, aparecem até os dias de hoje como problemáticas inseridas no cerne do Catolicismo contemporâneo e que seguem como empecilhos nos quadrantes da Igreja Romana.

Elementos como esses mostram que o Catolicismo Romano continua mergulhado nos cânones que ainda refletem por vezes comportamentos da Idade Média. O não acompanhamento do cenário contemporâneo acarreta a redução do número de fiéis, os quais migraram para outras denominações religiosas, tornam-se ateus ou agnósticos, por não partilharem das práticas ritualísticas, simbólicas e mitológicas da Igreja Romana.

Entre as demandas da Igreja, verifica-se a inclusão do segmento homossexual, o qual ainda tem práticas vistas no campo do pecado nefando e do delito moral que assola o indivíduo.

Nos serviços de informação da Santa Sé, o jornal *'L'Obssevatore Romano'* publicou em agosto de 1992 uma resposta às propostas legislativas sobre a não discriminação de homossexuais. Sobre o assunto, o documento ressalta: “a tendência homossexual é uma desordem objetiva e requer solícitude moral.” (p. 03).

A afirmação acolhe um discurso diferente ao aplicado nos estudos científicos sobre o assunto, os quais abrangem a homossexualidade como condição humana, tendo caracterizações oriundas da orientação sexual e não das tendências ou desordens, como as de natureza psíquica, que por décadas foram estudadas e corrigidas pela psiquiatria e psicologia.

Sobre as uniões entre pessoas do mesmo sexo, os documentos do Vaticano as consideraram como um fenômeno moral preocupante, conforme a audiência papal de 28 de março de 2003 que aponta:

(...) afirmar com clareza o caráter imoral desse tipo de união; advertir o Estado para a necessidade de conter o fenômeno dentro de limites que não ponham em perigo o tecido da moral pública e que, sobretudo, não exponham as jovens gerações a uma visão errada da sexualidade e do matrimônio (p.03).

A Igreja Romana condenava a condição homossexual. As Encíclicas e demais documentos de apoio reforçam que a família só pode ser reconhecida em sua formação nuclear com a figura do homem e da mulher, conforme se preconizam os dogmas, entretanto questiona-se: Qual o lugar dos homossexuais? Eles podem realmente constituir uniões estáveis? Os sujeitos estão fadados ao mutismo social e religioso? Há espaço de inclusão no âmbito da Igreja? Continuarão a ser alijados como detentores de patologia? São seres inferiores com ‘espíritos do mal’?

Sobre a malignidade, Durkheim reflete que:

O próprio Cristianismo, por mais elevada a ideia que faz da divindade, foi obrigado a conceber ao espírito do mal um lugar em sua mitologia. Satã é uma peça essencial do sistema cristão. Ra, mesmo sendo um ser impuro, ele não é um ser profano. O antideus é um deus, inferior e subordinado, é verdade, mas dotado de amplos poderes (1996, p. 464).

Apesar do quantitativo de questionamentos, algumas respostas têm a ênfase da impureza, do espírito mal e da escravidão humana que conduz ao 'inferno cristão'. Assim, perante a Igreja Católica, o homossexual era como uma espécie que precisava ser extirpada ou trabalhada no viés da "cura", ou mesmo no expurgo do espírito inferior.

A intolerância que conduz a exclusão permeia os diálogos e dogmas, como uma teia que não pode atingir as configurações sagradas de uma Igreja, que viveu o mutismo de um encastelamento frente aos polêmicos assuntos relacionados à sexualidade.

Berger ressalta: "o que as constelações do sagrado podem ser 'em essência', empiricamente são produtos da atividade e da significação humanas, ou seja, são projeções humanas." (1985, p. 101).

Ao enfatizar as projeções humanas, ponderam-se ainda determinações e dogmas que podem ser constructos das mãos do homem, visto que os significados são projetados e legitimados. O conjunto de significados perpassa nas mãos do homem a completa produção e reprodução do que deve ser dito ou encarnado.

Não se trata de colocar em xeque os conceitos culturais, a lei mosaica ou cristã, acerca das questões homossexuais, mas como a Igreja criou um mutismo em torno da reflexão sobre a exclusão, em meio a tantos rumores e acusações de práticas voltadas às sexualidades dissidentes no interior do clero, até mesmo casos de abusos sexuais sejam heterossexuais ou homossexuais.

Legitimam-se posicionamentos extemporâneos e se olvidam as demandas atuais, além de silenciar para as referidas questões no âmbito do simbolismo do Catolicismo Romano.

A visibilidade indica unicamente os pressupostos da família nuclear, que de acordo com Berger (1985) apresenta o matrimônio que cria uma relação de parentesco, dita as normas das relações sexuais por meio de um contrato social (casamento). Esse conjunto é vislumbrado como um sacramento divino e os papéis determinados não funcionam apenas no viés da exteriorização do sujeito, mas aparecem inclusive interiorizados pela própria consciência.

Através de Encíclicas, a Igreja pautou-se em fazer sobreviver o modelo de família nuclear reafirmado pelos paradigmas capitalistas. Assombra-se qualquer possibilidade de reconhecimento no que se refere às outras configurações familiares, incluindo-se nesse bojo as advindas de união homossexual. Entretanto, cabe-nos o questionamento do real significado de família, visto que a contemporaneidade abriu as portas para a visibilidade da família monoparental, geracional, recasada, ampliada entre outras, as quais mesmo com o reconhecimento científico, ainda canalizam-se para um universo onde paira o ostracismo no campo religioso, alicerçado nos dogmas extemporâneos de uma sociedade em mutação.

Os rumos que se seguem na recondução da religiosidade brasileira, não são tão desconhecidos. Os ventos sopram em outra direção, mas a elevação do quantitativo de igrejas de outras denominações ou crenças, não assegura a religiosidade dos indivíduos, apenas alternativas que emergem além do universo de um Catolicismo, que pela ausência de maestria inicia um processo que o conduz ao declínio.

O sagrado não perde forças com a demanda por “novas” respostas, ele apenas se transfigura, assim como o cristianismo que no período primitivo significou sacrifício e repressão, no contexto hodierno precisa emergir com roupagens concernentes ao vigésimo primeiro século da Era Cristã.

Brito (2004) aponta que o fantasma da modernidade atemoriza a Igreja Católica até os dias de hoje. Os dogmas pregam a transcendência, mas atuam diretamente na negação do humano. A condição limitada do homem é considerada como se estivesse em um universo separado, fragmentado de sua própria existência.

A visibilidade dos que estão à margem da religião em virtude da condição sexual almeja pelo debate, pela simples concepção de que também são humanos, mesmo quando alicerçados em condições que estão na perspectiva dos embates morais, como ocorre na discussão sobre a homossexualidade.

A Igreja Católica permanece na arena de conflitos e na disputa por fiéis. Percorre trilhas que estão na contramão das demandas de segmentos sociais, sobretudo quando se insere no jogo de questões relacionadas à sexualidade.

Apesar do quadro histórico, o Sínodo⁶ da Família, realizado em outubro de 2014 sinalizou a possibilidade de discussão sobre o acolhimento de homossexuais na religião Católica, vistos como uma demanda que precisa ser abraçada pela Igreja.

Para os homossexuais, o acolhimento não é uma palavra comum, o preconceito permeia o cerne das religiões, nas quais tais sujeitos ainda são visualizados como anormais desviantes ou seres nefastos que precisam de “cura” por profanarem as escrituras sagradas. A discussão sobre a homossexualidade é então refugiada nas zonas mais clandestinas da consciência e sem ser externada, torna-se efetivamente a pipoca que ainda não estourou.

Armstrong (2011) reflete que a interpretação religiosa feita de maneira extremamente racionalizada resultou em dois fenômenos importantes. Um desvela o fundamentalismo, que aborda uma devoção defensiva com base na interpretação literal dos textos bíblicos. Outro movimento confabula para o ateísmo, com uma análise de cunho extremamente racional e científico.

O Catolicismo poderia alçar discursos que alcançassem o equilíbrio, nem tanto racional, ou demais fundamental, mas com possibilidades de rever conceitos para a inclusão dos marginais que a história esqueceu, mas que o direito alavancou.

Assim, como bem asseverou Bergson na obra *As Duas Faces da Moral e da Religião* (1978, p.14), “quando ninguém sabe como uma coisa é, é quase como se ela não existisse”.

O Catolicismo Romano declina e os questionamentos já não são mais silenciados como antes. As variadas expressões da sexualidade transpiram como condição humana corroborada pelas mãos da Ciência, entretanto a Igreja permanece com os olhos e punhos cerrados para a tolerância e inclusão, emergindo através de ritos, mitos e simbologias que já não atendem às demandas de uma realidade que se transforma cotidianamente.

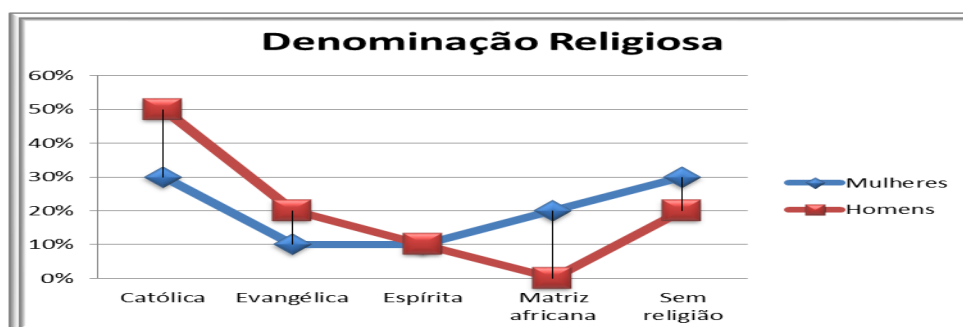
O desconhecimento sobre os traços da sexualidade conduz ao preconceito, a caracterização da moralidade sem a luz da Ciência leva ao

⁶ Tipo de reunião caracterizada por uma assembleia que envolve o clero, principalmente os bispos e o papa. A intenção é discutir um ou mais assuntos que aparecem como demanda da Igreja Católica Romana.

fundamentalismo extemporâneo que discrimina e coloca à margem indivíduos que também são protagonistas na arena das lutas sociais.

Sobre a questão de abraçar uma doutrina religiosa, os sujeitos da pesquisa abordaram as seguintes informações:

Gráfico 6



Os dados sobre as religiões dos sujeitos apresentaram informações relevantes. Entre os homossexuais, 50% são adeptos da religião Católica Apostólica Romana, enquanto 20% identificam-se com a religião evangélica, 10% com a Doutrina Espírita e 20% não tem religião.

Entre as mulheres evidenciaram-se os seguintes dados: 30% são católicas, 10% evangélicas, 20% são de religiões de matrizes africanas e 30% não possuem religião, ou seja, já não há a predominância de uma religião, mas de várias crenças de origem cristã.

A elevação do quantitativo de igrejas não significa religiosidade, porém poderia fomentar inclusão de vários segmentos sociais. Entretanto, os cânones alicerçados em leis milenares cerram a visibilidade humana e trazem para a arena, política e moralidade, conforme se verificará *a posteriori*.

2.2 O FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NA ARENA POLÍTICA

O cenário religioso avança em rumos diferenciados, sobretudo a partir da década de 1970. A matricialidade Católica Romana perde forças e os ventos do que se acreditava advir inicialmente do Protestantismo alicerçam-se em bases fundadas a partir de concepções diferenciadas.

A moralidade e a postura humana alavancam costumes que preconizam a predestinação à salvação e a certeza de ser 'escolhido'. O divisor de águas entre a 'vida mundana' e o ascetismo demarca e consolida as raízes de novas religiões no Brasil.

Ao refletir essas questões, Max Weber discorre sobre os elementos estruturantes da moral religiosa em sua obra 'A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo', em que pondera a emergência da religião protestante associada diretamente ao sistema capitalista, seja através do incentivo ao trabalho ou por meio da acumulação dos meios de produção.

O Protestantismo foi marcado por um conjunto de Reformas que emergiram no início da Idade Moderna, a qual teve alguns expositores tais como: Martinho Lutero, Jan Huss, Calvino e Thomas Morus, entre outros.

Weber (2004) enfatiza que o Protestantismo assevera a importância do trabalho, o ascetismo, a moral e a vida sem gozos terrenos, como meios para alcançar a glória de Deus.

Tradicionalmente, a Reforma se constituiu como elemento de protesto em relação à corrupção da Igreja Católica, além da insatisfação com o poder exacerbado exercido por ela, a postura do clero e as configurações dogmáticas que cerravam o conhecimento, alienavam a população e não permitiam aos fiéis terem qualquer posicionamento oposto ao que era preconizado.

A invenção da imprensa funcionou como mola propulsora da Reforma, pois permitiu não apenas as traduções de textos bíblicos, mas também a sua disseminação na Europa, favorecendo a abertura do conhecimento teológico e científico para os variados segmentos da sociedade do século XVI.

Dentre as Igrejas históricas advindas do Protestantismo, destacaremos inicialmente a Luterana e a Calvinista.

O Luteranismo assevera a "salvação" através da teoria da justificação pela fé, sem a necessidade de ações para se alcançar o objetivo. A confiança de Lutero nas escrituras levou ao desenvolvimento de uma Teologia dependente da palavra, sendo que esta passa a substituir a imagem e o ícone perante os fiéis. Em vez de ir além da linguagem, os protestantes eram convidados a mergulhar nas escrituras sagradas, de forma precisa, original e imutável (ARMSTRONG, 2011).

Tal contexto começou a desenhar o que mais tarde ficaria conhecido como fundamentalismo, ou seja, a interpretação dos textos sem a simbologia e os mitos, mas sim de acordo com a concepção pessoal de cada leitor.

O prosseguimento da Reforma elencou o surgimento de várias seitas e segmentos, visto que cada um revelava uma interpretação diferenciada na perspectiva da mudança.

Os Calvinistas, por sua vez, acreditavam na concepção de 'predestinação'; cada um já nascia predestinado ou não para a salvação. Essa análise mais ascética diferenciava os indivíduos e os rotulava pela possibilidade de direcioná-los à vida eterna ou até mesmo à morte eterna (WEBER, 2004).

Nessa concepção, os cristãos eleitos do mundo existiriam apenas para ratificar a 'glória de Deus'. Essa reflexão levou a uma crença de separação entre os indivíduos, visto que já haviam sido 'escolhidos' ou não para viver a plenitude da divindade. Bastava ter a noção de ser eleito e se colocar em estado de graça para alcançar a salvação, a qual viria simbolicamente apenas através da fé.

Outra característica dos Calvinistas era a militância política, considerada um perigo para o Estado, já que até então somente a doutrina Católica encontrava espaço para dialogar no universo governamental.

Outro elemento trabalhado por Weber (2004) era a confiança em si mesmo, considerando o apontamento de quem seria o predestinado para obter a glória. O que ficou conhecido como critério de predestinação foi considerado pelos protestantes como infalível.

A vida regrada e a valorização do trabalho como necessidade para a vida terrena asseverou a teia da acumulação que favoreceu os preceitos do sistema capitalista, o que segundo as ponderações Weberianas elencou, por exemplo, a transformação dos Estados Unidos da América em uma potência econômica mundial.

Outra denominação religiosa que surge advinda do universo protestante são os Pietistas, que partilhavam de alguns ideais iluministas, valorizavam a liberdade e o progresso. As bênçãos seriam obtidas por meio do trabalho, o que os levava à busca de uma dedicação incessante. Asseguravam a crença

na predestinação, mas não a visualizavam com o mesmo rigor moral (WEBER, 2004).

O surgimento dos Metodistas no séc. XVIII também agrega a doutrina da predestinação, no entanto o estado de graça não viria apenas através da fé, mas da relevância de estabelecer obras ou ações que se concretizassem no viés da conduta moral. Acerca de suas características, Weber (2004) aponta:

Já seu nome revela o que saltava aos olhos dos contemporâneos como próprio de seus seguidores: a sistematização “metódica” da conduta de vida com o fim de alcançar a *certitudo salutis*: pois aqui também é dela que se trata desde o início, tendo se mantido como ponto central da aspiração religiosa. (...) revela-se antes de tudo no fato de que essa *metódica* fosse usada especialmente para provocar o ato *sentimental* da conversão.

A conduta metódica e a busca pela salvação retrata o ápice da aspiração religiosa dos Metodistas, que também apresentava traços Pietistas. Os adeptos se pautaram pela inicialização das missões entre as massas, com bases no sentimentalismo de forte caráter emocional.

Para os Metodistas, a ambição por uma vida superior caminhava em paralelo com a predestinação, como uma espécie de segunda bênção. De acordo com as reflexões Weberianas, têm-se nesse viés protestante as primeiras características do que mais tarde seria conhecido como a Teologia da Prosperidade.

Outra seita não menos importante advinda da Reforma, caracteriza-se pelos Batistas, também conhecidos como Anabatistas.

Para os Batistas, não há a ideia de uma predestinação, conforme as ponderações Calvinistas. O critério de “salvação” vem pela crença e pela redenção a Deus. O nome da seita retrata ainda a necessidade dos indivíduos receberem o rebatismo para conseguir alcançar os desígnios da “igreja santa”.

Conforme as análises Weberianas, os Anabatistas repousam sua ética em princípios heterogêneos e as comunidades da igreja se formam por crentes e regenerados, apenas por eles, sem espaço para outros indivíduos com posturas, identidades ou conjunturas racionais diferentes.

A crença na justificação pela fé também existia, sendo alicerçada no que se chamou de “revelação”, ou seja, na crença da ação do Espírito Divino sobre o indivíduo. Alerta-se que de acordo com as configurações Anabatistas,

somente os regenerados podem ser considerados irmãos de Cristo, já que “assim como Cristo eles foram gerados diretamente pelo Espírito de Deus.” (WEBER, 2004 p. 132).

A compreensão sobre o Luteranismo, Pietismo, Calvinismo e os Anabatistas se fazem necessárias para as relevantes reflexões que enfatizarão o Fundamentalismo Religioso, apesar de que o crescimento das igrejas no Brasil não se desenhou pela matriz histórica do Protestantismo, mas através do pentecostalismo, conhecido por ser a terceira onda, a qual se posicionou após a puritana e a metodista segundo Mariano (2010).

O Pentecostalismo se diferencia das outras pela crença na ação que o ‘Espírito Santo’ exerce nas igrejas junto aos fiéis, seja através das experiências de orações em línguas diferentes daquelas conhecidas pelos indivíduos, o que se denominou de xenoglossia, seja por meio da denominação do elemento mágico, conhecido como “milagre.”

De acordo com Souza e Magalhães (2002), o Pentecostalismo se desenvolveu em três ondas, cada uma com sua própria descrição e identidade. A primeira ficou conhecida como Pentecostalismo Clássico e se firmou entre 1910 e 1950, com bases nas igrejas Assembleia de Deus e Congregação Cristã. O segundo momento foi caracterizado como Pentecostalismo Neoclássico, diferenciando-se do anterior ao passo que associa o falar em línguas e a crença na “cura divina”. No Brasil esse movimento se ratifica através da Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular, Igreja Deus é Amor e Brasil para Cristo, entre outras que tiveram um quantitativo mais reduzido de fiéis.

Mariano (2010) afirma que as campanhas de cura divina fizeram surgir outras igrejas, tais como: igreja Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, entre outras.

Já na segunda metade da década de 1970, assiste-se ao surgimento da terceira onda, denominada de Neopentecostalismo, a qual surge impulsionada, sobretudo pela imprensa. Além da força religiosa, destaca a força social, cultural e política.

Representada entre outras igrejas, pela Universal do Reino de Deus, Igreja Cristo Vive e Igreja Internacional da Graça de Deus, o neopentecostalismo traz a magia do “milagre” como parte do alicerce religioso.

Mariano (2010) ressalta que cada igreja dessa onda apresenta sua face, com inovações ou elementos inusitados, o que leva a pensar que o neopentecostalismo seja uma espécie de seita.

O advento das três ondas desencadeia um processo de aceleração do Pentecostalismo entre os evangélicos. No Brasil, os números foram se elevando e desenhando uma identidade profícua e inerente, as quais deixam longe os horizontes que assemelhavam os referidos movimentos ao Protestantismo histórico.

As afirmações expostas, pautadas em concepções Weberianas, levam-nos a refletir que o Pentecostalismo surge de uma junção do Metodismo (que se caracteriza pelo rigor metódico da crença na justificação da salvação, aliada a ideia de sentimentos), com o Pietismo (que assevera o culto a esses sentimentos e conduz a crença religiosa pela configuração emocional). Ambas as correntes teológicas corroboram para a implantação de uma crença firmada no sentimentalismo, que olvida o conhecimento doutrinário pela necessidade de assegurar apenas as evidências do sobrenatural, principalmente em relação ao Espírito Santo e as curas “milagrosas”, que acontecem pela “vontade de Deus”.

Para tecer reflexões acerca do fundamentalismo religioso, será evidenciada apenas a terceira onda do Pentecostalismo, também conhecida por Neopentecostalismo, já que este traz características mais acentuadas no que tange a participação dos fiéis e líderes na política brasileira, além de ser o segmento que mais cresce no Brasil.

A compreensão do fundamentalismo perpassa inicialmente a concepção da divindade, ou seja, o significado que a figura de Deus representa para os indivíduos, visto que na era pós-moderna, há um conflito existente entre a compreensão e os limites existentes entre Deus e a religião.

Armstrong (2011) ressalta a subjetividade que está envolta na concepção e no significado de Deus. Não se trata simplesmente de um ser que é ‘bom’ e ‘sábio’, visto que a limitação humana não permite a compreensão plena do seu significado.

Confunde-se por vezes o Deus da doutrina cristã com o significado das religiões, entretanto, um não necessariamente significa o outro.

Bergson (1978) retrata que a religião é criada pelo homem como estratégia, com fábulas, ritos, mitos e criação de um ou vários deuses para relacioná-los assim aos déficits da vida cotidiana.

A religião nasce então como demanda “necessária” para satisfazer as inquietações do homem sobre o sagrado.

A concepção marxista enfatizou que a religião é o ópio do povo e com isso, os indivíduos criam e recriam aportes religiosos de acordo com a história e a cultura, além da economia, já que os escritos de Max Weber enfatizaram que o capitalismo foi alavancado, sobretudo através de uma revolução espiritual.

Na contemporaneidade, a noção do divino é assegurada em vários aspectos. A mãe diz ao filho para não fazer “tal coisa em nome de Deus”; o professor solicita “silêncio aos alunos em nome de Deus”; fundamentalistas religiosos cometem atrocidades, crimes e comprometem a própria vida em nome da divindade, assim como há também segmentos políticos que também “legislam em nome de Deus”.

A nomenclatura da divindade é pronunciada em jogos de futebol, nas guerras, nas crises econômicas e até mesmo nas eleições, o que se caracterizou inclusive no Brasil, através dos cenários sociais e políticos.

O pensamento baseado no *logos*, a que Armstrong (2011) se refere como racional, é substituído pelo *mythos*, que caracteriza o mito, o simbólico na esfera religiosa, ou seja, aquilo que não pode ser explicado completamente pelo viés racional. Nesse ensejo, apenas a estrutura simbólica assume os devaneios da religiosidade nas várias faces do dogma cristão, principalmente entre os evangélicos.

O Neopentecostalismo aporta-se nessa concepção, visto que prega um cristianismo que não se liga na doutrina, mas se faz pela emoção. O sentimentalismo, as ideias de cura e de presença do Espírito Santo atingem os fiéis, diferente de outras denominações religiosas onde a hierarquia sinaliza a posição e os limites em que cada fiel pode ocupar.

Apesar de algumas discussões culturais enfatizarem que a crença neopentecostal envolve a dominação das classes mais vulneráveis, Souza e Magalhães (2002) mostram que esse é um fator importante, mas não preponderante na compreensão do referido fenômeno evangélico, haja vista

que há indivíduos de classes mais abastadas que também fazem parte das referidas igrejas.

Ao corroborar com as autoras, verifica-se que a elevação do quantitativo de fiéis associa-se não somente à pobreza, mas também assegura aspectos sociais, culturais, o “novo” significado e os rumos do sagrado na sociedade contemporânea, além dos aspectos econômicos e das demandas populacionais, já que o Neopentecostalismo garante a crença no trabalho (mesmo que seja informal) e na graça de Deus, que vem como consequência do dízimo, pago para se alcançar as devidas “bênçãos”.

Por não possuir uma estrutura semelhante ao clero católico, o Neopentecostalismo se desenvolve sob as bases da comunidade, de onde sai inclusive o pastor, que arrebanha quase sempre sem a necessidade de uma formação teológica em nível de bacharelado. Essa característica aproxima a liderança religiosa do fiel e mostra que não há segredos na busca de Deus, basta estabelecer a crença e a contrapartida pelo dízimo, para se alcançar o que ficou conhecido como Teologia da Prosperidade. De acordo com Souza e Magalhães (2002) esse processo apresentou as seguintes características:

A Teologia da Prosperidade ou Confissão Positiva teve sua origem na década de 1940 nos Estados Unidos, sendo reconhecida como doutrina na década de 70, quando se difundiu pelo meio evangélico. Possuía forte cunho de autoajuda e valorização do indivíduo, agregando crenças sobre cura, prosperidade e poder da fé através da confissão da “Palavra” em voz alta e “No Nome de Jesus” para recebimento das bênçãos almejadas; por meio da Confissão Positiva, o cristão compreende que tem direito a tudo de bom e de melhor que a vida pode oferecer: saúde perfeita, riqueza material, poder para subjugar Satanás, uma vida plena de felicidade e sem problemas. Em contrapartida, dele é esperado que não duvide minimamente do recebimento da bênção, pois isto acarretaria em sua perda, bem como triunfo do Diabo (p.11).

Com base nas características supracitadas, a Teologia da Prosperidade apresenta um dos fundamentos do Neopentecostalismo. O surgimento das igrejas com a temática do “avivamento” da fé, desperta os fiéis para uma “proximidade” de Deus, através de uma relação de troca, na qual o dinheiro é entregue ao templo e a recompensa vem por meio da crença em bênçãos e conquistas da vida material.

A figura do 'diabo', convencionada a ser chamada pelos evangélicos de 'encosto', reflete os empecilhos do fiel para atingir o estado de graça, sendo necessária a constante vigilância no que tange a postura moral.

Apesar dos discursos colocados pelas religiões acerca da homossexualidade, destaca-se também a existência de religiões inclusivas, as quais foram explicitadas da seguinte maneira.

No meio cristão, as primeiras igrejas inclusivas surgiram no século XX, com as igrejas metropolitanas (ICM), que já são numerosas inclusive no Brasil. Um reverendo da Igreja anglicana se abre a essa possibilidade a partir de um método de interpretação bíblica chamado método histórico-crítico, que não interpreta a bíblia somente a partir da crença, mas se utiliza das ciências modernas como a Antropologia, Sociologia e História. A partir dessa igreja, a ICM começou a interpretar os textos bíblicos que geralmente condenam as práticas homoafetivas. Começa a haver uma abertura para que o homoafetivo possa se congregar como cristão. Então a partir da ICM começam a convergir inúmeras igrejas, acho que no Brasil são mais de uma centena (Azulão, 38 anos).

O relato aponta que as religiões não apresentam apenas fatores para a exclusão de sujeitos, fomentam também a participação e aceitação por meio das igrejas inclusivas, como se exemplifica através da ICM (Igreja Cristã Metropolitana), que de acordo com as informações no sítio⁷, surgiu em 1968, antes mesmo da conhecida revolta de *Stonewall* nos Estados Unidos da América. Conforme as informações do portal, a ICM foi a primeira igreja do mundo a surgir com a perspectiva da inclusão de indivíduos LGBTI, apresenta mais de 50% do clero formado por mulheres, realizam atividades espirituais com crianças filhos de casais homossexuais e realizam cerimônias de casamento entre indivíduos do mesmo sexo.

Conforme as reflexões de Natividade (2010), no Brasil, as primeiras igrejas inclusivas surgiram no Brasil a começar nos anos de 1990, a partir de debates em São Paulo acerca da homossexualidade e as religiões. Deste contexto em diante, o aparecimento das igrejas inclusivas entrou na pauta das denominações, sobretudo as evangélicas.

Mesmo frente às possibilidades de criação de igrejas inclusivas, surgiram discussões se esse era realmente o caminho correto, ou se a luta deveria centrar-se na inclusão de LGBTI's nas religiões já existentes.

⁷ Disponível em: <http://www.icmbrasil.com/nacional/index.php/sobre-icm/nossa-historia>

Entre as denominações religiosas evidenciadas no Brasil, tem-se a Igreja Acalanto, a Comunidade Cristã Nova Esperança, a Igreja Cristã Evangelho para Todos, Igreja Comunidade Metropolitana, Igreja da Inclusão e o Movimento Espiritual livre, entre outras. (NATIVIDADE, 2010).

Na cidade de Manaus, no decorrer da pesquisa identificaram-se duas denominações religiosas, sendo a Igreja Apostólica da Renovação Inclusiva e a Fraternidade Inclusiva Amigos do Evangelho.

Na Fraternidade, a preocupação pastoral não se caracteriza apenas com o homossexual, mas com a inclusão de maneira geral, a qual foi exemplificada também por pessoas que estão em segunda união e são excluídas em outras igrejas cristãs. O acolhimento também se direciona a pessoas com deficiência, ou que de alguma forma não encontram a inclusão em outras igrejas. Apesar do trabalho teológico, a fraternidade ainda não conseguiu o reconhecimento pela condição de religião inclusiva, o que perfaz com que seus sacramentos e ministérios ainda não sejam visualizados como tais.

As atividades desenvolvidas por uma igreja inclusiva vão desde a realização de cultos até mesmo a abordagem de evangelização em boates e outros lugares de sociabilidade homossexual, apesar das ressalvas ao adentrar em tais ambientes. (NATIVIDADE, 2010). Sobre isso, a pesquisa trouxe o seguinte dado.

Um problema que há em todo o mundo são essas baladas, essas *raves*, festas... Não que eu queira ser moralista, mas a gente sabe que não é um ambiente cristão, mas é para onde muitos vão. Eu acredito que hoje as igrejas inclusivas se apresentam como uma opção, uma alternativa para essas pessoas, mas a dificuldade maior é essa mentalidade, que é uma mentalidade de séculos, embora a prática homoafetiva dentro do cristianismo é tão antiga quanto o próprio cristianismo (Azulão, 38 anos).

O relato debate as ponderações sobre os lugares de sociabilidade LGBTI, onde os indivíduos se reúnem. Postula-se a não adequação dos lugares com as metas cristãs, embora a frequência dos sujeitos tenha se dado historicamente, por motivos de discriminação e preconceito, além de favorecer a possibilidade de vivência das identidades.

A partir do discurso, verifica-se que a religião assevera uma conduta, a qual é expressa em códigos, para se ter a noção e diferenciação entre as “coisas do mundo” e as “coisas de Deus”. Essa tensão, de acordo com

Natividade (2010) é trabalhada no sentido de mostrar para o indivíduo que as regras de comportamento precisam ser idealizadas e respeitadas, para evitar palavras não adequadas ao ambiente religioso, assim como também posturas e relacionamentos sem compromisso entre os fiéis.

Entre as igrejas inclusivas, pode-se, inclusive, solicitar como código de conduta, que caso haja um relacionamento entre fiéis, este deverá ser publicizado assumidamente, evitando assim as trocas de parceiros indefinidamente.

Os apontamentos vistos como “exageros” no tratamento pessoal, tais como: “bicha”, “mona”, “bee”, “sapatão”, devem ser evitados no ambiente religioso, para que os sujeitos sejam respeitados. A ideia de contenção que conjuga na contracorrente histórica e cultural do segmento homossexual, abrange um redirecionamento no significado das religiões inclusivas, seja no sentido de adequar os sujeitos aos cânones morais, seja na perspectiva de preconizar a transformação do sujeito a partir da religiosidade.

Outra preocupação das religiões inclusivas consiste na interpretação histórico-crítica dos textos bíblicos, principalmente nos trechos que abordam comportamentos homossexuais. Natividade (2010) ressalta que a homossexualidade é positivada nas análises bíblicas, colocada como algo em que o sujeito já apresenta de nascença, não como algo adquirido ou como pecado.

A crítica encontrada nos relatos de campo, é que a caracterização crítica só é abordada em relação aos textos bíblicos que descrevem práticas homossexuais, mas que há uma manutenção do fundamentalismo em todos os demais eixos das escrituras, conforme a reflexão a seguir.

É uma nova modalidade de Cristianismo, não é um Cristianismo Católico das igrejas mais antigas, os romanos, os caldeus, os maronitas que são igrejas antigas com o mesmo perfil... Não é nem o Cristianismo Protestante, não é nem esse Cristianismo Pentecostal. É uma outra ideia que nem os próprios líderes inclusivos entenderam ainda. Eles usam a leitura histórico-crítica simplesmente para desmistificar os textos que condenam o “homossexualismo”, mas continuam com a leitura fundamentalista do resto da bíblia, então não tem inovação. (Azulão, 38 anos).

O relato aponta que ainda pode haver uma nebulosidade acerca da construção das igrejas inclusivas. Apesar da existência de alguns estudos

sobre a diversidade sexual e religião, há uma constante construção e mudança por parte das lideranças religiosas no que diz respeito a uma teologia inclusiva e seus significados.

Ao indagar sobre os desafios que as igrejas inclusivas enfrentam na contemporaneidade, obteve-se a seguinte resposta.

Os maiores desafios são dos próprios homoafetivos, porque eles mesmos já se enxergam como pessoas condenadas ao inferno, como pessoas amaldiçoadas. Eles sentem que é impossível uma pessoa ser homoafetiva e ser cristã. Eles pensam que... ah! Eu nasci assim, eu cresci assim, então eu vou viver de qualquer jeito porque eu sou uma pessoa condenada. A minha dificuldade maior é fazer com que essas pessoas entendam, que mesmo assim elas são amadas por Deus e ser homoafetivo não é uma aberração. A pessoa nasce assim, a pessoa não escolhe... Ninguém pede ou faz opção por ser assim. Eles também podem levar uma vida cristã como uma família homoafetiva, servir aos princípios morais da fé cristã como qualquer outra família. Isso é possível. Há experiências no Brasil e fora do Brasil em que isso acontece, com respeito, companheirismo e fidelidade (Azulão, 38 anos).

Os apontamentos evidenciam que como resultado do processo histórico, social e cultural, os homossexuais acreditam que devem continuar à margem pela crença na condenação eterna que as religiões preconizaram historicamente. Como a homossexualidade foi colocada como pecado e anormalidade, há dificuldades no que tange ao reconhecimento do sujeito como partícipe de uma denominação religiosa ou de uma igreja, ou seja, a noção de estigma e de *outsider* permanece na compressão dos indivíduos sobre si mesmos, o que se deve, entre outras coisas, ao posicionamento da Igreja Romana na cultura ocidental em que se repassava a ideia da demonização das sexualidades dissidentes.

Frente às ponderações sobre as religiões que fomentam a base cristã, faz-se relevante tecer considerações acerca do significado de fundamentalismo, uma palavra bastante utilizada no contexto religioso e político da contemporaneidade.

Armstrong (2009, p.11) tece uma crítica quanto à definição de fundamentalismo, que segundo ela: “deriva do árabe *usuliyah*, palavra que se refere ao estudo das fontes das várias normas e princípios da lei islâmica.”

Grande parte dos indivíduos ou movimentos rotulados como fundamentalistas não se ocupam do islamismo, ou seja, trata-se de um termo

utilizado de maneira equivocada, mas não podemos olvidar que culturalmente, as sociedades usam o termo 'fundamentalista' para designar os grupos religiosos que interpretam 'ao pé da letra' os escritos da Bíblia, visto que a ela não atribuem o simbolismo e os mitos que perpassam a sua configuração.

Os primeiros cristãos a utilizar o termo 'fundamentalismo' foram os protestantes norte-americanos no início do século XX. Conforme Armstrong (2009), a terminologia era utilizada para distingui-los dos mais liberais, haja vista que esses últimos eram acusados de distorcer a fé cristã.

Assim, firma-se a corrente religiosa que preconiza a interpretação literal das Escrituras e conseqüentemente a aceitação das concepções doutrinárias e dogmáticas.

Retornar ao que é 'fundamental', fez com que os Neopentecostais assumissem uma postura defensiva em relação às várias situações sociais e culturais da sociedade ocidental. Para eles, a oposição não significa apenas um ponto de vista, mas pode se tornar uma verdadeira guerra que tem a centralidade baseada na fé.

No caso dos indivíduos que seguiram carreira política e fazem parte das bancadas fundamentalistas, seja no Senado, Câmara Federal, Assembleia Legislativa ou Câmara Municipal, a batalha estende-se além da conjuntura convencional e atinge ensejos que enfatizam possibilidades de uma guerra entre o bem e o mal.

Sobre isso, Armstrong (2009) enfatiza:

Temem a aniquilação e procuram fortificar sua identidade sitiada através do resgate de certas doutrinas e práticas do passado. Para evitar contaminação, geralmente se afastam da sociedade e criam uma contracultura; não são, porém, sonhadores, utopistas. Absorvem o racionalismo pragmático da modernidade e, sob a orientação de seus líderes carismáticos, refinam o "fundamental" a fim de elaborar uma ideologia que fornece aos fiéis um plano de ação (p.11).

As iniciativas fundamentadas nas descrições literais cercam-se de interpretações pessoais advindas das Escrituras, na tentativa de sacralizar uma sociedade que por si é permeada por características heterogêneas, em face da abertura das portas para o debate acerca de demandas tais como: o reconhecimento de que a família nuclear não encena no palco social como

única configuração; a descriminalização do aborto; visibilidade das relações homossexuais, entre outros contextos.

A partir das demandas sociais, o fundamentalismo religioso cerra os olhos para o que “não se adapta” ao desenvolvimento da sociedade pela variedade de interpretações do cristianismo e judaísmo.

É nesse contexto que se reflete, por exemplo, o Programa Escola sem Homofobia, da Gestão Federal, o qual através de estudos e pesquisas com a participação de organizações não governamentais (Pathfinder do Brasil e Reprolatina, citando algumas), Conselho Federal de Psicologia e UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), construíram um kit a ser distribuído em seis mil escolas de Ensino Médio, contemplando alunos e professores no conhecimento sobre a diversidade sexual no âmbito da educação.

A rejeição do material que ficou assinalado vulgarmente como “*kit gay*”, foi ratificada pela presidência da República como resposta a argumentos de fundamentalistas religiosos católicos e, sobretudo, evangélicos de vertente neopentecostal, nos ares de uma sociedade ainda conservadora e tradicional no que tange ao reconhecimento social do segmento LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais).

Outra reflexão relevante consiste no avanço do judiciário em contraponto ao legislativo. O projeto de reconhecimento da união civil entre casais do mesmo sexo, inserido na Câmara Federal ainda na década de 1990, através da deputada Marta Suplicy; tal projeto foi retirado de discussão várias vezes em decorrência do conservadorismo dos operadores do legislativo.

Ao questionar se os posicionamentos políticos e religiosos interferem na aprovação de legislações e programas de direitos da população homossexual, obtiveram-se os seguintes relatos dos sujeitos masculinos.

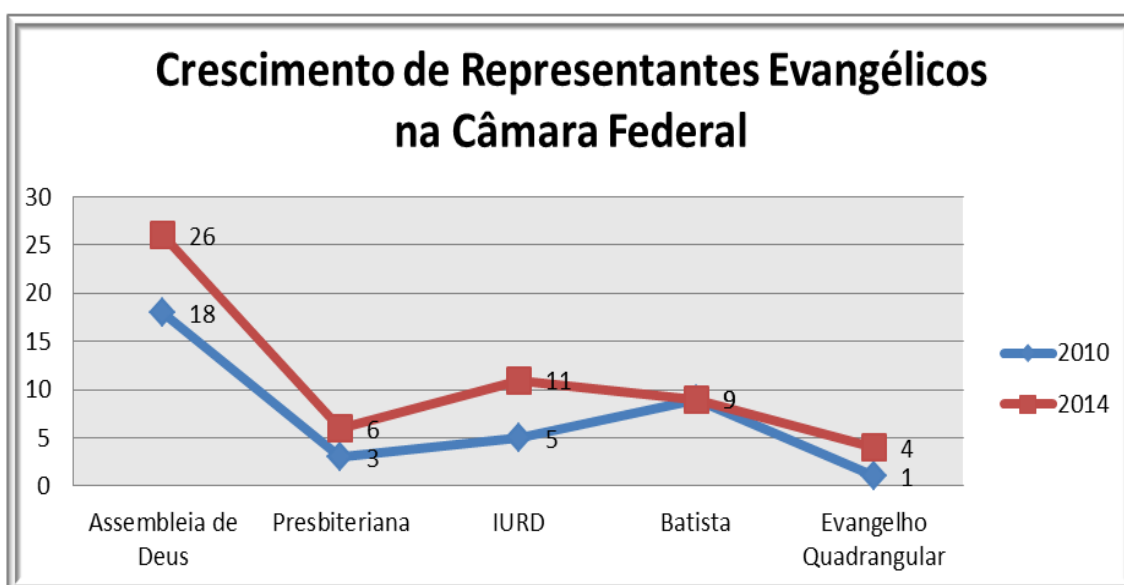
Sim, acredito que sim mesmo, eu vejo pelas propostas que eles colocam, como por exemplo, no ano passado falaram sobre a cura gay... Isso é bem complicado, não só direito Lgbt, como direito de minoria como um todo, mulheres, negros e indígenas. Eu acredito sim que eles podem impedir. Nunca antes na história os conservadores estiveram tão unidos quanto estão agora, esse é o momento que eles estão mais unidos. Todos os que tem direitos, agora relacionados as minorias... vai estar bem difícil. A gente acabou de eleger o congresso mais conservador da história, com pessoas ligadas ao fundamentalismo religioso, principalmente o evangélico que impede

sim os direitos LGBT's, como qualquer outro direito de minoria também (Ypê, 26 anos).

O relato aponta que os desafios da retomada ao tradicionalismo envolvem tanto os LGBTI's como os demais sujeitos ainda considerados como minorias, expressão esta que não caracteriza de maneira efetiva o papel dos sujeitos na sociedade contemporânea. Sobre o conservadorismo do Congresso, as análises divulgadas pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)⁸ da Câmara Federal mostram que nas eleições de 2014, 74 (setenta e quatro) deputados foram eleitos para o mandato que se inicia em 2015, sendo que 35 (trinta e cinco) são novatos e 39 (trinta e nove) foram reeleitos. Entre os temas de defesa da bancada estão: questões a vida, família e moralidade, os quais são evidenciados pelo viés da religiosidade.

Na realização da pesquisa no DIAP (2015), os dados sobre o quantitativo de representantes na Câmara Federal permitiu apontar as seguintes informações:

Gráfico 07

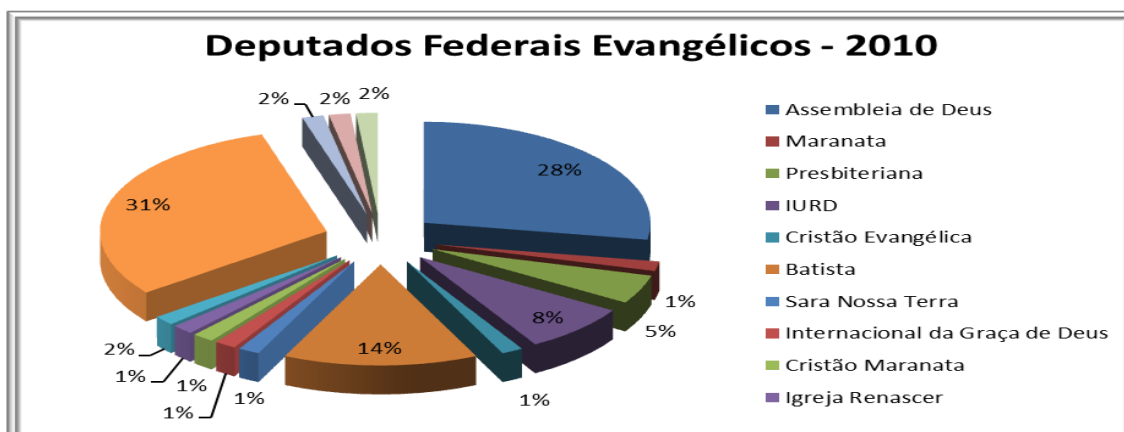


Os dados expressam a elevação do quantitativo de deputados federais que se declaram evangélicos e pautam suas atividades na política com base na

⁸ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/476128-BANCADA-EVANGELICA-TERA-74-DEPUTADOS-EM-2015.html>

crença religiosa. Conforme os dados expressos, percebe-se um crescimento evidente entre os líderes da Igreja Assembleia de Deus, que saltaram de 18 deputados em 2010 para 26 em 2014. Os representantes da Igreja Batista permaneceram em 9; já a IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) elevaram-se de 5 para 11 representantes na Câmara. Os dados somam um crescimento elevado para o período de 4 anos. Conforme as informações do DIAP (2015), foi possível ponderar ainda as denominações evangélicas que apresentaram maior representatividade na Câmara em 2010, conforme os dados abaixo.

Gráfico 08



Ainda conforme o levantamento realizado no DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), dentre os Deputados Federais evangélicos, 28% eram da Assembleia de Deus; 14% eram da Igreja Batista. Identificamos ainda a representatividade de lideranças de outras igrejas tais como: Internacional da Graça de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Cristã Evangélica e Igreja Renascer, entre outras. Outro dado interessante trata-se de que não há registro das igrejas de 31% dos representantes religiosos eleitos em 2010.

Já em 2014, o panorama mostra-se de maneira diferenciada, conforme se verifica seguidamente.

O discurso revela o preconceito evidenciado na interpretação das formas religiosas e a possibilidade de inclusão em religiões de matriz africana. Há homossexuais em diferentes religiões, entretanto, de acordo com Santos (2008), a crença de que as religiões afro-brasileiras são inclusivas se deve ao preconceito expresso nas demais. Apesar da referida denominação religiosa não figurar entre as que mais discriminam, segundo o autor, é um equívoco ponderar que as religiões de matriz africana sejam redutos de minorias sociais. Como exemplo ele cita o candomblé, que apesar de ter mais abertura, apreende preceitos da moral cristã e da concepção hierárquica entre homem e mulher, com o norte efetivado pela construção binária do masculino e feminino (SANTOS, 2008).

Enfatiza-se ainda que o pertencimento ao orixá no candomblé não significa a aliança com a sexualidade do fiel. Sobre isso, Santos (2008) aponta que no momento do ritual religioso em que ocorre o transe, o que prevalece é a identidade sagrada do orixá e não a concepção biológica do fiel, visto que nesse momento é a entidade espiritual que perfaz o uso do corpo. Apesar disso, religiões como o candomblé permitem a construção de estilos que podem ou não destacar-se pelo gênero.

Ainda na ênfase acerca dos discursos religiosos, entre os sujeitos homossexuais femininos, destacamos as seguintes reflexões:

Não tem como a gente acreditar quando se prega o ódio, o julgamento da outra pessoa sobre a orientação sexual. Fazendo uma reflexão de quando Jesus veio para a terra, ele não morreu por nós na cruz, ele foi assassinado porque ele acreditava no amor, ele acreditava na liberdade, ele tinha a fé que era libertadora. E os grandes pensadores da época não aceitavam isso. Até hoje ainda vive isso, pois as pessoas que lutam e se destacam em busca da valorização do outro, elas incomodam muitas pessoas. Essa religião evangélica que hoje a gente vê por aí é uma religião segregadora, opressora, uma religião que prega em nome de Deus, em nome do Senhor Jesus, mas as ações das pessoas são outras, a gente vê que são pessoas de coração duro, sem esse olhar da valorização do ser humano... Esse olhar fraterno, de amor, de respeito... de procurar pelo menos entender quem é o outro, como o outro é (Hortência, 39 anos).

Acaba interferindo, pelas pessoas da igreja achar que o certo é o que está escrito na Bíblia, de que família é constituída por pai, mãe, filhos e netos. Então vai muito por isso, e por muitos serem católicos ou evangélicos... e o católico também tem muito disso, de dizer que isso é errado e tem várias outras coisas erradas (Íris, 28 anos).

Os discursos trazem as expressões do preconceito ou discriminação sofrido no âmbito das religiões. Os sujeitos ressaltam a segregação e a não valorização do ser humano por estar fora do universo heterossexual. Na observação de discursos, aponta-se:

Bem, eles sempre falam, mas é um preconceito de algumas pessoas... Mas mesmo a pastora, ela sempre fala que Deus, ele gosta é de pessoas difíceis né... ele gosta de lutar assim por essas pessoas mais difíceis. É mais fácil do que um próprio mesmo normal, né... é aceitar Jesus e Deus e vai trabalhando conforme a pessoa sentir melhor (Orquídea, 31 anos)

O relato de Orquídea remonta para a concepção da crença no pecado e na transgressão. O homossexual é retratado como “pessoa difícil”. Coloca tal sujeito como possibilidade de demanda para a referida religião, apontando-o no campo da anormalidade quando retrata “é mais fácil do que um próprio normal.” Pode-se salientar que tal sujeito ainda não está pronto para enxergar-se como protagonista de sua própria realidade, mas como alguém difícil, que precisa mudar ou se trabalhar.

A reflexão mostra que não há um consenso entre os sujeitos pesquisados acerca da compreensão sobre os discursos religiosos. Enquanto alguns refletem que os discursos são equivocados e por vezes atrapalham na aprovação de legislações e programas voltados à população homossexual, há também a crença de que as religiões podem estar no caminho correto. Neste ínterim, o homossexual enxerga-se como pecador, transgressor e devasso, resgatando as análises Foucaultianas e rememorando as palavras abordadas nas religiões inclusivas, onde a cultura e a história da demonização das sexualidades dissidentes perdura sobre o significado de sua condição humana.

Mesmo após certa anomia ter tomado conta da esfera política, isso não olvidou o posicionamento do judiciário que, em 2011, através da corte do Superior Tribunal Federal (STF), julgou a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 132) e a Ação Direta de Inconstitucionalidade em que reconhecimento das uniões homossexuais, estava a partir de então equiparadas no direito, como as uniões heterossexuais, o que se tornou um marco na história dos direitos na realidade brasileira.

O marco discursivo ficou por conta do relator, Ministro Ayres Britto, que discorreu as seguintes palavras:

(...) Em suma, estamos a lidar com um tipo de dissenso judicial que reflete o fato histórico de que nada incomoda mais as pessoas do que a preferência sexual alheia, quando tal preferência já não corresponde ao padrão social da heterossexualidade. É a velha postura de reação conservadora aos que, nos insondáveis domínios do afeto, soltam por inteiro as amarras desse navio chamado coração (BRITTO, 2011 p.04).

O relato do ministro do STF enfatiza o incômodo gerado pela incompreensão acerca das sexualidades dissidentes, assim como o conservadorismo reinante nas esferas sociais que se encerram na visão tradicionalista e olvidam qualquer contexto que ultrapasse os muros da heterossexualidade. Para ressaltar a natureza da união, Britto (2011) assegura:

União, aclare-se, com perdurabilidade o bastante para a constituição de um novo núcleo doméstico, tão socialmente ostensivo na sua existência quanto vocacionado para a expansão de suas fronteiras temporais. Logo, vínculo de caráter privado, mas sem o viés do propósito empresarial, econômico, ou, por qualquer forma, patrimonial, pois não se trata de uma mera sociedade de fato ou interesseira parceria mercantil. Trata-se, isto sim, de uma união essencialmente afetiva ou amorosa a implicar um voluntário navegar emparceirado por um rio sem margens fixas e sem outra embocadura que não seja a confiante entrega de um coração aberto a outro. (BRITTO, 2011, p. 08-09).

A análise do ministro do STF rompe os estigmas do preconceito e aborda a união homossexual em paralelo com a heterossexual, como apenas mais um traço da condição humana. Caracteriza o que envolve as relações entre pessoas do mesmo sexo, assim como as configurações que permeiam as construções cotidianas pautadas no afeto, entrega e parceria.

Esgarça-se aí o véu da discriminação que ainda se encontra presente na trilha das diferenças, onde cada indivíduo tem direito a exercer uma identidade, a qual na visão pós-moderna, pode ser construída e desconstruída continuamente em meio às reflexões sociais e culturais.

Para corroborar com a decisão do Superior Tribunal Federal, em 2013 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprova a Resolução No. 175 de 14 de março de 2013⁹, que caracteriza a habilitação, celebração do casamento civil,

⁹ A resolução na íntegra pode ser consultada em: <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/24675-resolucao-n-175-de-14-de-maio-de-2013>

assim como a conversão da união estável entre pessoas do mesmo sexo em casamento.

Percebe-se que o judiciário avança e o CNJ que funciona como instância deliberativa e fiscalizadora também, mas a representação do Estado na esfera da política legislativa continua mergulhada no rio das incertezas e do preconceito no que tange ao reconhecimento das diferenças, principalmente no que tange às demandas relacionadas à livre orientação e expressão sexual.

A política aplicada na contemporaneidade ainda continua idealizada e concretizada em “nome de Deus” e não pelas mãos da Carta Magna de 1988. Os posicionamentos imperam pela configuração do determinismo religioso e não pelas mãos das demandas de uma sociedade emergente, com seus traços heterogêneos que asseveram as variadas lutas sociais advindas da diversidade sociopolítica, econômica e cultural da população.

Na realidade de Manaus, a Câmara Municipal também obedece ao perfil do crescimento do quantitativo de políticos que se fazem presentes em nome de religiões. São 15 em um universo de 41 vereadores que identificam-se pela religião professada.

Em pesquisa documental realizada, analisaram-se as pautas e propostas de Projetos de Lei (PL) propostos durante o ano de 2014 na Câmara Municipal de Manaus e observou-se propostas com fundos religiosos, tais como os seguintes PL's:

- Semana Municipal de Evangelização;
- Mês em comemoração a Festa das Luzes (*Chanuká*);
- *Dia do Batismo dos Membros da Igreja Assembleia de Deus no Amazonas;*
- *Inclusão do Palco Gospel na Virada Cultural de Manaus;*
- *Movimento Cristão e Missionário do Brasil;*
- Dispensa de funcionários públicos municipais que professam a religião nos dias de *Yomkippur (penitência), Pessach (Redenção) e Roshhashaná (Ano Novo);*
- *Leitura bíblica nas escolas públicas e privadas do município de Manaus;*
- *Edificação de monumento à bíblia sagrada*
- *Conselho Municipal de Pastores Evangélicos*

Os dados mostram que os vereadores apresentam projetos que reforçam a religiosidade, o que confirma a análise de Bourdieu (2009) acerca da ponderação de que as igrejas contribuem para a manutenção da ordem política, afinal, as lideranças religiosas, sejam elas católicas, evangélicas, judias entre outras, são sujeitos históricos que fazem parte da realidade.

Nesse íterim, o questionamento se faz na ênfase da caracterização do Estado Laico, visto que a laicidade assevera o não lugar das religiões frente às propostas referentes aos projetos de leis, visto que demandaria o atendimento das várias denominações religiosas existentes, sem sobrepor nenhuma.

Outro retrato que se percebe é que: com o avanço de projetos de cunho religioso, reforça-se o contexto conservador e tradicionalista não apenas das propostas, mas também das possibilidades de análise acerca de projetos que contemplem as políticas de inclusão.

Sobre isso, a análise documental na Câmara Municipal de Manaus elencou as seguintes propostas para PL's:

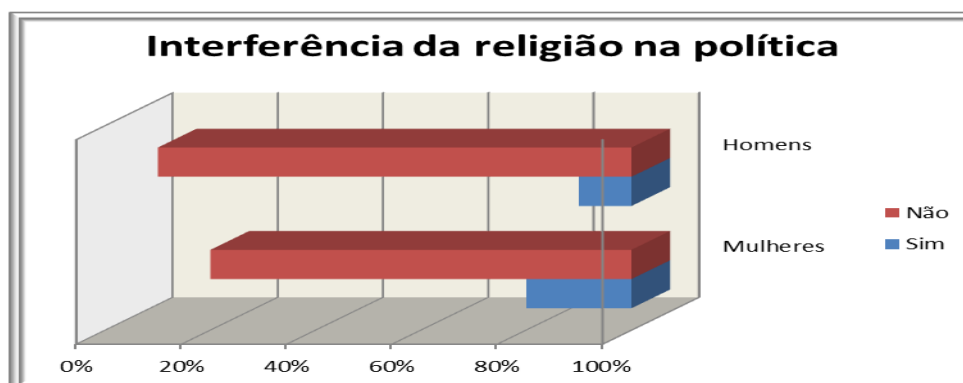
*Dia Municipal da Consciência Humana.

*Obrigatoriedade das casas de show e similares veicularem alertas sobre consumo de bebidas alcóolicas e drogas ilícitas, cigarros e tolerância com as diferentes orientações sexuais.

Ao ponderar o quantitativo de projetos de cunho religioso e os que trazem a ênfase nos Direitos Humanos, percebe-se um processo em que olvida-se o sujeito social em benefício das religiões, seus ritos e crenças, as quais estabelecem mecanismos de consenso acerca das demandas de uma ordem social construída e fundamentada nas práticas doutrinárias e voltadas às várias expressões devocionais.

O retrato da análise teórica foi confirmado na pesquisa de campo. Os dados apontaram que os perfis religiosos dos políticos interferem na condução de projetos com temáticas voltadas às expressões da sexualidade não heterossexual, conforme os dados do gráfico abaixo.

Gráfico 10



Cerca de 80% dos sujeitos homossexuais masculinos apontaram que os discursos e posturas religiosas interferem diretamente na condução das estratégias políticas, seja do país, do estado ou dos municípios. Entre as mulheres o percentual foi de 80%, o que denota a identificação de um perfil que há poucas décadas tem se firmado no país: a política idealizada por religiosos. Os dados qualitativos também corroboraram nesse sentido, conforme as expressões seguintes:

Com certeza interfere. Eles são numerosos e tem espaço dentro da bancada... Enfim, eles têm vez, voto e acabam interferindo sim. Por causa de votos, as leis não são aprovadas (Angélica, 21 anos)

Com certeza interfere, olha a quantidade de confusão. Vamos citar um exemplo pequeno, o Bolsonaro... Olha tudo o que ele fala... Olha a quantidade de defensores da comunidade que tem... o mais popular é o Jean Wyllys, mas eles não aceitam. Primeiro porque desde sempre a igreja tem um poder muito grande sobre o social. Imagina um deputado que saiu de uma cidade pequena desse país... Ele vai contra um bispo ou arcebispo? Não vai querer ir contra um padre ou pastor, seja lá o que for. São essas pessoas que lideram comunidades inteiras e influenciam mesmo. Ele não vai querer perder o voto por causa de meros gays por aí. Se não tivesse todo esse discurso religioso, muitas leis teriam sido aprovadas. A homofobia já seria crime, a gente não ia ficar apanhando de fluorescente aí de graça (Tulipa, 19 anos).

Os relatos apontam para o crescimento das bancadas religiosas e suas lideranças e como os homossexuais visualizam o preconceito inserido nas esferas da sociedade, assim como a intolerância em cenas do cotidiano das cidades. Ainda sobre a problemática das religiões e suas interferências na política, ressaltou-se que:

Interfere completamente. Nos últimos anos nós tentamos coibir a violência e fomos barrados no Palácio do Planalto por pseudo religiosos que se apropriam em nome de Deus e acabam induzindo as pessoas, mas que na verdade eles não tem compromisso nenhum, nem com Deus e nem com as pessoas. É apenas *status* financeiro, no qual o poder legislativo brasileiro garante para essas pessoas. Teremos um ano de 2015 difícil, de uma economia fraca, mas nós aumentamos os salários dos deputados estaduais, dos juízes, dos congressistas e dos legisladores federais. Estamos falando de economia e essa economia é para quem? Para a maioria da população pobre, preta, LGBT? Ou para economizar para dar para os ricos? Porque eu acho que tem esse objetivo. Eles estão se preparando e não é uma coisa de agora. Nos últimos 20 anos eles viram que a oportunidade através da religião é mais fácil, porque você se concentra em uma população todos os finais

de semana na igreja, e tem um cara que está falando pra ti que ele é o salvador, que ele vai te trazer benefícios... E as pessoas parecem que estão tão fracas de espírito e fé e acabam seguindo aquilo ali. A gente vinha fazendo uma observação na nossa cidade de Manaus, em cada esquina tem duas coisas que crescem, são dois segmentos: uma igreja e uma farmácia. As pessoas estão adoecendo fisicamente e espiritualmente. A cada legislação que passa, que é de dois em dois anos, a gente vê pessoas se levantando em nome do que “eu posso te representar”. Mas de fato, o como queremos que ela nos represente? Por que a gente não consegue discutir? (Hortência, 39 anos).

A reflexão da entrevistada reflete a insatisfação com a situação política e econômica do país. Pondera ainda o fenômeno das desigualdades sociais que se espalha no limiar do preconceito e da possível indiferença para os homossexuais. Hortência expõe a ideia de um adoecimento da população, o que aponta como subsídio para compreender a busca pelas religiões, assim como coloca em xeque o significado da representação dos legisladores na política brasileira.

Outro participante da pesquisa refletiu que:

Se esses grupos religiosos interferem diretamente na política de um país, dito democrático, nós podemos pender para uma teocracia. Então as leis, os destinos da sociedade serão regidos por uma única perspectiva da realidade, então deixa de ser democracia, e a democracia moderna tem que contemplar a todos, porque todos fazem parte dela e constroem um Estado. Se o grupo religioso começa a interferir, e vimos isso muito claro nas eleições presidenciais, isso é uma ameaça a democracia porque nós estamos à mercê de grupos religiosos ou de políticos que se elegem usando o nome de Deus. E se a gente se elege para um cargo público, nós representamos os membros da nossa religião e quem não é, então nós temos que fazer políticas para todos, se não se torna um cartel, uma máfia... Eu vejo isso como algo muito grave. Essa ideia do Estado laico é ameaçada com as bancadas de determinadas religiões. A minha dúvida é que se uma religião afro-brasileira fizesse uma bancada, ela seria tão respeitada e tão temida como essas bancadas dos outros religiosos? (Azulão, 38 anos).

Os apontamentos tecidos aportam-se na configuração de como o Estado Democrático de Direito protagoniza responsabilidades acerca da laicidade do Estado e como essa mistura com as religiosidades oferecem perigo à manutenção da democracia propriamente dita. O sujeito indaga ainda acerca do poder das bancadas religiosas e de como a construção do fazer da política poderiam ser diferenciados se houvesse um predomínio de representantes de religiões de matrizes africanas, já que essas ainda são estigmatizadas ou por

vezes até demonizadas e considerada como dissidente frente ao contexto cultural dominante.

Outro enfoque no âmbito político foi a propositura do PL (Projeto de Lei) 5.816/2005 na Câmara dos Deputados, o qual objetivava assegurar apoio psicológico às pessoas que quisessem deixar voluntariamente a homossexualidade. O projeto passou pela Comissão de Seguridade Social e família, mas foi arquivado.

No documento¹⁰, deputada Jandira Feghali apresenta argumentos para a rejeição do projeto. “Querer incorporar à competência profissional do psicólogo o atendimento a pessoas que querem reverter sua homossexualidade é retrocesso, pois significa a repatologização dessa condição”(2008 p.02).

O PL infringia os Direitos Humanos, ao passo que a homossexualidade não é considerada doença ou desvio mental, assegura a falta de suporte teórico para a comprovação de enfermidade no referido projeto de lei. A relatora aponta ainda que o PL promove a discriminação e preconceitos e não apresenta nenhuma base legal no Conselho Federal de Psicologia, que ao contrário, tem resoluções que proíbem a busca de “cura” para a homossexualidade.

É relevante salientar que na pesquisa de campo não houve um posicionamento uniforme em relação às questões políticas e o preconceito em relação à homossexualidade. O oposto também foi citado, conforme as reflexões do sujeito a seguir.

Depende do político, tem político que se auto promove em cima do homossexualismo, porque sabe que hoje a maioria da população opta por isso, quase toda sociedade opta pela homossexualidade, até mesmo por curiosidade, pratica o homossexualismo, tem as que gostam e já ficam, ou ficam fazendo as duas coisas. Então pode ver que um político que é contra o homossexualismo hoje perde muitos eleitores, até na nossa família, no nível de Brasil, toda família tem um homossexual (Acácia, 53 anos).

O sujeito da pesquisa expõe uma confusão entre os conceitos de homossexualismo e homossexualidade, o que caracteriza a sua patologização,

¹⁰ Análise do Projeto de Lei 5.816/2005, de autoria do Deputado Elimar Máximo Damasceno, obtendo parecer da relatora Jandira Feghali pela Comissão de Seguridade Social e Família. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=298242>. Acesso em: 21/10/2014.

já que não estabelece diferenciações. Aponta a referida condição como opção ou curiosidade, sem definir os limites entre o que coloca “*tem as que gostam e já ficam, ou ficam fazendo as duas coisas*”. Não há uma definição sobre o significado de orientação sexual, sexualidade e condição humana.

A expressão do sujeito (Acácia) mostra ainda outro lado do discurso em relação às religiões. Reflete que também há políticos que trazem a homossexualidade como bandeira de campanha para a autopromoção, já os que são contra as orientações sexuais dissidentes, segundo o relato, perdem votos pela postura conservadora e tradicional exposta. Assim, os relatos sobre os posicionamentos religiosos na política estabelecem uma tensão que vai desde a defesa do que se considera como valores até a liberdade individual pelo prisma da cidadania, os quais são perpassados de maneira transgeracional.

Bourdieu (2009) retrata que: “a tradição das gerações mortas pesam excessivamente sobre o cérebro dos vivos.” (p. 77). Tal afirmação conduz a compreensão de como o tradicionalismo social e cultural se espalha nos véus das religiões, por exemplo, fornecendo características da construção de um Estado Religioso ou de Religiões do Estado. Assim, o tradicionalismo impera na política, o que impede da visibilidade acerca da discussão de propostas que retratem as diferenças.

Bourdieu (2009) afirma ainda que na religião, há uma tendência a reproduzir a estrutura das relações de força. O poder acerca do sagrado dita normas, regras e modos de vida, em um cenário em que as igrejas influenciam diretamente na manutenção da ordem política. Nesse processo, as religiões estabelecem consensos acerca da ordem social, formas de poder e subversão das identidades.

O fundamentalismo religioso no legislativo assume cada vez mais o discurso em nome das diversas interpretações religiosas, que se espalham e estreitam relações, discriminam indivíduos, relegam os direitos humanos e alavancam entraves no reconhecimento das sexualidades. Ainda se fomentam desafios que ainda não saíram da interpretação patológica das sexualidades dissidentes, ao contrário, consideram o indivíduo como *outsider*, palavra esta

que assegura o ostracismo dos direitos entre outros fatores, conforme verificar-se-á *a posteriori*.

2.3 A TRAVESSIA DE *OUTSIDER* A PROTAGONISTA SOCIAL

Para que o fenômeno da visibilidade seja contemplado, demanda-se a emergência de um grupo social, sua historicidade e seus traços culturais. A sociedade ocidental alavanca demandas, mas fenece ao evidenciar o resgate e revitalização de velhas práticas; antigos conceitos e clássicos discursos, sem a fundamentação científica necessária que atenda as molas propulsoras do século XXI.

Na era pós-moderna, as artes se mostram de formas diversas, a música se reconta nos braços da indústria cultural, e nesse eixo, as obras que saem do padrão ganham “nova” titularidade. Surge o diferente, o estranho, ou por que não dizer, o *outsider*.

Quem não está adaptado às “normas” sociais é considerado um fora da lei, ausente das regras, infrator ou anormal. Ao aliar a demanda relacionada às sexualidades dissidentes, ainda se vê o seu legado na construção da homossexualidade como doença, desvio, pecado e perversão. Essa visão foi detectada na pesquisa, conforme os relatos abaixo.

Aos 13 anos quando eu me ‘decidi’, todo mundo dizia que eu era, mas não foi por isso. Foi por um sentimento que senti por outra pessoa, eu achava que já tinha coragem suficiente de enfrentar tudo aquilo. Comecei então a dizer o que eu era, até porque desde os sete ou oito anos eu já tinha uma identidade, mesmo uma identidade de luta, de correr atrás e ver aquilo que queria mesmo. Fui criada pela minha avó, fui abusada sexualmente pelo meu padrasto aos sete anos, que até hoje não foi preso, que até hoje ainda mora com a minha mãe. Nós convivemos juntos na mesma casa, a minha mãe dizia: Joga no orfanato porque não é minha filha. E ficou com o marido porque tem um filho de deficiência mental (que é meu irmão). É meu irmão porque não tem culpa por ter meu sangue também, mas considero, mas passamos dois anos sem se falar.(...) Naquele tempo eu poderia ter ido pra droga, me prostituído, ter tido mil filhos... Mas eu já tinha uma segurança daquilo que eu queria. Aí vinham os palavrões do tipo, sua machuda, você é isso, você é aquilo, você não é da família... E minha mãe dizia assim: Minha filha, aqui dentro tem preconceito, lá fora tem muito mais. Tu é minha filha, apesar de tudo o que acontece, tem o sangue do mesmo sangue e se eu te expulsar vai ser uma vergonha... Até hoje eu lembro disso, quer dizer, um abuso sexual pra ela não era uma vergonha, mas isso, eu demonstrar pra todo mundo a minha opção sexual, minha orientação sexual, era uma vergonha... Porque ela tinha que mostrar pra todo

mundo que a família estava bem. Eu sempre digo que o aborto não vem só quando uma pessoa vai e tira o feto, mas a partir do momento que ela coloca uma criança no mundo e não cuida. Isso é um aborto pra mim. Eu falei pra minha mãe que eu fui abortada, eu sei qual é esse sentimento. Me colocaram na Teologia da Libertação pra ver se eu me libertava e tudo mais. Aí eu me libertei, mas me libertei pra luta... A partir do momento que tive uma certa idade, eu disse: pra que esconder. Eu como, eu trabalho, eu luto, eu sofro como qualquer outra pessoa... Eu sou uma jovem como qualquer outra pessoa, mas homoafetividade... Uma relação conjugal com uma mulher não é doença. A doença é o preconceito que as pessoas sentem. Eu sou desse jeito, não é que um dia eu não possa mudar, mas eu sou desse jeito. Não nego minha raiz, não nego o que eu passei, o que eu sofri, não nego o que eu vivo. Quem quiser ser meu amigo tudo bem, quem não quiser... Paciência. Agora viver correndo atrás de aceitações, eu não corro mais. Preconceito a gente sofre (Íris, 28 anos).

De acordo com o relato de Íris, mulher homossexual, o retrato do preconceito e da violência se faz presente no cotidiano dos sujeitos. A sociedade e a Igreja também exercem papéis determinantes no processo de inclusão/exclusão dos indivíduos. A fragilidade das famílias também aparece pela falta de preparo em lidar com as situações relacionadas à sexualidade como condição humana, de acordo com a análise abaixo:

Quando minha mãe soube, eu me ajoelhei nos pés dela e disse: _ Mãe, por favor, não faz isso comigo, eu sou sua filha. Ela disse: - Não, você não é minha filha. Ela me chutou, me bateu e me mandou para fora de casa... Ouvei que eu era uma vergonha, ouvi isso da minha mãe, das minhas irmãs e da minha tia. A maioria atravessava a rua como se eu fosse uma escória ou tivesse alguma doença (Hortência, 39 anos).

Ao apresentar um pouco de sua história, Hortência emocionou-se ao relembrar o preconceito sofrido na família, na rua e até mesmo em locais de trabalho. O preconceito que nem sempre é velado, confirma a tese de que as sexualidades dissidentes são vistas como outsiders.

Entre os homossexuais masculinos também detectou-se ocorrência de preconceito, de acordo com o relato de Ypê.

Sim... eu sofria mais na escola, na universidade não sofri tanto, no meu trabalho também, assim, não tive muita dificuldade não. Meu maior preconceito foi na escola, depois de grande já não vejo mais tão frontal, existir existe, mas é um preconceito mais velado, por traz, às vezes até como forma de boicote, mas não é frontal como era na escola (Ypê, 26 anos).

Na pesquisa de campo, os homossexuais masculinos foram mais pontuais quando o assunto era preconceito. Não foram relatadas incidências que mostrassem marcas profundas de natureza emocional, apesar das afirmações sobre sua existência.

O século XXI da era cristã de herança ocidental, reflete constantes lutas pelos direitos dos homossexuais, entretanto, o sujeito ainda é visto como alguém “fora dos padrões” e recebe a denominação de estranho ou portador de uma patologia.

Becker (2008) reflete através da Sociologia do Desvio, que a sociedade alimenta padrões já normatizados e disciplinados, padrões considerados corretos e outros como proibidos. A fuga das regras coloca o indivíduo em situação especial, com uma espécie de visibilidade discriminatória.

Os estudos relacionados ao desvio mostram que não há um pilar único de entendimento relacionado ao que significa *Outsider*, haja vista que para quem segue as normas sociais, o desviante encontra-se fora. Para quem se encontra às margem, a não aceitação de sua identidade e comportamento pela coletividade, implica que os demais podem ser *outsiders*. Sobre isso, Becker aponta que:

(...) o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal (BECKER, 2008, p. 22).

A compreensão de Becker leva a considerar que a homossexualidade é considerada desvio porque excede à regra da heteronormatividade, sendo esta visualizada como única norma social aceita. As variadas expressões da sexualidade consideradas como dissidentes praticamente “inexistem” em um contexto onde apenas uma orientação sexual foi exposta como regra, o que leva a sociedade a adestrar gerações e desenhar comportamentos que sejam alusivos à reprodução social, na qual permeia o heterocentrismo como meio e fim nas únicas relações afetivas e sexuais reconhecidas social e historicamente.

A religião também corrobora do discurso que relaciona disciplina e norma, pois firma raízes no cerne da sociedade do vigiar e punir, conforme sinaliza a reflexão Foucaultiana.

A concepção de desvio alicerça-se em “como” as pessoas reagem a determinado comportamento, escolha ou posicionamento. A homossexualidade, por exemplo, que é passível de punição com pena de morte em alguns países do Oriente Médio conforme as reflexões de Mello (2005), no Brasil ela é visualizada apenas como tolerável, considerando algumas lutas positivamente sinalizadas, o que não exclui os quadros de homofobia velada, alicerçada nos valores religiosos, principalmente os de cunho fundamentalista, erguidos na cultura tradicional de raízes patrimonialistas e de traços patriarcais.

A homofobia velada aparece na escola, no âmbito das universidades, mercado de trabalho e instituições que deveriam se caracterizar por serem as portas da inclusão pelo viés das políticas públicas, tais como: saúde, educação e assistência social.

Heleieth Saffioti, na obra “O Poder do Macho” enfatiza que o poder é macho, masculino e branco. Acrescentamos que tal poder de preferência precisa ser heterossexual, visto as normatizações explícitas do permitido e do proibido.

Ser homossexual não inviabiliza a capacidade do sujeito para desenvolver as atividades que demandam um escritório, por exemplo, entretanto, a descoberta da referida orientação sexual pode tornar impossível a possibilidade de o indivíduo trabalhar no referido local. (BECKER, 2008).

Este é o retrato do preconceito que impera no cotidiano e perfaz o homossexual como *outsider*. Uma das consequências da segregação leva ao chamado ‘desvio secreto’, em que Becker (2008) mostra que o homossexual pode ser capaz de ocultar seu “desvio” dos demais sujeitos “não desviantes”. Esse tipo de comportamento também foi sinalizado na pesquisa de campo.

Eu namorava com uma menina que não pensava como eu. Ela não se assumia pra ela mesmo. Ela dizia que queria ficar comigo, mas aí bancava a hetero pra todo mundo. Pra piorar, ela começou a ficar com um menino. Aí eu disse: Olha, é o seguinte, tu vais ter que resolver, porque eu não vou ficar nessa papagaiada e eu comecei a me estressar com ela. Eu discutia, brigava, gritava e ela fazia o mesmo. Dizia que não podia contar para a família dela, aí eu fui embora, só, não fiz nada, não disse nada. Fui na casa dela à tarde. Aí voltando, eu tirei o chip do meu celular, joguei fora e aí vi ela um ano depois somente (Tulipa, 19 anos).

Essa é apenas uma alternativa para fomentar a inclusão social e vencer as cidadelas permeadas de preconceito, mas o resguardo da identidade assevera uma cobrança social que tradicionalmente é reforçada aos sujeitos. Um exemplo disso é o sucesso na carreira profissional, que a partir de determinada idade, precisa estar envolto por uma conjuntura de casamento, ao contrário, o indivíduo pode ver suas lutas entrarem em processo de frustração devido à postura que a configuração e a normatização alicerçam como cânone social com bases na heterossexualidade. Como exemplo, pode-se refletir:

As pessoas ainda costumam ter isso enraizado na família desde pequeno, de que o homem tem que ser o macho da casa e a mulher a da cozinha, né? Então nem existe a relação homoafetiva entre um casal do mesmo sexo. Na minha família eu sofri pra caramba, até hoje minha mãe cobra netos. Porque pra ela árvore que não dá frutos tem que ser cortada pela raiz (Íris, 28 anos).

Íris, sujeito da pesquisa, ressalta o poder heteronormativo que a sociedade apresenta em seus traços culturais, históricos e sociais. Trata-se de uma determinação de papéis masculinos e femininos, limites e fronteiras para os significados de ser homem ou mulher, o que não condiz com a realidade vivenciada pelos indivíduos frente a dinâmica da cotidianidade.

Para estabelecer um contraponto, a reflexão de Bauman (2005) retrata outro posicionamento. As identidades são transitórias, mutáveis, líquidas, e assim, qualquer tentativa de solidificação é inviável, visto que o indivíduo inventa e reinventa a sua própria história, constrói e desconstrói seus conceitos, preconceitos e reflexões.

A postura de “solidificação” das identidades pode canalizar para a armadilha da autodefinição, do engessamento das relações, das conjunturas sociais e afetivas.

Ora, em tese, se a identidade é líquida, não haveria uma condição definida como heterossexual ou não heterossexual, por exemplo, o que ocorre é o desbravar dos mares longínquos das expressões da sexualidade e o indivíduo se relaciona não com um determinado sexo, mas com pessoas, seres humanos dotados de peculiaridades, sentimentos e cumplicidades. Alguns relatos da pesquisa corroboram para essa afirmação.

Como eu me vejo é complicado. É mais fácil quando as pessoas te dizem que tu é isso ou é aquilo. Só que foi um problema quando eu tive que contar para a minha mãe, porque eu namorei uns carinhas e iniciei minha vida sexual com eles. Aí depois eu comecei a ficar com meninas e eu fiquei meio em dúvida do que eu gostava e até agora eu não sei, então eu fico com quem dá vontade. Agora eu tenho um relacionamento estável, mas eu também já tive relacionamentos longos com carinhas. Então eu acho que estou perto da bissexualidade (Tulipa, 19 anos).

Os dados mostram aportes que enfatizam os estudos de Bauman, pois alguns sujeitos da pesquisa reforçaram a liquidez não apenas de identidades, mas de expressões humanas, que em tempos pós-modernos, não cerram sua construção com a solidez de uma rocha, mas como a liquidez da água e a fluidez das energias, que escapam às regras da física e do racionalismo radicalmente fechado.

Assim, questiona-se o real sentido da rotulação de um sujeito não heterossexual como *Outsider*, visto que na abertura para as identidades não há mais espaço para o estranho ou desviante, mas para a diversidade de configurações que envolvem tanto as personalidades como as relações humanas. Sobre isso, pondera-se que:

As identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. (BAUMAN, 2005, p.19).

A análise de Bauman reforça a liquidez da identidade, porém debate também o quanto a influência da coletividade e como esta pode interferir na construção identitária. Há escolhas pessoais, mas também imposições no que tange a comportamentos e expressões humanas, isto leva a questionamentos se a identidade é descoberta e redescoberta ou simplesmente inventada por uma sociedade que preconiza seus cânones e fundamentos do certo e errado, permitido ou proibido.

A invenção ou imposição da identidade, também pode ser assumida pelo indivíduo, pelo receio da exclusão ou de ser considerado como desviante, conforme foi apontado nos dados seguintes.

Sou meio indefinida, eu não estou totalmente aceita, por várias coisas, por família, por discriminação, tudo isso me leva a ficar em cima do muro (Acácia, 53 anos).

A contemporaneidade estabelece modelos que vão desde a conjuntura econômica, o consumismo que dita o que se deve ter, a social que dita normas de como se pode e deve agir frente à coletividade e até mesmo a maneira como a sexualidade deve ser encastelada em situações que expressam a homossexualidade. Tudo o que diverge da heterossexualidade é rejeitado e conduzido ao ostracismo absoluto. Se perdurar na tentativa de visibilidade, é recolhido como *outsider* no contexto do biopoder.

Apesar dos mecanismos de intolerância, o judiciário (como já foi debatido), abre as portas da diversidade sexual para a sociedade. Este passo inicial objetiva a transição da visão do *Outsider* para a construção de um protagonismo social que possa elencar direitos para o segmento dos homossexuais no país.

Entre as bases para o reconhecimento internacional deste protagonismo político visualiza-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que ressalta o direito à vida e corrobora com todas as formas de eliminação do preconceito.

Outro aporte relevante se faz pela apresentação dos Princípios de Yogyakarta¹¹, que se constrói como cânones da aplicação da legislação internacional de direitos humanos para orientação sexual e identidade de gênero. O nome do documento refere-se à cidade onde foi elaborado, localizada na Indonésia. O corpo do texto foi elaborado por especialistas que compilaram afirmações e direitos relevantes no que tange ao reconhecimento das diversas expressões da sexualidade e identidades de gênero humanas.

Entre os direitos contidos nos 29 Princípios de Yogyakarta, destaca-se:

- ✚Direito ao gozo universal dos direitos humanos;
- ✚Direito à igualdade e a não discriminação por orientação sexual;
- ✚Absoluto reconhecimento da identidade de gênero e orientação sexual;
- ✚Direito à vida: a pena de morte não poderá ser imposta por motivo de orientação sexual;

¹¹ Disponível em: <http://www.yogyakartaprinciples.org>

- ✚Direito à segurança: resguardo quanto aos danos corporais ou violência;
- ✚Direito ao trabalho com condições justas e favoráveis, independente de orientação sexual;
- ✚Direito à proteção do Estado e às medidas de proteção;
- ✚Direito a um padrão de vida adequado à condição humana;
- ✚Direito à proteção contra abusos médicos: ninguém poderá ser objeto de tratamentos, ou qualquer tipo de procedimentos médico ou psicológico;
- ✚Liberdade de opinião;
- ✚Direito a buscar asilo em outros países, em caso de perseguição por orientação sexual ou identidade de gênero;
- ✚Direito a constituir família sem ser discriminado;
- ✚Direito às medidas compensatórias justas em caso de violação dos Direitos Humanos; e
- ✚Em caso de violação dos direitos, direito à apuração dos responsáveis, direta e indiretamente pelas ocorrências.

Os direitos destacados nos Princípios de Yogyakarta enfatizam como deve se caracterizar a transição de quem era visto como *Outsider e segue* no rumo do protagonismo social. Apesar disso, pondera-se a existência de lacunas de grande proporção na efetividade dos direitos, realidade que impera inclusive no Brasil.

A discriminação e o preconceito alavancam discussões e acirram mecanismos de intolerância e não reconhecimento dos homossexuais como sujeitos de direitos, partícipes de um Estado “laico”. A atenção para a concepção de laicidade se faz pelo fato de que apesar da afirmação da existência de um Estado laico, as denominações religiosas impedem a concretização mais efetiva desse processo. Tais elementos têm raízes históricas, desde quando o Catolicismo foi considerado como a religião oficial do Estado, até os presentes tempos, em que o fundamentalismo impera na construção das políticas do país, olvidando-se a tolerância humana.

Ao caracterizar a categoria tolerância, Bobbio (2004) apresenta reflexões de relevância para a compreensão dos seus significados.

Tolerância em sentido positivo se opõe à intolerância (religiosa, política, racial), ou seja, à indevida exclusão do diferente. Tolerância em sentido negativo se opõe à firmeza nos princípios, ou seja, a justa ou devida exclusão de tudo o que pode causar dano ao indivíduo e à sociedade. Se as sociedades despóticas de todos os tempos e de nosso tempo sofrem de falta de tolerância sem sentido positivo, as nossas sociedades democráticas e permissivas sofrem de excesso de tolerância em sentido negativo, de tolerância no sentido de deixar as coisas como estão, de não interferir, de não se escandalizar nem se indignar com mais nada (BOBBIO, 2004, p.194-195).

O retrato da tolerância negativa adentra na realidade não apenas brasileira, como também amazônica, onde não há interferências na concretização da discriminação das sexualidades dissidentes. Os indivíduos não se escandalizam quando aquele que deveria ser protagonista social é relegado a *outsider*; não se aborda o assunto quando o sujeito vai para o mercado do sexo por ausência de oportunidades no mercado de trabalho, nem mesmo ao receber a notícia de mais um homicídio que pode ter ocorrido pelas garras do ódio ou aversão à diversidade sexual.

A vivência da era dos direitos escamoteia uma realidade: a intolerância enraizada na moral de uma sociedade que molda, determina limites e assume as perspectivas do biopoder juntamente ao Estado disciplinador por tradição.

Nessa perspectiva, as ponderações de Bauman (2005) corroboram a formação de identidades que acabam por adaptar-se, visto que já não se trata de mostrar o que o indivíduo é, mas a partir do que ele precisa desempenhar para tornar-se aceito socialmente.

Na emergência dos direitos, visualizou-se assim a possível passagem de *outsider* para protagonista social, mas urge, no entanto, a concretização da inclusão e da tolerância que se recusam a discriminar, afinal, não podemos navegar em água corrente com a âncora em velhas margens. O século XXI adentra em águas mais profundas na construção do protagonismo social, visto que o indivíduo, inserido na coletividade, poderá ter visibilidade em outros horizontes, tais como os conflitos nas fronteiras da conjugalidade e seus desdobramentos, conforme as análises que seguirão *a posteriori*.



CAPÍTULO III - O CONFLITO NAS FRONTEIRAS DA HOMOSSEXUALIDADE

Após alicerçar as reflexões acerca da construção social e histórica do corpo, trabalhar a visão das religiões e os entraves na luta pela visibilidade de uma das faces das sexualidades dissidentes, permeia-se um caminho diferenciado para objetivar desvendar o que mais há por trás do véu que cobre a homossexualidade. A construção do humano pelo viés ocidentalizado encobre mecanismos silentes no desenho das relações conjugais, com traços patriarcais e patrimonialistas, que escondem estratégias de poder, submissão e conflito.

Trata-se de verdadeiros castelos, que no limiar do século XXI desmoronam frente às fronteiras das sexualidades. Os sujeitos vistos como dissidentes, marginais e anormais do passado abrem as portas para a afirmação dos direitos, mas se cerram também no mutismo das relações

conflituosas, que semelhantes ao universo heterossexual, também apresentam desafios na convivência e no simbolismo de dominação.

Nesse bojo, o capítulo se propõe a mensurar sobre a existência do conflito nas relações homossexuais. Pondera os retratos do poder e da submissão como alavancas do ostracismo do ser como sujeito de direitos. Reflete as faces da conflitualidade nas relações pelo advento da fluidez e da negação de significados na construção das conjugalidades.

Entre a dissidência e o direito permeia-se o conflito, alicerçado entre a construção e desconstrução das afetividades, os quais abrangem o universo das relações não apenas como mola propulsora do poder e da dominação, mas como objeto de uma sociação conforme os apontamentos Simmelianos, os quais serão aprofundados no decorrer das reflexões.

Através da fala dos sujeitos, abordar-se-á ainda recortes acerca do significado da violência simbólica no processo de fragilidade dos laços afetivos. Com aportes de Bourdieu e Bauman, verificar-se-á se a liquidez das relações perfazendo o caminho da curta e breve vivência conjugal (se é que pode chegar a chamar-se assim)... do amor fluido às relações fragmentadas e descontinuadas (a partir da possível negativa na crença da durabilidade das relações), o indivíduo se lança em uma teia abissal sem alicerces, não pensada e não consolidada no contexto humano, mas que reflete as luzes do conflito e do simbolismo da violência no interior dos relacionamentos, conforme será analisado a seguir.

3.1 O CONFLITO E O PODER ENTRE OS IGUAIS NÃO ACONTECE?

A noção do conflito nas relações humanas é histórica, a sua edificação atravessa sociedades independentes do tempo. Não nos deteremos nas reflexões sobre a categoria conflito a partir das ponderações de Marx, haja vista que para o referido teórico, o conflito está associado à luta de classes, estando, portanto, enraizado em um processo de anomalia histórica e social. Trata-se de uma visão que patologiza o conflito, considera-o como uma enfermidade social sempre de conotação negativa.

A proposta então é tecer considerações sobre o conflito, fora de qualquer organicismo ou estrutura social fechada. Teremos como base os

escritos de Simmel na configuração de uma sociológica baseada na conflitualidade.

Para Simmel (1983), o conflito não pode ser analisado a partir de perspectivas macro históricas ou sociais, visto que cada sociedade tem sua maneira peculiar e diferenciada de vivenciá-lo. Não há paradigmas concretos de que em determinado contexto a situação será verificada dentro deste ou daquele modelo. Também não se trabalha com a conotação essencialmente negativa sobre o conflito, já que frente às reflexões Simmelianas, ele tanto assume essa condição, como também as positivas.

Ao contrário de Marx que de certa forma patologiza o conflito, Simmel o considera como possibilidade de interação, ou processo de sociação.

Simmel (1983) ressalta que:

O conflito não é patológico e nem nocivo à vida social, pelo contrário, é condição para a sua própria manutenção, além de ser o processo social fundamental para a mudança de uma forma de organização para a outra. (p.23).

O conflito faz parte do processo de interação social, assim como também insere-se por meio de embates, lutas e acordos, os quais dão forma a uma espécie de realidade social, exterioriza vários problemas e tensões que demandam condução emergente através da multiplicidade de sujeitos envolvidos. Explora os elementos positivos e negativos, necessários para a compreensão do quadro apresentado. Reforça que os comportamentos antagônicos tais como amor e ódio, envolvência e antipatia, atração e repulsa fazem parte da vida social e o conflito se apresenta como estratégia de enfrentamento aos dualismos.

Assim como o universo precisa de “amor e ódio”, isto é, de forças de atração e de forças de repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também a sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis. (SIMMEL apud MORAES FILHO, 1983 p.124).

As sociedades são resultados dos dois lados de interação, tanto o negativo como o positivo. Ambos são alavancas para a sociação, progresso e mudança social.

Como as relações sociais são constituídas por divergências de todas as naturezas, assiste-se ao aparecimento de conflitos sociais, ético, étnicos, políticos, econômicos e por que não dizer também das condições humanas?

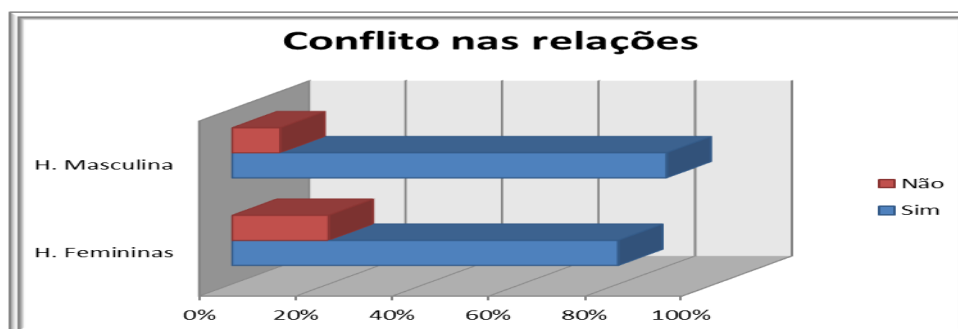
Entre algumas condições pondera-se a homossexualidade, expressão da sexualidade que acarreta harmonia e desarmonia social, respeito e repulsa com base nas reflexões Simmelianas. Como o conflito não é um elemento patológico, mas sim estruturante na sociedade, assiste-se ao reconhecimento de alguns direitos civis, mas também a ojeriza de uma coletividade que olvida o segmento social LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais) por razões culturais que acirram o tradicionalismo social e colocam em xeque o positivo e o negativo no interior das relações.

O conflito que permeia a coletividade e o debate sobre os direitos civis adentra ainda em outra arena, desta vez mais íntima e estreita, a qual é olvidada pela maior parte dos sujeitos da sociedade: descobre-se a parte do véu que chama-se relacionamento íntimo, sexual, ou conjugal.

A pesquisa não se centrou em tecer considerações apenas acerca dos relacionamentos formalizados pelo reconhecimento da união civil homossexual, haja vista que ainda não é grande o quantitativo de sujeitos que a estabelecem, o que norteou a busca por indivíduos que se reconhecem na referida condição, e convivem concebendo certa conjugalidade, mesmo de maneira informal, ou seja, não reconhecida legalmente, mas que seja reconhecido afetivamente.

Nas relações afetivo-sexuais em questão, o conflito também adensa o cotidiano dos sujeitos, conforme aponta os resultados expressos a seguir.

Gráfico 11



Os dados do gráfico mostram que, assim como nas relações heterossexuais, as homossexuais apresentam situações de conflitos, conforme se observa em 80% dos entrevistados femininos e 90% masculinos. As informações foram corroboradas pelas falas dos sujeitos, conforme se verifica abaixo.

Desavenças, desencontros, coisas que considero normal, como num casal hetero (Crisântemo, 26 anos).

Já...Todo relacionamento tem conflito, mas violência física não... só palavras mesmo (Narciso, 26 anos).

O máximo que o meu já teve foi discursão... Terminei o relacionamento e o cara não gostou aí teve meio que um escândalo...E ainda bem que a gente não foi pra porrada...isso foi o máximo e ainda bem, né? (Ypê, 26 anos).

Pondera-se a existência dos conflitos nas relações homossexuais masculinas, os quais são sinalizados, sobretudo através de palavras e desencontros, os quais podem significar violência em modalidade psicológica ou simbólica, a depender das colocações que são feitas na esfera do conflito. Já entre as relações femininas, observou-se o seguinte contexto:

É, convivo com brigas, conflitos (Orquídea, 31 anos).
Foram tantos conflitos que não dá para esquecer (Íris, 28 anos).
O ciúme foi predominante na minha companheira, ela sentia ciúme dos meus sobrinhos, da minha mãe. A gente brigava muito por isso. (Hortência, 39 anos).

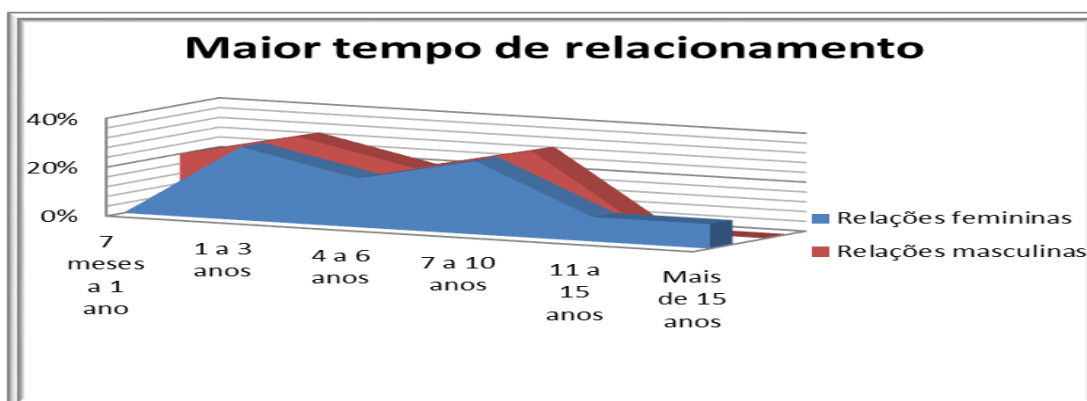
As reflexões apontadas mostram que os conflitos também se inserem de maneira cotidiana nas relações homossexuais, mesmo que tais problemáticas não sejam evidenciadas ou reconhecidas pela sociedade ou Políticas Públicas de maneira direta ou indireta. Sobre isso Norbert Elias (2005 p.189) retrata:

“Mas nunca as tensões e conflitos desaparecerão da sociedade pelo fato de terem sido omitidos nas teorias”.

A omissão ou a ausência da discussão não significa o desaparecimento do conflito. Nas relações dissidentes, pode-se ver que somente no limiar do século XXI a noção do direito adentra com maior visibilidade, o que não significa tolerância social. No que se refere às tensões nas relações, ainda assistimos a um processo de construção insipiente no tratamento de situações delicadas com o conflito.

Para apontar dados mais concernentes sobre o conflito, questionou-se o maior tempo de relacionamento entre os sujeitos, para obter-se uma compreensão mais clara sobre a estabilidade ou fluidez nas relações.

Gráfico 12



O tempo de relacionamento se apresentou de maneira diferente entre as relações. Entre as masculinas, 20% teve o maior tempo de relação entre 7 meses e 1 ano; 30% entre 1 e 3 anos; 20% de 4 a 6 anos e 30% entre 7 e 10 anos. O tempo de relacionamento se caracterizou relativo, com certo equilíbrio entre as possibilidades quanto ao tempo.

No universo feminino os dados estão em vertentes um pouco diferentes. Em 30% das entrevistadas, o maior tempo de relacionamento ficou entre 1 e 3 anos; 20% de 4 a 6 anos; 30% entre 7 e 10 anos; 10% entre 11 e 15 anos e os últimos 10% com mais de 15 anos de relacionamento com a mesma parceira.

De acordo com a análise do gráfico, os relacionamentos femininos têm um percentual maior de tempo na durabilidade. Bauman (2004) reflete que nos relacionamentos, cada sujeito é uma incógnita para o outro, ocorrendo a

coalisão de interesses confluentes, mas que se trata de um assunto delicado, apesar dos desafios obscuros e das bênçãos ambíguas.

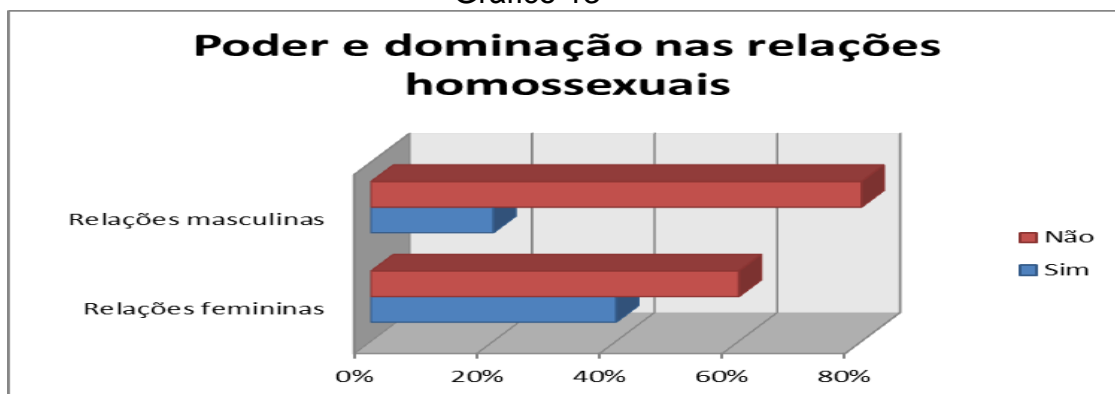
Adentra-se em um mundo de incertezas em que a parceria é corroborada pela cultura de uma busca constante em se ver e reconhecer no outro, mas que nas assertivas Baumanianas, as mãos que acariciam também podem prender, oprimir ou esmagar o outro, como ocorre com o contexto de poder.

Frente aos escritos Foucaultianos, o poder se inscreve como processo de dominação, o qual pode ser expresso inclusive sobre o corpo, o que ele chama de Biopoder. Essa expressão de poder se faz relevante para o entendimento sobre como o domínio se faz para e com o outro. Ainda nessa análise, pondera-se que o poder pode ser considerado como uma guerra continuada por outros meios. Essas afirmações apontam a força que se faz não apenas na palavra, mas, sobretudo nas ações que constituem o poder.

Já para Bourdieu (2012), o poder é algo que aparece no centro, mas ao mesmo tempo não está em lugar nenhum, tanto é algo ignorado como reconhecido. Em sua mais alta expressão, o poder é visto como simbólico, em que para muitos é invisível, mas ao mesmo tempo apresenta sua localização, mas decerto só existe pela cumplicidade de outros sujeitos subordinados a ele. Esse tipo de poder demanda de uma realidade e pode também (des) construí-la e modificá-la em seu material e conteúdo.

Esse poder envolve as relações afetivo-sexuais como um todo, incluindo nesse bojo as homossexuais. Sobre a sua existência, a pesquisa apontou os seguintes dados:

Gráfico 13



No universo masculino, as estratégias de poder e dominação foram evidenciadas em 20% das relações, enquanto nas femininas esse número ficou em torno de 40%. Os dados revelam então, que em estudos realizados na cidade de Manaus, o poder e a dominação aportam-se mais nas relações femininas, seja pela busca de uma autoafirmação, ou até mesmo pela reprodução da heteronormatividade, quando um indivíduo detém a postura de mando e o outro de sujeição, como o exemplo que se verifica abaixo.

Teve uma vez que a gente estava no Jaqueirão, na Praça 14 e eu tinha o jeito de cumprimentar e conversar com as pessoas, mas isso incomodava ela. Ela achava que nessa relação poderia acontecer algo e a gente percebe que existe isso na relação de mulheres. Muitas se isolam. Cria-se uma redoma para que não se tenha mais contato com outras pessoas por esse medo de perder (Hortência, 39 anos).

As informações contidas no relato mostram o quadro de domínio e poder que as relações podem exercer, juntamente com a insegurança, a qual foi evidenciada no contato com o sujeito.

Esse poder mostra estratégias para conseguir efeitos reais, sem demandar gasto de energia, segundo Bourdieu (2012). O poder se evidencia de maneira sutil em que domestica o outro de maneira transfigurada, entretanto não deixa de ser legitimado pelo dominado, ou seja, tem o seu reconhecimento como algo permissivo. Algo relevante a analisar se faz pela situação em que os homossexuais masculinos não relataram nenhum tipo de evidência relacionada a poder ou dominação, o que foi confirmado através das seguintes falas.

Não... Cada um tem que ter seu espaço, sua opinião (Narciso, 26 anos).

No início a gente precisou de certa forma se harmonizar, até pra gente se entender enquanto casal...hoje a coisa já está um pouco diferente, já não existe mais isso e eu já percebo dois indivíduos, antes era como se fosse um só, e aí uma ou outra coisa dos dois ficava pra trás, hoje já funciona de forma mais harmônica (Crisântemo, 31 anos).

Apesar dos relatos dos sujeitos masculinos apontarem a negativa para o poder, em 40% das relações homossexuais femininas detectou-se a existência dos elementos que se aportam tanto no poder como na dominação, como se verifica:

Existe isso de poder, a cabeça pensante, a que toma a decisão e vai a frente nisso (Azaleia, 42 anos).

Na minha primeira relação, eu praticamente assumia um papel heteronormativo de um homem, mais do que duas mulheres. A minha outra relação de curto tempo a gente tinha também isso. Ela me atribuía responsabilidades masculinas, de que eu era a provedora da casa, e ela tinha a coisa do lar. Já a minha terceira companheira, a gente se completa por causa do diálogo (Hortência, 39 anos).

Conforme os contrapontos de Bourdieu (2012), no contexto da homossexualidade pode-se dizer que as relações também são estruturadas e estruturantes, já que nascem em determinado contexto afetivo e social e se constroem cotidianamente com bases da estrutura histórica e cultural de uma sociedade em mutação, passíveis de retratos semelhantes aos encontrados nas relações heterossexuais, tais como: traços de patriarcalismo, machismo, dominação e submissão, conforme nos apontou os dados na pesquisa de campo.

Os relatos apontam como as formas estruturais e estruturantes se fazem presente nos traços de construção das relações e podem contribuir para assegurar ou asseverar a dominação de um sujeito sobre o outro. Alicerça-se aí o poder simbólico, presente no meio e nas extremidades das relações. Imponente, mas invisível aos olhos, porém concreto e presente no cotidiano dos sujeitos, o que pode trazer inclusive a violência.

3.2 A RETIRADA DO VÉU NA EMERGÊNCIA DOS RETRATOS DE VIOLÊNCIA

O interior das conjugalidades homossexuais não traz apenas quadros de desentendimentos ou conflitos, mas faz emergir também a simbologia e a concretude da violência entre os pares, nas suas diversas modalidades.

Para Moore Jr (1987) há um conjunto de limites entre sujeitos dominantes e dominados, os quais implicam determinados contextos que demandam a obediência, que aparece pelo formato do temor e da coerção. Questiona-se então, quais os limites e possibilidades de uma relação conflituosa e dominadora?

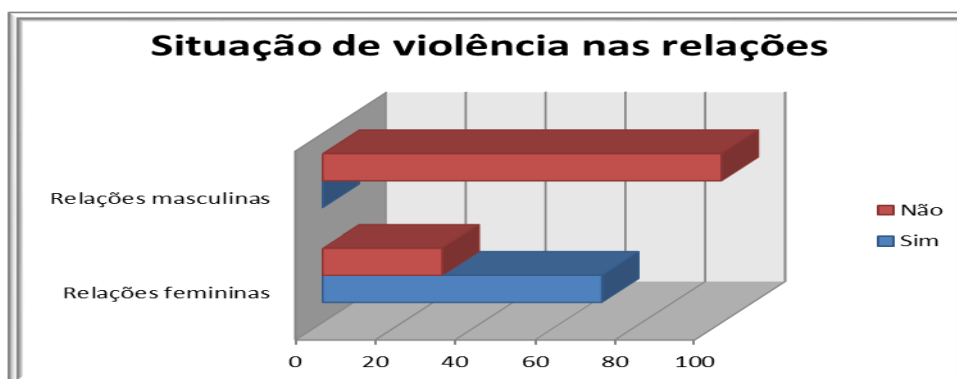
Do mesmo modo que nas relações heterossexuais, as homossexuais também oferecem estruturas de poder, principalmente entre as mulheres, conforme os resultados já trabalhados. Moore Jr (1987) assevera que a capacidade humana para suportar o sofrimento é demasiada. Mas no interior das relações, o que leva o sujeito a acomodar-se a ele? Ou talvez o questionamento seja outro, visto que em alguns depoimentos, o poder foi enfatizado sem dar ideia de uma noção de conformismo ou injustiça, mas de algo a apontar que determinados comportamentos seguem a ênfase da “naturalidade”. Um exemplo disso foi o relato de um dos sujeitos na afirmação de um comportamento heteronormativo. Isso pode ser passado como um reflexo da cultura onde historicamente um dos sujeitos da relação precisa ser dominador e outro dominado, um detentor do poder e outro submisso.

A discussão ganha destaque, porém não é nova no universo social. O patriarcalismo com cerca de cinco mil anos reflete a teia da subjugação, mas também a do conformismo e da divisão de papéis, na qual um sujeito é forte e o outro mais fraco na relação, independente de sua natureza. Sendo assim, tal comportamento é identificado entre os indivíduos e independe de orientação sexual, pois se trata de uma característica ampla que perpassa a cultura e a construção social.

Com a base Hegeliana, Honneth (2003) considera os conflitos como lutas morais, em que o poder predomina em desfavor do outro. Isso ficou perceptível nos relatos, caracterizados pelo viés das expressões simbólicas, não aparecendo em primeiro plano o significado real da dominação, mas como pano de fundo na realidade de algumas relações.

Os conflitos afirmados na pesquisa de campo nem se encerram por meio de contracorrentes na maneira de pensar e agir. Como nas relações heterossexuais, o universo das dissidências também pode experimentar situações que desencadeiam quadros de violência. Tal dado aparece na pesquisa como mola propulsora da conflitualidade no âmbito das conjugalidades.

Gráfico 11



Entre os sujeitos da pesquisa realizada em Manaus, o quadro de violência nas relações homossexuais é predominante nas relações femininas. Cerca de 70% das mulheres entrevistadas já experimentaram situações de violência nas conjugalidades, conforme os dados expostos no gráfico 11. É um dado relevante, pois aponta que no universo homossexual, o sujeito encontra-se diante de um segundo “armário”; assumir a existência da violência no âmbito das relações.

Da Mata (1982) remete a reflexão de que falar de violência é tão difícil quanto falar de sexualidade, considerando a complexidade de fatores que podem estar envolvidos na referida categoria. Ele segue ainda dizendo que a violência pode instaurar uma nova ordem. Ouso a questionar: Essa nova ordem que pode estar se solidificando, retrata o poder permeado pela dominação, que reforça a heteronormatividade nas conjugalidades homossexuais?

A problemática que assola os heterossexuais em suas relações, ocorre independente de orientação sexual e da condição dos pares. A moralidade desenha posturas e diz que poderemos falar da violência com ênfase em apenas um sentido, seja contra ou a favor, conforme a reflexão de Da Mata (1982). Como trabalhar esse contexto em uma condição humana marginalizada, inserida no ostracismo social?

As respostas não seriam fáceis de evidenciar. A construção humana reforça preconceitos e olvida os que estão “fora” das normatizações e cânones sociais, dificultando não apenas a visibilidade dos sujeitos, mas, sobretudo, o seu protagonismo.

A violência no interior das relações entre iguais femininos foi caracterizada da seguinte maneira:

Violência verbal já teve, com a minha primeira companheira inclusive, por não aceitar a separação puxou faca pra mim, tive que dar parte porque ela não aceitava a separação. O meu relacionamento atual, por tudo isso que já falei, desencadeou muito ciúme da minha parte, por ver que eu tenho uma companheira que eu respeito muito, mas que ela não conseguia me ver como aquela companheira que ela queria. Eu pensava... A culpa é dela? É minha? Aí eu parei de me culpar porque eu estava ficando doente e aí foi quando eu aprendi a me olhar, a dizer: Se você não quer então vamos terminar, porque a pior violência que tem é a mental, você vai falar e você magoa. Com ela tive uma violência física, onde eu vivi uma situação na qual eu dei um tapa porque eu a vi saindo do motel com uma mulher (Jasmim, 42 anos).

O sujeito feminino da pesquisa afirma a existência da violência física e psicológica no relacionamento, principalmente em situações de não aceitação quanto ao fim do relacionamento. O quadro de violência também é relatada por outro sujeito.

Já. Na minha primeira relação, nós passamos doze anos juntas e levou três ou quatro anos para conseguir separar, porque ela não aceitava a separação. Ela dizia assim: Você não vai colocar nenhuma puta aqui dentro de casa. Quando a gente se separou da primeira vez ela fez um monte de besteiras, fez empréstimo, se endividou e as crianças eram quem mais sofriam e eu voltava por causa das crianças. Elas diziam: Tia, quando a senhora está aqui a minha mãe não faz isso, por favor! Volta... Assim, eu acabei voltando algumas vezes. Na última vez que nos separamos, eu não voltei mais porque já tinha perdido o respeito. A gente começou a se agredir violentamente. Então, antes que a gente fizesse besteira uma com a outra, a gente tinha que dizer: Não, basta! (Hortência, 39 anos).

A situação exposta mostra que o processo de violência acontece e é assimilado pelas crianças na relação, assim como ocorre entre os casais heterossexuais. Trata-se de violência doméstica, visto que de acordo com Teixeira e Moreira (2011), a tipificação dessa face da violência não demanda que os sujeitos sejam marido e mulher, casados e nem que estejam inseridos em uma relação heterossexual. A Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, aborda as relações independente de orientação sexual e segundo os referidos autores, não descarta a diversidade de gênero, considerando a ênfase nas medidas protetivas aos indivíduos em geral.

Da Mata (1982) esclarece que a violência está ligada ao poder, já nas análises Foucaultianas, o poder é a guerra continuada por outros meios. Eis então o retrato de como a violência se insere nos relacionamentos, o que leva

também a refletir que a não continuação do quadro de violência requer autoestima, confiança e coragem, como ocorre nas situações inerentes a condição heterossexual.

Apesar de o fenômeno da violência traçar enfoques universais, há um processo de invisibilidade ao considerar as situações que ocorrem nas uniões homossexuais, de acordo com o relato abaixo:

Se a gente for citar a Lei Maria da Penha, na minha separação, a agressividade que teve... Estava surgindo a Maria da Penha. Se eu tivesse sido amparada pela lei, talvez a separação não tivesse sido tão brusca, essa separação e a divisão teria sido igual. Mas eu tive que abrir mão de tudo o que eu constitui durante 12 anos para ter paz. Eu era dona apenas do meu corpo, das minhas ações, nada mais. Eu fui despida de tudo, eu tinha responsabilidade por um ser de dois anos, então tinha que trabalhar bastante para que não faltasse nada pra ele. Tudo o que a gente constituiu foi tomado (Hortência, 39 anos).

A legislação é importante, mas se indaga a sua eficiência frente à homossexualidade. Os sujeitos contaram suas histórias, mas ressaltaram a falta de preparo dos profissionais que atuam nas redes de proteção em caso de violência. O universo da sexualidade dissidente expressa, é peculiar e demanda a compreensão das faces da sexualidade humana frente às Políticas Públicas e programas interventivos nas situações de vitimização.

Conflitos e antagonismos, se não dialogados podem resultar em uma relação violenta, a qual por muito tempo foi naturalizada pela sociedade como problema da esfera privada. A emergência da violência como expressão da Questão Social não é recente na história brasileira, mas as ocorrências entre os homossexuais ainda permanece no armário do esquecimento sem o devido reconhecimento, tanto que foi unânime entre os sujeitos, a ideia de que a violência é resolvida no contexto da própria relação, seja através da separação ou da reconciliação. Isso ode evidenciar tanto o desconhecimento das políticas de proteção, como também a descrença na efetividade e aplicabilidade da política com os sujeitos homossexuais, conforme os relatos da análise de campo.

A violência tem entre seus tipos, a hostilidade, a agressão que pode ser verbal, física, sexual, patrimonial ou simbólica, entre outras (ESPINOSA, 2004). Pode ser praticada contra indivíduos em relação como namorados, casais

considerados pelos laços do matrimônio, amantes, separados ou mesmo divorciados.

Toda forma de violência usa algum tipo de força que reflete estruturas de poder concernentes às formas de dominação, seja ela física, psicológica ou simbólica, a qual reforça o que Espinosa (2004) chama de ideologia pseudolegitimadora da ação, o que assevera a desigualdade entre os sujeitos da relação e as estratégias de controle do outro (vítima), seja por meio das palavras que silenciam ou pela manifestação física ou simbólica, que desencadeiam desde a redução da autoestima até um possível crime passional, ou passar pela tensão, a efetivação da vitimização e posteriormente adentra-se ao processo de reconciliação, que pode ser breve ou mediana em seu tempo.

Espinosa (2004) estimou que cerca de 500.000 homossexuais são vítimas de seus companheiros e companheiras a cada ano nos EUA. Já Nunan (2004) traz o dado de violência entre 12% a 39% das relações nos EUA, onde os agressores seriam, principalmente, aqueles que asseguram o poder e papel heteronormativo na relação. No Brasil, não há um dado preciso acerca da problemática, devido à ausência de dados nas esferas estatais que sustentam as políticas de proteção em caso de violência, o que motivou inclusive, a busca dos dados da pesquisa pelos relatos e historicidade dos sujeitos.

Nesse bojo, cai o véu dos mitos relacionados às vitimizações no interior dos relacionamentos. O caminho pouco iluminado culturalmente pelos braços da homossexualidade quebra paradigmas e mostra a violência ocorrendo não somente nas esferas da heterossexualidade. O quadro nem sempre advém do sujeito masculino, o que foi reverberado pelos dados já debatidos. Os agressores nem sempre são os que demonstram estar fisicamente mais fortes. Em nenhum momento ressaltou-se que a situação de violência estivesse sido provocada pelo uso de drogas lícitas ou ilícitas, assim como não se mostrou presente de maneira predominante em apenas uma classe social, ou seja, as informações das histórias de vida refletem perspectivas diferenciadas para o entendimento acerca da categoria violência nas relações homossexuais.

Para Nunan (2004), a violência doméstica entre os referidos casais envolve vários tipos de agressão, tentando-se por estratégias, manter o controle sobre o parceiro.

A violência envolve, sobretudo, um preconceito sexual, quando a denúncia nas relações heterossexuais já se torna difícil, dar visibilidade ao companheiro igual biológico é praticamente inviável culturalmente falando, visto o medo do preconceito e da discriminação. O sujeito homossexual pode acreditar que a sua relação é “errada” e que a violência seria apenas mais uma faceta dessa união doentia, conjugada à condenação.

Apesar de alguns casais relatarem ensejos de violência, todos os sujeitos da pesquisa afirmaram acreditar em relacionamentos duradouros, conforme as afirmações a seguir.

Sim. Têm muitas relações que já duram décadas. Sei lá, as pessoas não entendem que somos seres humanos, que nós podemos sim ter relações longas, mas parece que tem quinze casos, doze tem relações longas e três são... É só essa que enxergam. O que deu em chifre, o que deu em briga e o que deu em morte, esses que são vistos... aí é difícil né? (...) Aí vem uma, bendita, que agarra umas seis meninas numa semana, aí ela é vista... Claro, porque ela deu visibilidade para o que ela faz. É óbvio, porque as pessoas só vão lembrar do que deu visibilidade. (Tulipa, 19 anos).

O relato remete à análise de Bauman (2004) acerca das fragilidades dos laços humanos, em que alguns querem viver junto e outros anseiam a separação. Nesse contexto, observa-se a existência de relações que podem durar décadas, enquanto outros sujeitos tendem a apertar a tecla deletar de maneira breve na relação, conforme a expressão seguinte.

Acredito mas tá muito complicado, muito difícil. Eu passo por provações todos os dias em primeiro por ter uma companheira que é muito vista, muito desejada, ela é muito cobiçada. Eu tento trabalhar isso em mim, em saber que eu sou importante, em me amar, eu aprendi muito com isso. E com essa falta de amor, as pessoas começam a achar que não merecem ser felizes, elas entram no teu relacionamento como se fossem gaviões em busca de uma isca e você se vê perante essa sociedade com um certo medo, mas você tem que saber todos os dias da sua vida que você tem que ser mais inteligente, todos os dias você tem que aprender a conviver com todos esses tipos de pessoas e tá difícil, tá muito difícil. Eu não digo pra você que existe uma fórmula de bolo pra se manter no relacionamento duradouro, existe o respeito e a confiança e isso a gente tem que ter todos os dias e não é fácil. Até no trabalho as pessoas não entendem porque você é lésbica, porque pra eles uma mulher lésbica tem que ser feia, analfabeta e infeliz, eles não podem ver uma mulher bonita, com nível médio de vida, que estudou e tem curso superior, para eles é um impacto (Jasmim, 42 anos).

A experiência do sujeito reflete que a vivência do “que até a morte nos separe” é cada vez mais difícil em uma modernidade líquida, na qual a fluidez dos laços e relacionamentos se faz desde o prelúdio do cotidiano. Os indivíduos nem sempre ponderam a ideia de fixar uma relação. Se não deu certo, parte-se para outra, busca-se outro sujeito, aporta-se na empiria de noites avulsas de uma construção do “amor” fragmentado e por vezes esvaziado, pois em tempos de fluidez não se indaga ou conhece o outro. Nas análises de Bauman (2004), ao se pensar na palavra e significado do amor, “*a posse, poder, fusão e desencanto são os quatro cavaleiros do apocalipse.*”(p. 22).

Acredito, sobretudo por exemplos reais, tanto heterossexuais quanto de homossexuais. Já conheci mulheres com relacionamento de quinze anos, vinte anos. Homens assim, na verdade, eu já cheguei a ver numa porção bem menor. Homens tendo relacionamentos longos, longos pra mim tipo sete anos que pra mim já é um relacionamento consolidado (Ypê, 26 anos).

Os dados de Ypê, sujeito masculino da pesquisa, apontam que no referido gênero há maior fluidez nos relacionamentos, ou seja, é mais rara a relação de longo prazo, visto que a liquidez direciona para o desconhecido, ao universo da incerteza. Se o amor advém de forma principiante, tanto há tendência a vivê-lo, como a escapar dele, o que pode explicar os motivos que levam ao gênero masculino a pouco buscar relações mais sólidas.

Estamos diante de verdadeiros ingredientes de natureza biológica, física, antropológica e até mesmo mitológica. A união desses elementos cristaliza-se no amor, esse sentimento tão complexo presente no *homo sapiens*, que tanto trás algo de sagrado quanto de profano (MORIN, 2008).

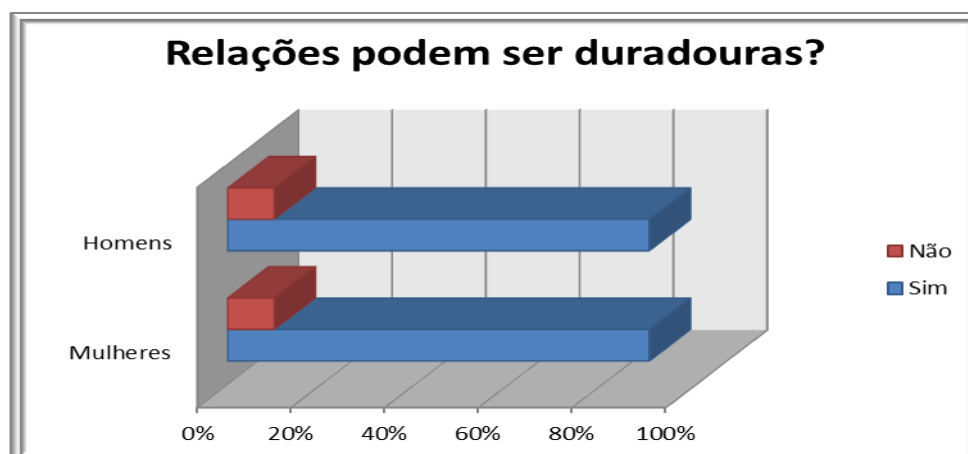
Esse sentimento traz uma noção de cuidado e proteção, mas entrar em uma relação significa penetrar no inesperado e na incerteza, além de trazer dor de cabeça. É o espaço em que promessas de compromisso podem se tornar irrelevantes em longo espaço de tempo (BAUMAN, 2004).

Quando a relação se alonga, outros fatores ocorrem. O tempo demasiado, para a sociedade, também pode significar a opressão, poder e submissão, por se pautar de maneira diversa ao universo da liquidez, que

preconiza o casual e o fragmentado, que se desfaz na palavra, nas ações ou na ausência de ambas.

Ao questionar sobre a possibilidade das relações tornarem-se duráveis e estáveis, encontramos as seguintes respostas.

Gráfico 15



Mesmo frente a uma realidade contemporânea da qual emergem as relações fluidas, 90% dos sujeitos da pesquisa acreditam na durabilidade das relações homossexuais, corroborando com o dado sobre o tempo de relacionamentos que os referidos mantêm com seus pares.

As referências expostas podem ser analisadas no paralelo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o qual em 2014 trouxe pela primeira vez o quantitativo de casamentos civis entre indivíduos do mesmo sexo realizados no Brasil. Segundo o IBGE (2014), em 2013 o país teve 3.701 casamentos, dos quais 1.775 foram entre cônjuges masculinos, dos quais mais de 1.400 indivíduos eram solteiros, o que predominou sobre os divorciados e viúvos.

Ainda conforme os dados do IBGE (2014), 52% dos casamentos realizados em 2013 foram entre cônjuges femininos e 48% entre masculinos. A idade mediana verificada entre os cônjuges foi de 37 anos para os homens e 35 para as mulheres, o que difere dos dados de casamento em relações heterossexuais, que ocorrem, conforme os dados do IBGE, em faixas etárias mais novas. São Paulo foi o estado com maior quantitativo de casamentos. O

sudeste concentrou no número de casamentos, com 65,1%; o sul apresentou 14,2%; o nordeste com 13,4%; o centro oeste com 5,8% e o norte com 1,5% do total de casamentos homossexuais do país. O Amazonas teve 4 registros de casamentos entre cônjuges masculinos e 3 femininos. Os referidos dados podem ser agregados ao contexto do gráfico que mostra a veracidade da crença nas relações duradouras, mesmo frente às faces da violência.

Parafrazeando Bauman (2004), o *homo sexualis* é um ser mutável, que faz várias tentativas, incide em erros, mas busca desbravar o interior das relações, mesmo que aos tropeços. A ideia de uma relação conjugal abriga fatores ocasionais e transpassa fronteiras do “eu” para servir ao “nós” em cotidiano de construção e desafios.

CAPÍTULO IV – A CRUZ OU A ESPADA - ENTRE A EPIFANIA E O OSTRACISMO DO RECONHECIMENTO

A dissidência no campo das sexualidades já externou um histórico de recusa, banimento, preconceito, discriminação. A emergência dos direitos sociais voltados à população homossexual no Brasil, se mostra como marco na construção de um direcionamento compatível ao reconhecimento legal daqueles que estiveram à margem de uma sociedade de aportes tradicionais e conservadores.

Indagações sobre o real reconhecimento perfazem a história contemporânea no marco do Plano Nacional de Direitos Humanos, no Plano de Cidadania LGBT, na Resolução 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça, nas configurações do direito à união civil entre pessoas do mesmo sexo, acordada pelo Supremo Tribunal de Justiça, entre outras. Podemos tratar de conquistas escaladas pelo judiciário, pelos mecanismos de controle social e

pelo legislativo. Entretanto, ainda se olvida o reconhecimento social dos referidos sujeitos.

A emergência é “nova” para uma sociedade conservadora e tradicional como a brasileira, mas que lentamente abre as portas para a visibilidade das diferenças no âmbito civil, apesar dos elevados números relacionados aos casos de homofobia.

Anormais, transgressores e dissidentes são algumas das considerações alavancadas para o sujeito LGBT. Com o legado permeado pelo ostracismo e a discriminação, assistimos ao início da construção nos pilares dos direitos no Brasil, os quais são construídos por meio de lutas cotidianas na busca do reconhecimento de cidadãos que até pouco tempo eram visualizados como sujeitos de “segunda classe”.

Apesar das afirmações, questiona-se o que significa o reconhecimento e o que os sujeitos da pesquisa, na realidade de Manaus compreendem acerca dessa palavra. Há uma necessidade de reconhecer-se como homossexual? As lutas são realmente algo objetivado pelos sujeitos? Como relacionar movimentos frente ao encastelamento de propostas políticas que circulam por anos no legislativo, até assumirem um protagonismo ou serem arquivadas na ausência de consensos?

Alguns desses questionamentos são relevantes e perpassam o referido capítulo, que debate *a priori* o que há de concreto sobre o que se denomina como Direito Homoafetivo e como estes se situam no “olho do furacão” do conservadorismo social, político e cultural da sociedade brasileira. Procurar-se-á mostrar entre diálogos dos sujeitos e as referências, como a palavra “direito” é visualizada frente a conjugação do verbo reconhecer, na perspectiva da legislação, das políticas e do protagonismo social, inerentes aos sujeitos em questão.

A posteriori, verificar-se-á os aportes que alavancam o reconhecimento e se este existe realmente como demanda a partir dos homossexuais na cidade de Manaus, para que seguidamente seja possível ponderar os prismas que se relacionam a esse possível reconhecimento, haja vista a relevância de se trabalhar o enfrentamento às expressões da Questão Social que cerram-se

pelas faces do preconceito e da discriminação, sem olvidar neste íterim, a existência da conflitualidade não apenas na esfera coletiva, mas sobretudo no lugar mais íntimo das relações afetivo-sexuais.

4.1 OS DIREITOS DOS HOMOSSEXUAIS NO OLHO DO FURACÃO

O desenho do Direito dos Homossexuais como ramo das Ciências no Brasil é recente. A própria palavra “Homoafetividade” não é um consenso entre os pesquisadores, que dizem tratar-se de acordo com Dias (2011) como um termo ‘higienista’, por ter significado apenas para sujeitos que aportam-se em relações afetivo-sexuais mais estáveis, olvidando as relações confluentes. O uso do termo não é unísono, principalmente para os que acreditam que a homossexualidade não responde às identidades sexuais, que historicamente ficaram conhecidas por nomenclaturas tais como: *gay*, *lésbica*, *bicha*, *sapatão*, *mona*, *bee* entre outras.

Palavras à parte, o Direito Homoafetivo emerge pela pauta do reconhecimento de sujeitos, historicamente e culturalmente discriminados pela condição sexual, sem contabilizar as possíveis plasticidades na sexualidade ou a confluência nos relacionamentos.

Sobre o direito relacionado à condição sexual, o processo de reconhecimento é lento e aparece como demanda que pode ser visualizada ou envolta no ostracismo absoluto. Há países, como no Oriente Médio, em que ser homossexual é passível de pena de morte. Em outros, a referida condição sexual é tolerada, mas as bases conservadoras dificilmente dirigem-se à aceitação plena como Direito Humano (CAVALCANTE, 2009).

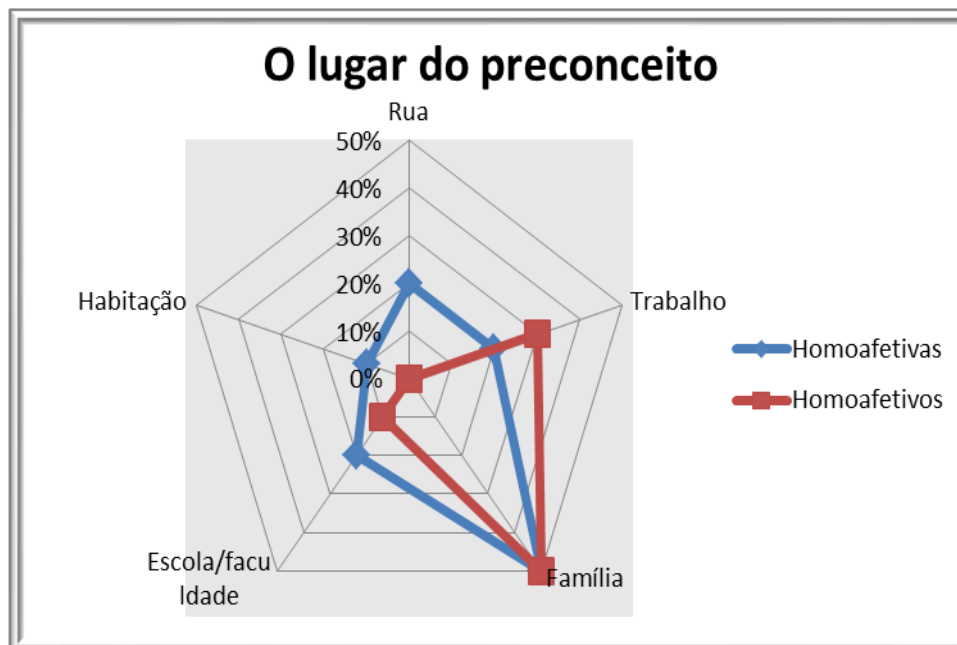
Nessa perspectiva, a sociedade esquece direitos que se amontoam em demandas crescentes, alicerçadas em lacunas históricas em que indivíduos são secundarizados pela orientação sexual.

Assiste-se ao espetáculo no qual o preconceito impera e as pessoas são reduzidas à mera existência biológica, marginalizadas e refletidas pelas suas dissidências, respondendo por elas no viés da sua construção como protagonista social. Por outro lado são vigiadas pelo panóptico das identidades heteronormativas, pressionadas pela adequação que sinaliza a aceitação ou

não no âmbito da família, sociedade, mundo do trabalho, instituição, serviços de saúde, educação etc.

À existência do preconceito, a pesquisa apontou os seguintes dados:

Gráfico 16



O gráfico mostra os lugares onde o preconceito foi vivenciado pelos sujeitos. A centralidade do preconceito foi localizada na família. Cerca de 50% dos sujeitos, tanto masculinos quanto femininos refletiram tal contexto. A família como lugar primário de socialização humana, também é o *locus* do preconceito no qual ocorre maior incidência. A informação é relevante visto aportar as expressões da Questão Social que tem seu cerne na ausência da tolerância familiar e pode corroborar para várias situações relacionadas às faces da exclusão, violência, uso de drogas, prostituição e até mesmo o suicídio.

Sobre o preconceito na família, pondera-se o seguinte relato:

O que me fortalecia era o carinho da minha companheira e dos filhos dela. Alguns primos meus fugiam para falar comigo, eles se encontravam comigo escondido e diziam. Mana, eu não aguento mais de saudade e vim te ver, mas a mamãe não pode saber que eu tô aqui, se ela souber eu vou pegar uma surra. Eu ia acabar colocando eles em risco. Eu tive algumas situações de preconceito institucional, mas a que mais me doeu foi a familiar (Hortência, 39 anos).

O retrato da exclusão vivenciado pelo sujeito mostra como a família ainda se constrói em bases tradicionais, em que a dissidência é marginalizada. Ainda sobre a família, outro sujeito ressaltou que:

Com a minha família é assim. Finge que você é hetero e eu finjo que te aceito (Antúrio, 48 anos).

Os apontamentos dos sujeitos refletem o posicionamento de uma família conservadora e heterossexista, que determina e espera papéis concernentes ao sexo, mas que não abrangem as identidades e expressões das sexualidades. A invenção de uma configuração familiar nuclear já sinalizada por Ariès, em “A História Social da Criança e da Família” e por Engels em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, assinala “modelos preexistentes” em que os indivíduos precisam se adequar para fornecer respostas a uma sociedade capitalista com base na propriedade privada, na submissão feminina e no poder heteronormativo, asseverados pela construção de um Ocidentalismo dominante, conforme as análises de Edward Said.

Os dados do gráfico refletem que 20% das entrevistadas já sofreram preconceito no ambiente de trabalho, o que foi corroborado também pelos sujeitos masculinos, os quais foram destacados em 30%.

Sobre isso, considera-se o seguinte relato:

Eu não trabalhava porque não conseguia emprego, porque tinha um lado bem estereotipado, com cabelo curto, carteira no bolso, aquela coisa toda, então eu ia atrás de emprego e não arranjava mesmo. Aí eu fui trabalhar como autônoma (...) vendia cerveja, água e refrigerante. Começava às 6h da manhã e terminava às vezes meia noite. (...) Eu fui operadora de máquinas no Distrito Industrial de Manaus e quando fui demitida por um supervisor é porque ele não aceitava a minha amizade com uma técnica. Nós tínhamos uma amizade e ele era a fim dela. Por motivo algum... ele não tinha porque me demitir. Ele justificou lá que tinha que reduzir custo e ia demitir. A primeira demitida fui eu, mas não foi pela redução de custo, era porque quando ele chegava com a técnica e cantava ela e ela me contava. Ela era noiva, ia casar e amava o noivo dela. Ela me tinha como uma amiga e desabafava. Mas para ele, eu era uma ameaça que estava atrapalhando ele. Como ele sabia que eu era, ele achava que ela estava tendo alguma coisa comigo (Hortência, 39 anos).

O relato clarifica a existência do preconceito no mundo do trabalho. Evidencia a discriminação pelo modo de vestir, agir e até mesmo pelas aproximações com outros sujeitos, o que reflete mais uma vez os padrões que são esperados culturalmente, sobretudo, para os homossexuais.

Os dados do gráfico aponta que cerca de 10% dos sujeitos masculinos e 20% do feminino já sofreram preconceito em espaços de escolas e universidades, ou seja, em lugares onde deveriam priorizar-se a construção de conhecimentos e o declínio dos preconceitos.

Aos 13 anos eu sofri preconceito na escola. Ah! Porque você é diferente, porque anda com a fulana e gosta dela... tive umas brigas na escola por causa disso, mas até então não sabia o que era isso. Na minha família escondiam o que era isso (Íris, 28 anos).

As palavras do sujeito da pesquisa corroboram como as formas de preconceito podem se caracterizar no espaço da educação e como esse reflexo atinge os sujeitos.

O projeto “Escola sem Homofobia”, que realizou um estudo qualitativo em 11 capitais brasileiras (Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba, Goiânia, Manaus, Natal, Porto Alegre e Porto Velho) contemplou as cinco regiões e apresentou dados comprobatórios sobre a homofobia nas escolas brasileiras, tendo por vezes a anuência de professores e gestores, seja por ausência de conhecimentos sobre a temática, ou mesmo por juízos de valor predominantes de uma cultura conservadora, além da influência das religiosidades no interior das escolas, fatores estes que se reproduzem na escola pelas vias da intolerância.

Entre as mulheres homossexuais, 20% enfatizou já ter sofrido preconceito na rua, onde ouviram muitos comentários sobre a orientação sexual, muitos expressos em tons e palavras discriminatórias. Já outros 10% trouxeram a positividade do preconceito em questões relacionadas à habitação, em tentativas de alugar casas ou quartos, como já foi mostrado no decorrer do trabalho.

O preconceito e a discriminação externalizados pelos sujeitos remetem aos estudos de Agamben (2007) sobre o *Homo Sacer*. Trata-se do indivíduo reduzido apenas a sua representação biológica, na qual um poder soberano

(que pode ser a cultura, a religião, ou a política, entre outras), define como o sujeito tem o direito de viver, relacionar-se. Nessa perspectiva, normatiza o tipo de vida que merece ser vivida.

O *Homo Sacer* é o homem sagrado que não pode ser sacrificado, entretanto é matável, social, histórica e psicologicamente. Aí pode-se inserir os homossexuais. São sujeitos, protagonistas sociais, mas que pelas teias do preconceito, são silenciados em uma sociedade intolerante. São os retratos do *Homo Sacer*, matáveis socialmente pelo conservadorismo e pela discriminação.

As faces do poder determinam o início e o final da vida, as formas de viver a sexualidade e como conduzi-la. Abre as portas da heteronormatividade e cerra paras as expressões do sexo dissidente.

Agamben (2007) destaca que, em sociedade, repudiamos os crimes cometidos nos campos de concentração, entretanto, alocamos campos de concentração todos os dias nas esferas do cotidiano, os quais são construídos por palavras, ações e omissões. São refletidos pelos posicionamentos preconcebidos e pela intolerância com o outro.

A reflexão remete a considerar que perante a lei, como há direitos que já foram assegurados aos homossexuais, tais indivíduos são tratados como sujeitos de direitos, mas no plano mais secundário do cotidiano, eles são tratados simplesmente como *Homo Sacer*, dotados de uma vida matável por não fazer parte dos cânones sociais, apesar de não poder ser sacrificada legalmente, com a corroboração do legislativo, é matável pelas formas de condução das leis e políticas em suas configurações, por questionar e asseverar comportamentos moralmente não aceitos.

Esse contexto assegura que o poder perpassa além da esfera jurídica para disciplinar, sobretudo, os corpos, os quais são domesticados e possuem seu sentido descartado, caso interfira na heteronormatividade, ou seja, tudo o que se diferencia da norma é posto à prova para adequação. Agamben (2007) contextualiza a realidade como um mundo desbussolado, onde surgem sujeitos que ficam à margem do direito, assim como também da sociedade como um todo.

Apesar dos traços de preconceito, o Brasil assistiu a um cenário de avanços. Os direitos previdenciários no que se refere à dependência do

parceiro/a foi concretizada. Os planos de saúde também abrangem as particularidades do Direito Homoafetivo. O direito ao casamento civil, divórcio, dissolução de união estável, partilha de bens, direito de guarda e convivência, entre outros, já são garantidos. A união consensual já pode ser convertida em casamento civil e a relevância desse direito é descrita da seguinte maneira.

Eu tenho uma relação de 7 anos, inclusive agora vou até casar... e o que me leva a tomar essa decisão é o afeto, o sentimento que a gente tem é muito grande. Na família da minha companheira, tem duas outras pessoas que também são homoafetivas. O carinho e o respeito que a mãe dela tem comigo e com o meu filho, todos eles. Eu sempre tive essa questão de ter um filho, saber o significado de ser mãe (Hortência, 39 anos).

As conjugalidades já estão reconhecidas legalmente, mesmo que isso não signifique que esteja socialmente. As configurações familiares formadas por casais do mesmo sexo também assistem ao desenrolar do seu reconhecimento. Já não é preciso centrar-se na clandestinidade por escapar ao “modelo” heteronormativo. Os espaços se expandem para a caracterização de identidades. No judiciário não se fala mais sobre Direito de Família, mas se assevera que são Direito das Famílias, em sua diversidade de aspectos, conjunturas e forma.

Dias (2014) ressalta que a noção de família interliga-se com a noção de solidariedade, em que o afeto assenta-se como pressuposto e como perpassa as relações independentes da natureza sexual, demanda a proteção do Estado. A preocupação com os sentimentos, filhos e o cotidiano, trazem à tona uma forma de ser família que preconiza a afetividade, mas que também apresenta conflitualidade, entre outras expressões da Questão Social, como qualquer outra família.

No Direito Homoafetivo, resguarda-se que todo e qualquer indivíduo tem a prerrogativa de escolher com quem deseja constituir a relação, o tipo de configuração familiar que almeja formar, assim como a condução do cotidiano, para que não se favoreça uma igualdade desigual.

Sobre as relações, pondera-se o relato a seguir.

Estou há um ano com uma companheira. Há um ano que a gente está nessa luta também. Apresento pra família, hoje com mais calma. As outras, eu apresentava, mas teve companheiras minhas que foram

expulsas de casa pelo meu padrasto, porque ele achava que eu era propriedade dele, então ele me expulsava, ou expulsava a pessoa. Mas hoje, estou vivendo uma vida conjugal, com o pensamento em casar inclusive. Estamos vivendo juntas... Estamos felizes. A história dela é parecida com a minha. Ela foi abandonada pelos pais e tudo mais e a gente sempre senta e discute isso. Há companheirismo claro, acho que em toda relação tem... a troca de experiência e as partilhas (Iris, 28 anos).

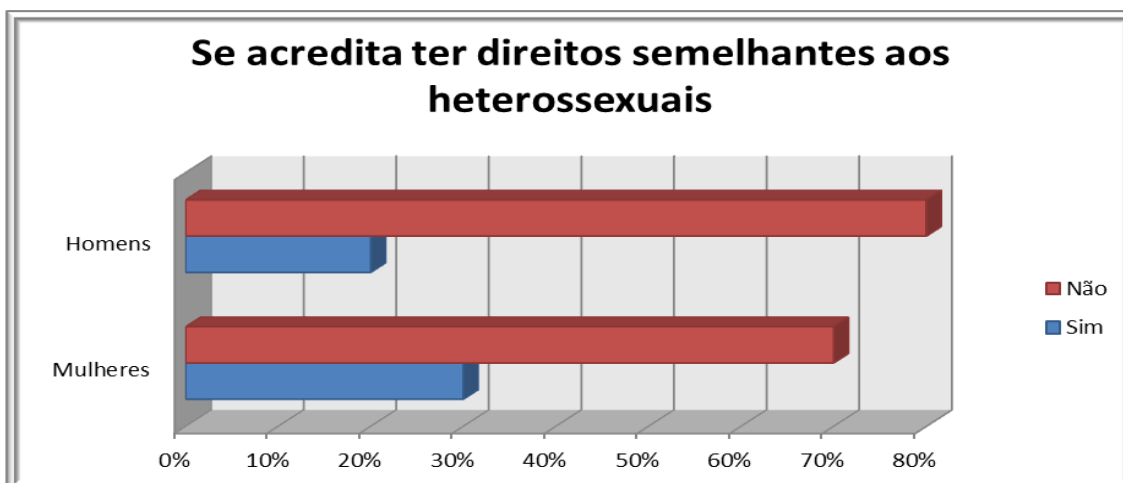
A expressão do sujeito da pesquisa revela as problemáticas enfrentadas para a afirmação da conjugalidade, sobretudo frente à família, mas que diante dos desafios, a partilha e a convivência auxiliam na busca de um cotidiano de consolidação dos direitos.

4.2 HÁ UMA LUTA POR RECONHECIMENTO EM MANAUS?

O prisma que direciona os horizontes da homossexualidade canaliza-se para as estratégias de reconhecimento ou não reconhecimento de sujeitos históricos. O olhar do Direito mostra que legislações estão em pauta para a afirmação dos sujeitos. O plano Nacional de Cidadania LGBT aponta diretrizes e metas a serem cumpridas pelo Estado em consonância com a sociedade civil. Apesar disso, os homossexuais são visualizados pelos sujeitos da pesquisa como lacunas de um Estado ainda não laico e de uma sociedade ainda intolerante.

Ao indagar se os homossexuais têm os mesmos direitos que os heterossexuais, observaram-se as seguintes respostas:

Gráfico 17



Entre os homossexuais masculinos, somente 20% acredita ter os mesmos direitos que os indivíduos heterossexuais, enquanto 80% relata não acreditar nessa possibilidade. Entre os sujeitos femininos, ponderou-se que 30% crê que esses direitos são iguais, enquanto 70% não sinaliza esse dado como veracidade, o que foi corroborado ainda nos relatos dos sujeitos.

Em momento nenhum! Hoje nós temos a união estável e já esta tendo murmúrios de que pode mudar a qualquer hora. Se a minha companheira morrer, e se eu não adotar o nosso filho, vão me tomar, e isso é o meu maior medo. Se ela falecer eu não vou ter os mesmos direitos porque nós ainda não somos casadas. Se estou na balada não posso segurar a mão dela, se eu estou no cinema eu não posso dar um beijinho nem que seja de selinho nela. Que direitos são esses? Eu tenho sim os mesmos direitos que um hetero, para acordar, trabalhar, de pagar meus impostos, de comprar de enriquecer o mercado, esses direitos eu tenho, mas e aí? Os demais nós não temos, temos que trabalhar muito ainda em cima disso (Jasmim, 42 anos).

De acordo com Dias (2014), o casamento acontece apenas por meio de intervenção estatal, quando os noivos solicitam a formalização da união perante o juiz de paz. Como contrato de adesão, o casamento celebra compromissos patrimoniais, entre outros. A adoção é algo necessário para a garantia do direito da criança, caso seja filho apenas de uma das partes, entretanto, há jurisprudência no país, em casos de óbito, em que a guarda da criança ficou com a companheira.

Sobre o direito de demonstrar afeto em público, sabe-se que o conservadorismo da sociedade não tolera determinados comportamentos ou demonstrações publicizadas da homossexualidade.

Ao continuar a expressão dos sujeitos acerca da negativa dos direitos, verificou-se a seguinte resposta:

Não, nós não temos os mesmos direitos, nós temos muitos direitos negados. Nós temos algumas conquistas, como a adoção, a pensão que o INSS reconhece, o casamento é uma realidade, mas a gente precisa avançar na questão educacional e de segurança. Por que um heterossexual pode beijar em público, andar de mãos dadas, coisas simples que só diz respeito entre duas pessoas, e um homossexual não pode... incomoda. Incomoda as pessoas verem dois homens de mãos dadas, duas mulheres, abraçadas, então a gente não tem os mesmos direitos. O judiciário, o legislativo e o executivo não olham para essa população. Eles veem essa população apenas na hora em que eles precisam do voto que é obrigatório. E nós temos uma grande massa no país de população LGBT que vota, mas que ainda

não tem um representante dentro do legislativo, que represente as demandas dessa comunidade. Então temos muitos direitos negados como homossexuais femininos e temos o direito negado como mulher (Hortência, 39 anos).

O relato confirma os desafios da vivência da homossexualidade, que na demonstração do afeto ainda é cerrada e silenciada, por ser considerada uma sexualidade dissidente e transgressora. O sujeito aborda também a situação da ausência de assistência ao LGBT, assim como a negação dos direitos.

Sobre a afirmativa de se ter direitos semelhantes ao heterossexual, encontramos discursos, tais como:

Eu vejo que hoje já melhorou e muito do que era antes. Eu acredito que, por exemplo, esses direitos foram conquistados há bem pouco tempo atrás. Ruim ou mal foram direitos conquistados de certa forma rapidamente, porque de certa forma, a gente tá em 2014. Se agente for ver a seis anos atrás, mais ou menos em 2008, talvez a gente não tivesse nem um terço do que a gente tem hoje. A principal vitória foi o reconhecimento do casamento civil, e foram outros direitos, tipo incluir o parceiro no plano de saúde, direito a herança e outras coisas assim do tipo. Então eu acredito que nesse curto espaço de tempo, nos tivemos grandes avanços, óbvio que não dá pra parar porque estamos distante do reconhecimento com relação ao casal hetero, mas nós estamos bem melhor do que já estávamos antes (Ypê, 26 anos).

O sujeito homossexual masculino afirma de forma positiva o reconhecimento dos direitos. Ele retrata o curto tempo de conquistas efetivas no âmbito dos direitos, apesar de olvidar que essas conquistas que parecem advir de demandas recentes, são resultados de lutas históricas em envolvem a realidade brasileira. Na continuação das análises, pondera-se:

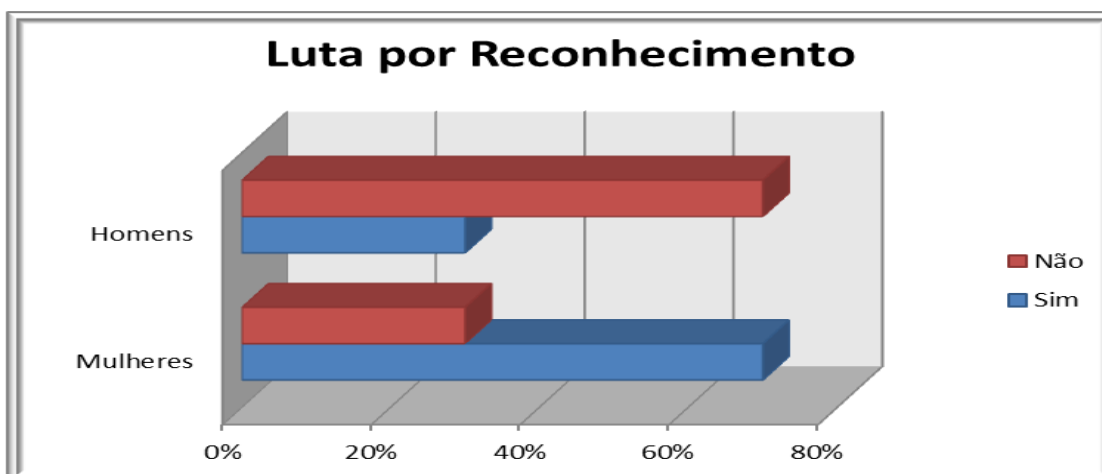
Com certeza, com certeza, claro que sim. Eu não entendo porque as pessoas acham que a gente não pode casar, porque eu não estou tirando o direito de nenhum hetero, eu não estou impedindo essa pessoa de casar. Mas se eu quero casar, eu poderia né? Já que é sim uma família. Eu posso ter filhos e ainda tem a questão da adoção... Um hetero abandona e eu não posso adotar, pelo menos não com a minha companheira, porque eles são muito burocráticos, porque os profissionais também não liberariam, porque a maioria é conservador. Não vão liberar uma adoção para um casal homoafetivo. É ridículo, porque eu não estou tirando nada de ninguém. Se eu quiser casar eu não vou tirar o casamento de uma outra pessoa, mas eu acho que é essa visão da promiscuidade mesmo, de que agente não pode construir um relacionamento sério. Isso é ridículo (Tulipa, 19 anos).

O desabafo do sujeito feminino revela sinalização positiva quanto a se ter os mesmos direitos que o indivíduo heterossexual, mas caracteriza os desafios enfrentados no contexto das conjugalidades, tais como: o direito ao casamento, que mesmo assegurado pela Resolução 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça, sofre pelas teias do preconceito no que tange ao seu reconhecimento como direito adquirido. O discurso quebra as fronteiras que relacionam o cotidiano dos profissionais que atuam na operacionalização dos direitos, desvela os perfis ainda conservadores no que se refere aos processos de adoção e as dificuldades encontradas para que as configurações edificadas no lar sejam consideradas simplesmente como famílias.

O olhar hostil, o preconceito, o silêncio frente à diversidade, a indiferença e a discriminação são alguns dos elementos partícipes da conjuntura social, os quais indicam que as lutas sociais não são pela obtenção do poder, mas por reconhecimento.

Mas ao trazer a análise do reconhecimento para a realidade de Manaus, indaga-se se há uma luta real nesse sentido. A pesquisa mostrou os seguintes dados.

Gráfico 18



Os dados do gráfico apontam que entre as mulheres homossexuais, 70% afirmaram a luta pelo reconhecimento da referida sexualidade como condição humana, enquanto 30% relataram não haver essa necessidade.

Entre os relatos que justificam as respostas dos sujeitos femininos, encontra-se:

Não existe isso não. Comigo é tudo tranquilo nesse sentido. Não precisa ter (Orquídea, 31 anos);

Olha, eu vou te dizer uma coisa, eu já fui muito convidada para LGBT, pra ser líder, essas coisas ... eu tenho um grupo no *WhatsApp* onde eu trato muito dessa afinidade ... como da minha parte.. Mulher com mulher. Eu já fui muito convidada... Vamo lá ... Vamo lá levantar bandeira. Eu não levanto bandeira porque eu acho que isso já é uma forma de nos discriminar , assim como o negro e o branco , vamo levantar bandeira, vamo brigar... Não precisa brigar ... Eu acho que minha vida particular não interessa ninguém, contanto que não afete aquilo que é básico, um homem e uma mulher ... Eu não vou sair por aí, como hoje eu vejo, e me assusto ao ver mulher com mulher num banco de uma praça se agarrando, se beijando ... Passa aquelas senhoras e eu fico abismada ... Eu não teria essa coragem. Isso aí é um afrontamento a sociedade e eu não afrontaria dessa forma, entendeu? Eu não sei se isso me foi passado quando criança ou adolescente, mas eu tenho essa visão. Acho que dentro de uma casa, entre quatro paredes tudo é válido, agora na rua você tem que adaptar aos padrões da sociedade. Quando eu trabalhava no banco, eu tinha umas pessoas que sabiam de mim, alias quando eu me apresentei que passei no concurso, o próprio diretor falou, olha gente, aqui pro banco vai vir uma sapatão. Eu não sei de onde ele tirou sapatão, porque eu estava super feminina, não falei hora nenhuma da minha opção sexual, mas eu fui a frente e fiz um discurso de agradecimento. Talvez as outras ficassem tímidas, mas ele viu em mim um sapatão. Depois de uns cinco anos no banco eu o chamei e perguntei porque ele tinha me chamado daquilo? Ele disse porque nunca conheceu uma mulher que fizesse um discurso logo de primeira, que o tempo que ele tava no banco ele nunca viu uma mulher se expor diante de um público tão grande. Então ele achou aquilo 'peitante' em relação a homem e disse que só podia ser coisa de sapatão. Enfrentei problemas com umas duas moças lá dentro, mas eu fui chegando... chegando e fui tentando explicar pra elas que eu não me frustrei com homem, eu era casada, mas foi uma opção minha, eu tinha necessidade de ter uma mulher, entendeu? Eu tinha uma necessidade de saber como era. Fui por curiosidade e fiquei, isso com meus 20 anos, eu tô com 48. Já passei muitas coisas e não vejo a necessidade de reconhecimento (Azaleia, 48 anos).

O relato dos sujeitos mostra que não é consenso a luta pelo reconhecimento da homossexualidade na sociedade. Azaleia, inclusive cita que a condição não pode afetar aquilo que “é básico, um homem e uma mulher.” O discurso revela o reconhecimento da heteronormatividade como condição social, além de mostrar que perante o sujeito não há uma necessidade de reconhecimento, já que este seria uma espécie de discriminação. Quanto a positividade do questionamento entre os sujeitos femininos, detectou-se:

Tem que haver reconhecimento sim. O maior desafio de hoje é enfrentar a homofobia. As pessoas não entendem porque sentem esse ódio que elas trazem dentro de si, saber que os LGBT's existem e merecem respeito como qualquer outro individuo. É preciso profissionalizar mais pessoas, trazer mais pessoas para o nosso lado para ter mais força, se a magnitude de LGBT's que existem

soubessem o poder que nós temos, nós já teríamos dito e gritado para que venham nos ajudar, mas a gente não está conseguindo fazer isso por causa do preconceito, do medo. A qualquer momento eu e minha companheira podemos sofrer violência, porque a gente mostra a cara sempre, a gente vive nisso todo dia, de fazerem alguma coisa com a nossa família. A gente sabe disso, mas é o que eu digo pras minhas colegas, é preciso sair da zona de conforto, porque tudo que a gente consegue aqui vocês recebem ali. Eu digo para que venham somar com a gente, fazer com que tudo isso saia do papel, deixe de ser ilusão. Eu não acredito que seja sonho, eu acredito que tudo isso possa se tornar realidade, mas para isso é preciso planejamento e pessoas. O desafio é de profissionalizar essas pessoas, eles precisam saber que se você vai ser doutora, eles também podem ser. Se hoje eu tenho uma casa, eles também podem ter. Por que as travestis, por exemplo, só pensam em ter salão? Você não vê a pessoa com outro horizonte... ou ele vai pra rua ou ele vai ter um salão. Dificilmente você ouve um travesti dizer que vai fazer medicina, advocacia. Nós somos superiores a tudo isso, a gente tem que levantar a bandeira e dizer que nós existimos, porque ninguém quer tomar o lugar de ninguém (Jasmim, 42 anos).

Jasmim, sujeito da pesquisa reflete a importância do reconhecimento e os desafios frente ao risco da homofobia, que nas políticas também pode ser caracterizada como lesbofobia, transfobia, bifobia, entre outras terminologias. O relato associa também que a ausência do reconhecimento pode levar a falta de perspectiva dos sujeitos em relação a profissionalização, em que não conseguem visualizar além das ocupações já comuns aos indivíduos LGBTI's.

Eu acho importante essa autoafirmação de reconhecimento sim. No meu tempo era só gay e sapatão e acabou. Hoje vão criando outros tempos e as pessoas terminam não se identificando em nenhum. Hoje, a academia está estudando o conceito do que eu sou, amanhã ela já acrescenta outro termo. Pra mim, eu sou do tempo antigo, é 'viado' e 'sapatona' e acabou. Eu acho importante essa autoafirmação sim (Acácia, 53 anos).

O discurso do sujeito feminino ressalta a importância da autoafirmação e do reconhecimento dos indivíduos, usando, inclusive, os nomes utilizados culturalmente e historicamente para os sujeitos. Ele faz ainda uma crítica às nomenclaturas estudadas na academia, entretanto como já foi visto, o termo homossexualidade aparece como estratégia para vislumbrar a noção do pertencimento da afetividade no interior das relações.

Ao voltar para os dados do gráfico, verificou-se ainda que 70% dos homossexuais masculinos não desejam o reconhecimento, o que também se pondera a partir dos discursos a seguir.

Não percebo a necessidade e nem me vejo na frente disso...não me vejo ... Por algumas questões, sobretudo familiar. Minha mãe morreria se me visse na televisão fazendo algo assim do tipo, mas participando e contribuindo como agora eu me vejo sim. Tem desafios e lutas, eu acredito que há tolerância na sociedade como um todo. Eu vejo que o Estado já avançou, é mais a intolerância da sociedade. Eu vejo a sociedade brasileira muito hipócrita, ela tá dizendo que aceita, essas coisas, mas por traz ela tá criando formas de boicote, já tá te detonando, falando mal de você. O que está faltando mesmo é a questão da tolerância, de cada um cuidar da sua vida (Ypê, 26 anos).

Os dados que os sujeitos trouxeram, evidenciam a relevância dos direitos dos homossexuais com suas demandas, mas não há um consenso sobre a luta por reconhecimento na realidade da cidade de Manaus. O medo do preconceito, intolerância ainda conduzem os indivíduos ao ostracismo social. Não se objetiva, usando a expressão do segmento LGBTI, sair do armário, mas entrar no “guarda-roupas” e cuidar da sua própria vida.

Por outro lado, ao ponderar o contexto heteronormativo predominante na sociedade, o processo de desrespeito ao outro se dá pela ausência de reconhecimento das singularidades humanas, mas a luta não é travada contra um indivíduo, e sim com um conjunto de relações, dogmas, normas e paradigmas sociais, históricos e culturais que se tornam a partir daí o combustível do conflito.

Para Honneth (2003), o reconhecimento demanda uma relação mútua que perfaz o ‘conhecer-se no outro’ e ‘a partir do outro’, retratando ponderações sobre como o outro me vê. Ainda de acordo com o autor, a teoria do reconhecimento é desenvolvida em três aspectos:

A primeira se efetiva pelo amor, denotando a compreensão que vai além do amor carnal, perpassa a autoconfiança individual e os dramas humanos, com suas dependências e carências, que se constituem como a primeira parte do reconhecimento recíproco. Trata-se de se saber e reconhecer-se a partir do parceiro, no qual a individualidade encontra elementos para a confirmação do eu na identidade.

O segundo aspecto envolve o direito, com base no autorrespeito e a busca pela consolidação do protagonismo. Já o último ensejo caracteriza a solidariedade e a estima social que o sujeito apresenta para ser reconhecido.

Em análise ampla, os sujeitos são ligados à existência corporal de outros indivíduos, possuem interfaces complexificadas pelas relações sociais e demandas emergentes.

Se o reconhecimento se baseia em como eu me percebo e me enxergo a partir do outro, não há um posicionamento sobre a concretização desse reconhecimento perante a condição homossexual entre os sujeitos pesquisados, haja vista que não foi unânime a noção de luta por reconhecimento, mas houve uma predominância feminina na positividade acerca da importância das lutas.

Ao questionar se os sujeitos lutariam pelos direitos da população homossexual, 60% dos sujeitos femininos afirmaram que sim, enquanto 70% dos masculinos sinalizaram negativamente em relação ao assunto.

Sobre os desafios dessa luta, um dos sujeitos da pesquisa aponta:

Antes de lutar por coisas externas a nós, precisamos refletir um pouco sobre a nossa situação, (...) mesmo entendendo que fazemos parte de famílias conservadoras, ainda acho que como que tu vai lutar pelos direitos de uma comunidade inteira, se tu és incapaz de pelo menos falar que é gay, que tem uma relação homoafetiva. Acho que o primeiro desafio é lidar com a própria comunidade. Tirar pelo menos a heteronormatividade que está dentro... é algo que está na cabeça dessas pessoas. Como é que uma menina namora com outra menina acha que alguém tem que ser o homem... Isso é ridículo. E tá na comunidade, está em todo o lugar. (...) Sei lá, existem termos que a comunidade aceita entre si né? Se um hetero me chamar de sapatão é provável que eu fique aborrecida pelo jeito que ele falar. Na brincadeira, eu fui chamar uma menina de sapatão e ela disse que não gostava desse termo. Eu perguntei qual ela usava com os amigos para saber onde eu podia pisar... Ela disse que não usava nenhum. Eu disse: Ué, mas não são todos gays? Ela disse que sim, mas que não falavam sobre isso. (...) Eles não conversam, claro que ela não foi chamada de sapatão por nenhum amigo dela. Chamado de veado, ou seja lá o que for porque eles não conversam sobre isso. Como? Eu fiquei tipo... Nossa!!! Ela então tem problemas com a própria sexualidade. (...) O primeiro desafio é a comunidade se aceitar. Tem pessoas que simplesmente não querem sair do armário, porque acham que não vale a pena decepcionar pai e mãe pela própria felicidade. Não importa o quando eu seja infeliz, eu não vou fazer isso, porque meu pai e minha mãe não vão me aceitar. Deve ter um monte de gente assim. É um processo de muito tempo, de se aceitar e fazer com que as outras pessoas te aceitem. O escondido dá sempre a impressão que é errado. Depois que a gente se entende é importante fazer com que os outros entendam. Eu tenho amigos que me conheceram e não sabiam de nada. Aplicavam a heteronormatividade atirando para todo lado, são heteros que não entendiam e entendem agora. São heteros livres desses preconceitos mais graves. Se eu posso falar sobre isso com três ou quatro amigos isso já pode fazer a diferença. Eu posso fazer isso com outras pessoas, mudar outros indivíduos. Porque esses já vão falar para outros (Tulipa, 19 anos).

O relato do sujeito feminino denominado como Tulipa, mostra os desafios que se relacionam a ausência de conhecimento ou mesmo vergonha acerca da sexualidade. De acordo com as ponderações Foucaultianas, a sociedade criou o dispositivo da aliança e quem ousar não fazer parte desse cânone social que se caracteriza pela formação de uma família nuclear está “fora dos padrões”, sendo então um dissidente. A dissidência, visualizada como anormalidade, algo errado ou proibido, mesmo diante do século XXI é fator de vergonha ou não reconhecimento.

A situação de dominação nas relações homossexuais expressas por contextos da heteronormatividade também apareceu nos resultados da pesquisa, na qual por vezes ainda perdura a ideia de estruturas de poder masculino e feminino no cotidiano das conjugalidades.

Os desafios de se reconhecer como sujeito, ser chamado por expressões de senso comum culturalmente adotadas, remete para a concepção de que os indivíduos ainda não se reconhecem como indivíduos na referida condição, não se manifestam frente aos paradigmas sociais impostos como “modelos” a seguir. Assim, a representação do eu, nos dizeres de Goffman (2009), são calculadas por aquilo que se espera do sujeito em questão, perante os cânones que “devem” ser seguidos.

Não há compreensão que se faça ver o outro. Conforme Morin (2011) o reino da incompreensão suscita o mal entendido, percepções falseadas sobre o outro, acarreta erros em relação ao outro e isso leva ao ódio, desprezo e a hostilidade, as quais são responsáveis por verdadeiros homicídios psíquicos na vida dos sujeitos, que reduzem-se ao que sofrem.

Essa redução adentra também nas análises de Agamben (2007) em que o poder soberano olvida a vida não sacrificável, porém matável, ou seja, são indivíduos que biologicamente correspondem aos “modelos” da sociedade, e conseqüentemente, não conseguem reconhecer-se com direitos humanos ou mesmo com noções de cidadania pelos medos que permeiam as faces da discriminação e pelas lutas morais que se desenham em seu cotidiano e se tornam o combustível na luta por reconhecimento.

4.3 ENTRE O “ARMÁRIO” E O SILÊNCIO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As Políticas Públicas têm aportes para reconhecer lacunas históricas dos sujeitos, em que verdadeiros *gaps* são evidenciados e, como resposta as ausências, planos, programas, projetos e políticas emergem como estratégias de enfrentamento às expressões da Questão Social.

Entre as propostas voltadas ao segmento homossexual, podemos considerar o Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos LGBTI em 2009, o qual foi um marco histórico como resultado da I Conferência Nacional de Políticas Públicas LGBTI realizada em 2008. O plano remete a uma abordagem pluralista, longe de paradigmas sexistas e discriminatórios e envolve propostas nas áreas de educação, humanização da saúde, segurança, qualificação profissional, turismo, defesa dos direitos humanos, enfrentamento às várias formas de violência e à homofobia.

O quadro da aprovação de um plano nacional sugere transformações profundas, que caracterizem visões amplas acerca do direito à diferença, em suas peculiaridades. Como trabalhar tais contextos em um Estado ainda não predominantemente laico? Como direcionar a âncora do direito na perspectiva secular, se os agentes políticos ainda se elegem e legislam em nomes de religiões? Que desafios ainda são precisos no enfrentamento às formas de violência que se inicia na conjugalidade, mas aporta-se, sobretudo na esfera institucional? Como assegurar a inclusão, em realidades que preconizam à margem da sociedade para os que são considerados dissidentes?

Muitas são as indagações, entretanto, há que se tratar também do reconhecimento de um Estado que recente iniciou os primeiros passos no rumo da visibilidade das sexualidades dissidentes. São demandas históricas que emergem e apontam sua existência. A contemporaneidade abre espaço para o debate, mesmo contra a cultura e moralidade de uma sociedade que ofereceu sua história com páginas em branco nas referências a tais sujeitos.

A incompreensão acarreta a vontade de prejudicar, o ódio, as guerras e outras infinitas ações devastadoras que se autoamplificam a partir de uma visão unilateral, onde diabolizamos o “inimigo”. De acordo com Morin (2011 p. 111), “nosso cosmo humano é salpicado de enormes buracos de

incompreensão de onde nasce a indiferença, indignação, desgosto, ódio, desprezo.”

A incompreensão, com suas características mergulha os sujeitos em um oceano de intolerância, o qual se firma como alicerce em vias de reconhecimento de “modelos” humanos, olvidando as diferenças de todas as naturezas.

Já a compreensão, como outra face do aspecto humano, não permite a redução do outro a um aspecto simples e isolado, ao contrário, enxerga o outro em sua multidimensionalidade (MORIN, 2011). Essa análise remete a consciência da complexidade que forma o indivíduo, com sua bagagem, trajetória histórica, cultural, condição humana etc.

Há marcos a considerar na esfera política frente ao conservadorismo do Estado e da sociedade, mas a quantas anda a aplicabilidade desses direitos?

Na pesquisa de campo, a maior demanda levantada entre as mulheres homossexuais se mostra nas políticas de saúde, onde a ausência da humanização foi evidenciada, conforme os relatos abaixo.

Eu lembro que, numas idas e vindas da vida, uma vez eu disse assim: Ah! Tô grávida. Passei mal e fui ao médico. Quando perguntaram pra mim o que eu era, eu disse que tinha uma relação homoafetiva. Até lá na frente tudo bem, mas na hora do exame, a doutora fez sem pena... Quer dizer, foram certos preconceitos que eu sofri por causa disso. É um preconceito e no momento ela não visa o que a pessoa passou para chegar até ali. As pessoas ainda costumam ter isso enraizado na família desde pequeno (Íris, 28 anos)

O sujeito feminino asseverou a existência de preconceito contra a homossexualidade e a ausência de preparo dos profissionais para o reconhecimento dos indivíduos, o que também foi afirmado no seguinte discurso.

Outra coisa, atendimento a saúde, pra nós mulheres lésbicas, quando a gente vai no ginecologista, ele não pergunta com quem eu me relaciono. Ele me pergunta as minhas práticas sexuais e na cabeça daquele profissional, todas as práticas sexuais se dão com penetração entre pênis e vagina, e nas nossas relações não é isso. A maioria das mulheres lésbicas, elas tem dificuldades e não usam apetrechos eróticos, não usam brinquedinhos, não usam penetração. Então, no sistema, por exemplo, o Papanicolau, aqueles espectros, eles usam dos grandes e pra mim me machuca, dói, mas ele não me perguntou se a minha prática sexual era com homem ou com mulher. Se ele me perguntasse se era com mulher, ele ia saber que tinha que usar o espectro menor. Outra coisa também que eles não fazem é o exame de câncer de mama, câncer de colo uterino... Porque pra mim que sou mulher lésbica, eu não sou pesquisada e também não sou

orientada a isso. Eles acham que só pelo fato de me relacionar com mulher eu não estou vulnerável às DST's, ao HIV, às Hepatites? Em muitas das relações entre essas mulheres, tem a questão da bissexualidade que essas doenças oportunistas podem passar da relação entre o homem e a mulher ou com a outra mulher. Tá ligado isso. Então o sistema público de saúde não está preparado para me atender. A academia não preparou esses profissionais e eu nem tanto porque eu reivindico os meus direitos, mas muitas mulheres que não sabem os seus direitos deixam de reivindicar e deixam de ser assistidas pelo sistema público de saúde, sistema de segurança, pelo sistema educacional (Hortência, 39 anos).

Os relatos das mulheres revelam a preocupação com a falta de humanização dos serviços de saúde, visto que 50% das entrevistadas apontaram problemática semelhante relacionado aos exames ginecológicos e a falta de conhecimento dos profissionais de saúde, desde os médicos à equipe que contempla as outras formações.

De acordo com o Relatório da Oficina de Atenção à Saúde das Mulheres Lésbicas (2014), uma produção do Ministério da Saúde e da Secretaria de Política para Mulheres afirma que os profissionais de saúde acreditam que pelo tipo de relacionamento sexual, as mulheres homossexuais estão menos sujeitas às DST's. Outros profissionais revelaram que esse não seria um assunto a ser debatido pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Apontou-se ainda que o atendimento nos serviços de saúde não apresentou quadro de melhorias, nem mesmo de humanização, o que demanda a elaboração de protocolos e normas a serem utilizadas no âmbito da saúde.

O relatório apresenta dados que estão na contracorrente do que deveria ser efetivado, haja vista que a portaria 2.836 de 2011 do Ministério da Saúde, institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e prevê no seu Art. 2º. A ampliação do acesso aos serviços de saúde para a população LGBTI, a qualificação da rede de serviços do SUS para o atendimento aos LGBTI's, atenção integral nos programas de DST's, prevenção de novos casos de cânceres ginecológicos em mulheres lésbicas e bissexuais.

Apesar da existência das políticas, pondera-se a ausência de sua aplicabilidade no cotidiano dos serviços de saúde na realidade de Manaus.

No que tange ao contexto educacional, verificou-se a seguinte afirmação:

Eu tive esse ano todo, uma experiência de ficar ali na Praça do Congresso, perto do Colégio IEA, ali tem um grupo de colégios. Quando vi um grupo de garotos que vinha conversando. Quando vem um grupo misto de garotos e garotas e tem duas com um jeito mais estereotipado, com estigma, aquela coisa... Quando elas passavam eles diziam: Vai sua machuda! Hei sapatão... Eles instigando a outra pessoa. A gente percebe que isso não é discutido dentro da escola. A instituição que era para fomentar e discutir, ela não vai dizer a tua orientação sexual, porque você já nasce com tua orientação sexual. Mas você tem que fomentar dentro do espaço de ensino, esses direitos. Independente da orientação sexual de homens e mulheres, eu tenho direito a estar dentro daquele espaço de ensino (Hortência, 39 anos).

A crítica do sujeito da pesquisa envolve as problemáticas na educação, onde assuntos relacionados à sexualidade e diversidade não são debatidos. Essa informação já foi reconhecida na Pesquisa Escola sem Homofobia, realizada a pedido do Ministério da Educação (a qual já foi enfatizada). O Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos LGBT prevê a inserção a temática LGBTI nos currículos da educação básica e superior, para que ocorra o reconhecimento da diversidade de orientações sexuais, assim como também das identidades de gênero. De acordo com a Conferência Nacional de Educação realizada em 2010. Apesar dos enfoques, o desafio da concretização das políticas ainda se faz inerente na realidade do município de Manaus.

Ao questionar uma liderança LGBTI sobre a solicitação de atendimentos e esclarecimentos acerca dos direitos, obteve-se a informação de que muitos sujeitos (mas não houve um número definido) buscam informações, porém não conseguem acessar os referidos devido à falta de preparo profissional ou institucional para atender à demanda LGBTI. Relatou-se também que as mulheres apresentam mais dificuldades para denunciar e buscar direitos que já são assegurados constitucionalmente e pelas Políticas Públicas, ou seja, politicamente assiste-se ao fim de uma omissão histórica, mas evidencia-se a necessidade de trabalhar o significado real da inclusão.

Outro aporte na luta pelos direitos refere-se à elaboração do Estatuto da Diversidade Sexual, pautado pela Ordem dos Advogados do Brasil e discutido nas seccionais. Dias (2014) ressalta que uma forma de promover a visibilidade de segmentos discriminados é através da instituição de microssistemas, em leis temáticas que foram implementadas, tais como: Estatuto da Criança e do Adolescente, Código de Defesa do Consumidor entre outros. A ideia do

Estatuto da Diversidade Sexual é estabelecer prerrogativas e direitos para a população LGBTI, através da iniciativa popular com apoio da OAB, para que seja posteriormente conduzido ao senado.

Entre os princípios fundamentais do Estatuto, encontra-se o direito à dignidade, à diferença e à orientação sexual. Aponta-se ainda o direito à igualdade e a não discriminação; Direito à livre orientação sexual; Direito à convivência familiar; Direito e dever à filiação, guarda e adoção; Direito à identidade de gênero; Direito à saúde e educação; Direitos Previdenciários; Direito ao trabalho e à moradia; Direito ao acesso à justiça e à segurança; Direito à não discriminação nas relações de consumo; Objetiva ainda a criminalização da homofobia em qualquer uma das suas faces e a parceria com outras políticas públicas inclusivas.

Os pequenos retratos enfatizados pelas políticas e propostas aqui expressas, sinalizam que ainda há um “armário” referente à busca pelos direitos homoafetivos, já que os sujeitos não acreditam na aplicabilidade e efetividade de projetos, programas, planos e políticas públicas. Evidencia-se ainda um silêncio na concretização das políticas, haja vista que as referidas políticas existem, mas ainda não são efetivas, principalmente pela ausência da formação de profissionais, seja na saúde, educação entre outros espaços de serviços e direitos, e como consequência trazem ainda a ausência do preparo no trato e humanização dos homossexuais na cidade de Manaus. O mar dos direitos ainda está inebriado nas ondas do conservadorismo e tradicionalismo, de uma sociedade que silencia para o direito à diferença, apresenta traços da ocidentalização dominante nos dizeres de Saidianos e enxerga o homossexual como *homo sacer*, nas reflexões de Agamben, em que a vida não é sacrificável, mas matável socialmente falando, o que corrobora o cotidiano de sujeitos considerados dissidentes, mas que perfazem a massa populacional de uma cultura ainda opressora.

CONCLUSÃO

Plasmar considerações que encerrem as problemáticas aqui abordadas não faz parte do objetivo da presente tese. Debatê-las sim, sugerir estratégias de enfrentamento e possibilidades, perpassa a reflexão de que o cerne da questão da homossexualidade não seja encastelado entre tantas outras expressões da Questão Social.

O corpo e a sexualidade rasgam os véus do ostracismo para adentrar no universo da visibilidade. Seus usos e formas transcendem as barreiras da heteronormatividade para adensar as camadas do reconhecimento. A homossexualidade, considerada antes como pecado nefando, na contemporaneidade solicita reconhecimento em suas expressões, seja pela conjugalidade masculina ou feminina.

O estigma não desapareceu. Os sujeitos ainda são visualizados como *Outsider*, frente a maioria de estabelecidos, na linguagem de Elias e Scotson (2000). O preconceito e a discriminação persistem pelas raízes históricas e culturais de uma sociedade que tem heranças patriarcais e patrimonialistas, onde o sujeito feminino é coisificado, a dominação impera, a orientação sexual reconhecida culturalmente ainda é somente a heterossexual, e os direitos não são trabalhados em sua equidade, o que mostra que as trilhas ainda demandam percurso.

A arena de conflitos entre Estado e os direitos dos homossexuais está cada dia mais cercada pelas expressões da religiosidade, sobretudo as de natureza conservadora que olvida a possibilidade de conclamar qualquer direito à diferença, entre outras demandas que abordam a realidade de segmentos não falados, não considerados, não reconhecidos pelas interpretações humanas acerca do sagrado. O que se denominou chamar de 'fundamentalismo' religioso assevera os conceitos previamente estabelecidos pelo tradicionalismo, além de imperar nas negativas quanto aos programas, projetos e propostas para adensar as políticas nas lacunas históricas da realidade brasileira, como foi o caso do Projeto de Lei Constitucional No. 122/2006, que tinha como base a criminalização da homofobia e teve suas

discussões encerradas por falta de consenso e pelos adensamentos da religiosidade no viés legislativo.

Na cidade de Manaus, a problemática não se evidencia de maneira diferenciada, a Câmara Municipal também tem uma considerável bancada religiosa, que ultrapassa um terço dos vereadores. Propostas que olvidam a laicidade de Estado são colocadas em pauta, sem saber o real significado da responsabilidade na legislatura municipal em uma localidade que apresenta demandas diferenciadas visto os quase dois milhões de habitantes.

A separação entre religião e política ainda é um ideal a ser assegurado. A laicidade não se apresenta como realidade, mas como uma luta constante para a garantia dos direitos e de cidadania da grande massa populacional. Nas palavras de Boaventura Santos, temos o direito a igualdade quando a diferença de alguma forma nos inferioriza, poderemos ser diferentes se a igualdade descaracterizar o que nos faz ser diferentes. A igualdade trabalhada precisa reconhecer as diferenças que não estejam na produção de desigualdades de qualquer natureza, e esse diferencial precisa ser apontado na esfera política para que se pondere o direito de todo e qualquer indivíduo.

A discussão mostrou a presença de conflitos nas esferas das uniões/conjugualidades homossexuais, as quais emergem desde os desentendimentos cotidianos e podem chegar até a violência, a qual foi evidenciada, sobretudo, das relações femininas. A heteronormatividade em suas faces de poder e submissão, elencam seus caracteres nas uniões afetivo-sexuais entre os iguais biológicos, o que aponta não apenas a necessidade de políticas públicas que contemplem o universo populacional dos casais homossexuais, mas também o preparo dos profissionais que fazem parte da rede de atendimento e proteção, já que os sujeitos da pesquisa enfatizaram a total descrença na efetivação dos direitos. A existência da violência nas uniões confirma-se como tese de que independente de orientação sexual ou identidade de gênero, as relações envolvem conflitos podem desencadear quadros de vitimização.

O ostracismo e a inviabilidade também imperam no segmento homossexual. Ao reportar-se sobre os direitos inseridos no olho do furacão, a tese revela que em Manaus, não há consenso sobre a demanda de uma luta por reconhecimento, ou melhor, alguns sujeitos não demandam qualquer

estratégia de visibilidade, o que foi confirmado pelos relatos que reafirmam o receio de sofrer preconceito e discriminação pela orientação sexual, o que leva a indagação sobre a epifania ou o ostracismo do reconhecimento como sujeito social.

Como haver necessidade de lutar por uma condição humana se alguns sujeitos ainda não conseguem compreender a sua própria expressão de sexualidade? Se encastelam seus desejos e questionamentos pelo medo da homofobia e lesbofobia, que se inicia na família para só depois se reproduzir na sociedade?

A mudança não se fará apenas mediada pelas políticas inclusivas, mas pela desconstrução cultural de um pensamento conservador e tradicional, que ousa a imposição de apenas um “modelo”, o heteronormativo. Os demais sujeitos ainda são vistos como anormais e transgressores, tendo no bojo da família, o espaço de maior preconceito vivenciado cotidianamente.

A ausência de lutas por um reconhecimento social pode-se dar pelas lacunas históricas do não reconhecimento humano. Falamos de indivíduos inseridos em uma sociedade mutável, mas que perfazem o mutismo, o silêncio de sua própria condição, adentrando em um “armário” secular como “anormais”, pecadores, doentes e segregados.

A condição do reconhecimento de que o homossexual também tem direito à vida, a dignidade humana, à proteção em situações de violência conjugal e ao acesso às políticas públicas, não deve apenas ser um marco, mas uma realidade cotidiana para inclusão, em que a desigualdade não torne o sujeito mais inferior do que por vezes já se sente.

Para Einstein, é mais fácil desintegrar um átomo do que o preconceito do indivíduo. Acredita-te que as lutas por reconhecimento demandam, sobretudo, o olhar sobre as diferenças, independente de sua natureza, ou seja, pontua-las como são, já que, parafraseando Diderot, a ignorância não fica tão distante da realidade quanto o preconceito.

REFERÊNCIAS

AVENA, Daniela Tebar. Violência Doméstica nas Relações Lésbicas: realidades e mitos. In.: **Revista Aurora** 7, 2010. Disponível em: www.pucsp.br/revistaaurora. Acesso em 10 de fevereiro de 2013.

AGAMBER, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A Rosa do Povo**. 21ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ARENDT, Hanna. **La Condición Humana**. 1ª. Ed. 5ª. Reimp. Buenos Aires: Paidós, 2009.

ARMSTRONG, Karen. **Em Defesa de Deus**: o que a religião realmente significa. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARMSTRONG, Karen. **Em Nome de Deus**: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BATISTA, Stephane Dahn. O Corpo Falante: narrativas e inscrições num corpo imaginário na pintura acadêmica do século XIX. In.: **Revista Acadêmica FAP** – Curitiba v. 5 p. 125 – 148 jan/jun 2010. Disponível em: http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Revista_cientifica_5/revista5_Stephanie_Dahn_Batista.pdf Acesso em: 05/05/2013.

BAUMAN, Zygmund. **A Sociedade Individualizada**: vidas contadas e histórias vividas: Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmund. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **O Mal Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BECKER, Howard S. **Outdisers**: estudos de sociologia do desvio. Tradução Maria Luiza X. de Borges. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGER, Peter. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. Trad. De José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulus, 1985.

BERGSON, Henri. **As Duas Fontes da Moral e da Religião**. Trad. De Nathanael C. Carneiro. São Paulo: Zahar Editores, 1978.

BIRMAN, Patrícia. Relações de Gênero, Possessão e Sexualidade. In.: **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva**. Vol. 1 No. 2, 1991. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 13 de fevereiro de 2014.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. São Paulo: Campus, 2004.

BOTELHO, João Bosco. WEIGEL, Valéria Augusta C.M. Comunidade Sateré Mawé Y'Apirehyt: ritual e saúde na periferia urbana de Manaus. In.: **História, Ciências e Saúde**. v.18, n.3. Manguinhos. jul.-set. 2011, p.723-744

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2012.

BOZON, Michel. **Sociologia da Sexualidade**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRITO, Ênio José da Costa. Agonia de um Modelo. In.: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro Sá (Orgs.). **Sociologia da Religião e Mudança Social**: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. São Paulo, 2004.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Catolicismo e Família no Brasil Contemporâneo**. Disponível em: [www.cebrap.org.br /v2/files/ upload/ biblioteca virtual](http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual)>. Acesso em 19 ago 2013.

CAVALCANTE, Lidiany de Lima. **Cidadania Homossexual em Manaus**: os desafios na (des) construção da identidade homoafetivas feminina. 2009. 162 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Consideração sobre os Projetos de Reconhecimento Legal das Uniões entre Pessoas Homossexuais. Disponível em: <http://www.vatican.va/Roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20030731_homosexual-unions_po.html>. Acesso em 27 jul 2013.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do Corpo**: da renascença às luzes. 5ª. Ed. Tradução: de Lúcia M.E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DA MATA, Roberto. Raízes da Violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In.: PAOLI, Maria Céli et al. **A Violência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, sd.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DEL PRIORI, Mary. **Histórias Íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2011.

DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). www.diap.org.br. Acesso em 04 de março 2015.

DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os Direitos LGBTI**. 6ª. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

DOVER, Kenneth James. **A Homossexualidade na Grécia Antiga**. Tradução Luís Sérgio Krausz. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2007.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIAS, Norbert. **Introdução a Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ELIAS, Norbert ; SCOTSON, John L. **Estabelecidos e os Outsiders**: a sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EPSTEIN, Isaac. **Gramática do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ESPINOSA, Leonor M. Cantera. **Más Alla Del Género**: nuevos enfoques de “nuevas” dimensiones e direcciones de la violència em la pareja. 2004. Tesis Doctoral.– Programa de Doctorado em Psicologia Social. Universitat Autònoma de Barcelona 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____ **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FRY, Peter; McRae, Edward. **O que é Homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos No. 26), 1985.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**; ABNT 2013/2014. 17ª. Ed. Porto Alegre: Dáctilo, 2013.

GÉLIS, Jacques. O Corpo, a Igreja e o Sagrado. In.: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do Corpo**: da renascença às luzes. 5ª. Ed. Tradução: de Lúcia M.E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIORNALE L'OBSERVATORE ROMANO. Vaticano: **Algumas Reflexões Acerca da Resposta a Propostas Legislativas sobre a não discriminação das pessoas homossexuais**. Edição Semanal, No. 32, 9 de agosto de 1992. Disponível em: http://www.vatican.va/Roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19920724_homosexual-persons_po.html. Acesso em: 27 jul 2013.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 11ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 17ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GROSSI, Míriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (org). **Conjugalidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Eitora 34, 2003.

ISAIA, Artur César. O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas. In.: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Ano I, n. 3, p. 95-105, Jan. 2009;

JESUS, Fátima Weiss. **Igrejas Inclusivas em Perspectiva Comparada**: da "inclusão social" ao mover apostólico. Anais do Fazendo Gênero 10: Desafios Atuais dos Feminismos. Florianópolis SC, 2013.

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LEBRETON, David. **A Sociologia do Corpo**. Trad. De Sônia M.S. Fuhrmann. 4ª. Ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2010.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma História do Corpo na Idade Média**. Trad. Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LESBOS, Safo de. **Poemas e Fragmentos**. Tradução de Joaquim Brasil Fontes. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MARIANO, R. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: Hermílio Santos. (Org.). *Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea*. 1ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010, v. 1, pp. 101-124.

MARX, Karl. **Sobre o Suicídio**. Trad. De Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MATAREZIO FILHO, Edson Tosta. **Bebida, Canto e Alma: índios ticuna e a imortalidade**. Anais do 9º. Encontro Internacional da Mídia e Música. Disponível em: www.musimidi.mus.br/9oencontro. Acesso em agosto de 2013.

MATTOS, Patrícia. Reconhecimento: entre a justiça e a identidade. In.: **Lua Nova** No. 63, 2004. Disponível em: <scielo.br> Acesso em 10 de fevereiro de 2013.

MELLO, Luiz. **Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

MOORE JR, Barrington. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MORIN, Edgar. **O Método 6: ética**. Trad. Juremir Machado da Silva. 4ª. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NATIVIDADE, Marcelo. **Uma Homossexualidade Santificada?** Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. Disponível em: www.scielo.org.br. Acesso em 31 de março de 2014.

NUNAN, A. Violência Doméstica entre Casais Homossexuais: o segundo armário? **PSICO**, v. 35, n. 1, 2004. p. 69-78.

PELLEGRIN, Nicole. Corpo do Comum, usos Comuns do Corpo. In.: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques VIGARELLO, Georges. **História do Corpo: da renascença às luzes**. 5ª. Ed. Tradução: de Lúcia M.E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O direito de curar: homossexualidade e medicina legal no Brasil dos anos 30. In: ____ & HERSCHMANN, Micael M. (orgs.). A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PLATÃO. Trad. José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 5ª. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores).

REICH, Wilhelm. **A Revolução Sexual**. Trad. Ary Blaustein. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

ROSADO-NUNES, Maria José. O Catolicismo sob o Escrutínio da Modernidade. In.: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luís Mauro Sá (Orgs.). **Sociologia da Religião e Mudança Social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil**. São Paulus, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

_____. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Perseu Abramo Editora, 2004.

SAID, Edward W. **Orientalismo**. o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALOMON, Délcio Vieira. **A Maravilhosa Incerteza: ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo do pensar, pesquisar e criar**. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANTOS, Milton Silva dos. **Sexo, gênero e homossexualidade: o que diz o povo-de-santo paulista?** In.: Anais do 8º. Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis: UFSC, 2008.

SEGANFREDO, Carmen; FRANCHINI, A.S. **As 100 Melhores Histórias da Mitologia: deuses, heróis, monstros e guerras da tradição greco-romana**. 9ª. Ed. Porto Alegre: L&PM, 2007.

Simmel, G., A natureza sociológica do conflito, in Moraes Filho, Evaristo (org.). **Simmel**, São Paulo, Ática, 1983.

SILVA, Marcos José Diniz. O Conflito Social e suas Mutações na Teoria Sociológica. In.: **Qualit@as Revista Eletrônica**. Vol. 1 No. 2 (011). Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/375/588>>. Acesso em: 10 maio de 2014.

SOARES, Artemis Araújo. **Worecu**: a Simbologia do Ritual no Corpo da Mulher Ticuna. Disponível em: <www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7088.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2014.

SOARES, Artemis Araújo. Corporeidade Indígena sob o ângulo da Praxeologia. Anais do XIV Seminário Internacional e II Latino Americano de Praxiologia Motriz: educação física e contextos críticos. Universidade de La Plata. Disponível em: <http://seminprax.fahce.unlp.edu.ar>. Acesso em 12 de agosto de 2014.

SOUZA, Etianne C.B; MAGALHÃES, Marionildes Dias Brepohl. Os Pentecostais: entre a Fé e a Política. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 12 de setembro de 2014.

TOURAINE, Alain. **Os Novos Conflitos Sociais para Evitar Mal – entendidos**. In.: TOURAINE, Alain. **Le Retour de L'acteur**. Fayard, Paris, 1983.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais**. 1ª. Ed. 19ª. Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2010.

VELHO, Gilberto. Accusations, family, mobility and deviant behavior. **Social Problems**, Buffalo, 23 (3): 268 – 275, fevereiro, 1976.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Vitor Leite. **Religião e Política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre os direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heirinch Böll, 2012.

WEBER, Max. (1994) **Economia e Sociedade**. Tradução Régis Barbosa; Karen Elisabeth Barbosa. 3ª edição, Brasília: Editora UnB, v.1.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Tradução Jose Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In.: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA A AMAZÔNIA

Pesquisa: Sob o Vêu da Homossexualidade: relações como espaço de conflito, poder e reconhecimento na cidade de Manaus

Roteiro de Entrevista – Sujeitos Homossexuais

- 1) Identidade nominal: _____
- 2) Faixa etária: () 18 a 25 anos () 26 a 35 anos () 36 a 45 anos
- 3) Gênero: () Masculino () Feminino
- 4) Escolaridade: () Fund. Incompleto () Fund. Completo () Ens. Médio incompleto () Ens. Médio Completo
 () Cursando Ens. Superior () Superior completo () Especialização ()
 Outra _____
- 5) Como você considera sua orientação sexual?

- 6) O que significa homoafetividade?

- 7) Você já sofreu algum tipo de preconceito pela orientação sexual? () Sim () Não
- 8) Em caso afirmativo, onde?

- 9) Religião: () Sim () Não _____
- 10) O que as religiões dizem sobre homossexualidade ?

11) Você acredita nos discursos religiosos? Por quê?

12) Os posicionamentos políticos e religiosos interferem na aprovação das legislações/programas de direitos da população homossexual? Como?

13) Maior tempo de manutenção de relações homossexuais:

- 1 a 6 meses 7 meses a 1 ano 1 a 3 anos 4 a 6 anos 7 a 10 anos 10 a 15 anos
 Mais de 15 anos

14) Você acredita em relações duradouras e estáveis? Por quê?

15) Nas reações homossexuais, existe um sujeito dominador? Sim Não

16) Em caso afirmativo, quem é e como essa dominação se dá?

17) Você já vivenciou alguma relação afetiva que desencadeasse em conflito? Sim Não
Em caso afirmativo, que tipo de conflito?

18) O conflito já resultou em violência? () Sim () Não

19) Em caso positivo, já buscou algum tipo de assistência? () Sim () Não

20) Você acredita que os homossexuais têm os mesmos direitos que os heterossexuais? Por quê?

21) Quais são os maiores desafios na luta pelo reconhecimento dos direitos dos homossexuais?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA A AMAZÔNIA

Pesquisa: Sob o Véu da Homossexualidade: relações como espaço de conflito, poder e reconhecimento na cidade de Manaus

NOMES DE FLORES PARA LIVRE ESCOLHA DOS SUJEITOS

MASCULINAS	FEMININAS
Cravo	Margarida
Antúrio	Acácia
Girassol	Tulipa
Delfim	Magnólia
Oncídio	Hortênciã
Zulu	Orquídea
Crisântemo	Papoula
Narciso	Petúnia
Tango	Primavera
Lisianto	Acuçena
Lírio	Russélia
Jacinto	Yantia
Antúrio	Sálvia
Cravo	Palma
Ipê	Azaléia
Cacto	Jasmin
Fórmio	Íris
Ciclame	Rosa
Abutilon	Angélica
Azulão	Calêndula

